



ALESSANDRA SOUZA PEREZ RIVERA

**A PESQUISA CIENTÍFICA AGROPECUÁRIA
COMO PRÁTICA SOCIAL: UMA ABORDAGEM
*BOURDIEUSIANA***

**LAVRAS – MG
2013**

ALESSANDRA SOUZA PEREZ RIVERA

**A PESQUISA CIENTÍFICA AGROPECUÁRIA COMO PRÁTICA
SOCIAL: UMA ABORDAGEM *BOURDIEUSIANA***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégia, *Marketing* e Inovação, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador:

Dr. Mozar José de Brito

**LAVRAS – MG
2012**

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca da UFLA**

Perez Rivera, Alessandra Souza.

A pesquisa científica como prática social na EMBRAPA-CPAC :
uma abordagem Bourdiesiana / Alessandra Souza Perez Rivera. –
Lavras : UFLA, 2013.

194 p. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2012.

Orientador: Mozar José de Brito.

Bibliografia.

1. Ciência. 2. Bourdieu. 3. Bourdieu - Campo. 4. Bourdieu -
Capitais. 5. Jogo. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 351.819

ALESSANDRA SOUZA PEREZ RIVERA

A PESQUISA CIENTÍFICA AGROPECUÁRIA COMO PRÁTICA SOCIAL: uma abordagem *bourdieusiana*

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Gestão Estratégica, *Marketing* e Inovação, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 24 de setembro de 2012

Dr. José Roberto Pereira UFLA

Dr. Raul Francisco Magalhães UFJF

Dr. Luiz Marcelo Antonialli UFLA

Dr. Mozar José de Brito

Orientador

**LAVRAS – MG
2012**

Dedico este trabalho ao meu esposo e filhos, irmãos, mãe e queridos tios Deon e Júlia, que me apoiaram nas horas adversas. Dedico também a todos os meus colegas da Embrapa Cerrados que buscam promover um país melhor por meio de grande dedicação à pesquisa agropecuária na região do cerrado brasileiro.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Sem o estímulo intelectual e paciência do professor Mozar José de Brito e as valiosas colaborações dos professores Raul Francisco Magalhães e José Roberto Pereira, certamente a realização desta dissertação não seria possível.

Devo a oportunidade desta experiência profissional e cultural aos meus queridos colegas da Embrapa Cerrados, que em muito colaboraram com sua sabedoria, experiência e receptividade, dentro e fora da organização, com objetivo maior de garantir minha aprendizagem.

A convivência com os colegas de mestrado e nossa dedicação em torno de um curso sério foram essenciais na promoção de ricas trocas de ideias, que em muito contribuíram para a realização deste trabalho.

À Embrapa pela oportunidade que me foi oferecida dentro do programa de educação corporativa, financiando este estudo e me apoiando nas horas em que necessitei.

A minha mãe, irmãos e tios que me apoiaram de diversas formas ao longo deste mestrado. Ao meu pai, a quem recorri nos momentos difíceis.

E ao meu companheiro de vida e aos meus filhos pelo apoio intelectual, pela paciência e amor.

Nenhuma pessoa citada acima é responsável pelos defeitos existentes nesta dissertação, esses são de minha inteira responsabilidade.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de compreender a pesquisa realizada no Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) como uma prática social. Essa compreensão requereu a revisão das ideias sobre a ciência como prática social e, especificamente, sobre a praxeologia *bourdieusiana* que versa sobre o campo social que envolve as práticas. Dessa forma, considerou-se o espaço social de lutas para influenciar a constituição da pesquisa. Espaço esse orientado por disposições para ação e estabelecido por meio de diferenças entre seus agentes, que disputam capitais que os habilitam a comandar e impor seus princípios ordenadores sobre a prática. Nesse sentido, resgatou-se a constituição histórica da prática de pesquisa no CPAC, foram investigadas as características distintivas entre os seus agentes e a manifestação de disputas com intuito de influenciar a conformação da pesquisa. A partir disso, buscou-se identificar os capitais em jogo e as estratégias de manutenção e subversão da ordem estabelecida no campo. Este estudo utilizou como estratégia metodológica a investigação do campo a partir de duas leituras, a primeira privilegiou os aspectos objetivos dispostos em documentos e normas, observados na conformação do espaço físico e nas relações entre os agentes. A segunda leitura enfocou os aspectos subjetivos na constituição da prática, investigados a partir das opiniões e visões dos agentes sobre a prática. A partir de uma abordagem circular de pesquisa, verificou-se a influência de algumas disposições advindas: da conformação da sociedade brasileira e do papel da agricultura nesse âmbito; do contexto político quando da criação da prática; da forma como a ciência foi desenvolvida no Brasil e de como se configurou o Estado brasileiro. A partir dessas disposições criou-se um espaço de diferenças político-científicas e de distinções calcadas principalmente no acúmulo de capitais culturais, burocráticos e científicos. As lutas relatadas em torno desses capitais revelam estratégias de manutenção da ordem estabelecida, como a utilização do discurso da falta de foco da pesquisa no CPAC, bem como estratégias de subversão dessa ordem, como a proposta de carreira única para seus empregados.

Palavras-chave: Pesquisa Científica. Prática Social. Bourdieu.

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the research conducted at the Center for Agricultural Research in the Cerrado (CPAC) as a social practice. This understanding required the revision of ideas about science as a social practice, and specifically about praxeology bourdieusiana that deals with the social field that involves practices. Thus, we considered the social space of struggle to influence the establishment of the research. Space oriented provisions for this action and established through differences among its agents, vying capital that enable them to command and impose their ordering principles on the practice. In this sense, rescued the constitution of historical research practice at CPAC, we investigated the characteristics distinguishing between his agents and the manifestation of disputes with intent to influence the conformation of the research. From this, we sought to identify the capital at stake and maintenance strategies and subversion of the established order in the field. This study used methodological strategy research field from two readings, the first focused on the objective aspects willing documents and standards, conformation observed in the physical space and the relationships between agents. The second reading focused on the subjective aspects in the constitution of practice, investigated from the opinions and views of staff about practice. From a circular approach of research, there was the influence of some provisions arising from: the conformation of Brazilian society and the role of agriculture in this area, the political context when creating the practice, the way science was developed in Brazil and how to set up the Brazilian state. From these provisions created a space-scientific political differences and distinctions sidewalks mainly in the accumulation of cultural capital, bureaucratic and scientific. Fights reported around these strategies reveal capital maintenance of the established order, as the use of the discourse of lack of research focus at CPAC, as well as strategies to subvert this order, as the proposed single career for its employees.

Keywords: Scientific Research. Social Practice. Bourdieu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Integrando prática, práxis e praticantes	33
Figura 2	Diagrama explicativo do <i>habitus</i> – de <i>hexis</i> a <i>illusio</i>	58
Figura 3	Abordagem circular de pesquisa de duas leituras.....	72
Figura 4	Disposições que influenciam a constituição da prática	96
Figura 5	Jornal do Semi-Árido, 1985	108
Figura 6	Perfil de competência profissional do cargo de pesquisador	118
Figura 7	Perfil de competência profissional Cargo: Analista Classe B.....	120
Figura 8	Perfil de competência profissional Cargo: Analista Classe B.....	121
Figura 9	Foto aérea das instalações do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados.....	135

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Questões de pesquisa e categorias de análise.....	74
Quadro 2	Empregados por carreira no período de 1997 a 2010.....	137
Quadro 3	Síntese dos principais capitais disputados	155
Quadro 4	Síntese de algumas estratégias de conservação e subversão da ordem hierárquica de capitais	158
Tabela 1	Relação de sexo por cargo	142
Tabela 2	Relação de escolaridade por cargo	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
AuP	Autoridade Pedagógica
CAA	Chefia Adjunta de Administração
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPAC	Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados
CPATSA	Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INRA	<i>Institut National de la Recherche Agronomique</i> (França)
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
PCE	Plano de Carreiras da Embrapa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPP	Parceria Público Privada
RDA	República Democrática Alemã
SAAD	Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Desempenho
SGP	Setor de Gestão de Pessoas
TP	Trabalho Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivo geral	26
1.2	Objetivos específicos	27
2	TEORIA DA PRÁTICA SOCIAL	29
2.1	Elementos relevantes no construto teórico sobre a prática social	30
2.2	Os Estudos da Ciência como Prática Social	36
2.3	A Praxeologia <i>bourdieusiana</i>	40
2.3.1	A noção de campo	44
2.3.2	A noção de capitais	49
2.3.3	A noção de <i>habitus</i>	55
2.4	O Campo Científico	59
2.5	O Campo Burocrático	62
2.6	Críticas à praxeologia <i>bourdieusiana</i>	65
3	METODOLOGIA	69
3.1	A estratégia de pesquisa	71
3.3.1	A primeira leitura do campo: a estrutura objetivada (normas, fotos, observações, documentos históricos, dados secundários)	73
3.3.2	A segunda leitura do campo: as subjetividades (entrevistas em profundidade, grupos focais e observações não participantes)	78
3.3.3	Análise das leituras realizadas sobre a prática de pesquisa no CPAC, considerando a inter-relação entre a objetividade e a subjetividade do campo	81
4	REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA DE PESQUISA NO CPAC	85

4.1	Perspectivas históricas e contextos de disposições que envolveram a criação da prática de pesquisa no CPAC	85
4.2	O campo como espaço de diferenças	95
4.2.1	Constituição da prática e do campo de diferenças político-científicas.....	97
4.2.2	Constituição da prática de pesquisa e as distinções promovidas pelo plano de cargos e salários.....	115
4.3	A pesquisa, as disputas, os capitais em jogo e as estratégias de conservação e subversão do campo	135
4.3.1	As relações entre pesquisadores e gestores.....	137
4.3.2	As relações entre pesquisadores	142
4.3.3	As relações entre pesquisadores e assistentes.....	148
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	159
	REFERÊNCIAS.....	168
	ANEXOS	182

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sociológicos sobre a prática científica têm progredido muito a partir das últimas décadas do século XX. Alguns desses estudos têm concluído que fazer ciência não se configura apenas na manipulação técnica e neutra dos fatos científicos. Envolve uma construção social cotidiana desses fatos em situações envoltas em um jogo complexo de relações políticas e simbólicas. Constituído ao longo de uma história, esse jogo social que envolve a tecitura dos fatos científicos se utiliza de recursos retóricos, de estratégias de formação de alianças, da mobilização de capitais, da manutenção de uma ordem ou mesmo da sua subversão, de um conjunto de disposições e lógicas próprias de ação e até mesmo das circunstâncias (BLOOR, 1976; BOURDIEU, 1983a; FLECK, 1986; KNNOR-CETINA, 2001; KUHN, 1975; LATOUR; WOOLGAR, 1997; LYNCH, 1985).

O estudo das organizações produtoras de ciência e tecnologia possui uma grande relevância social, dada a centralidade que essas instituições ocupam na estrutura hodierna de produção de verdades socialmente legitimadas. Nesse sentido, as reflexões sobre a prática científica caracterizam-se importantes ferramentas para a investigação de aspectos sociais peculiares dentro dessas organizações, atrelados a um percurso histórico específico e à constituição de um espaço social próprio, contribuindo com grande riqueza de análise para a reflexão organizacional. Um estudo sobre a pesquisa como prática social em uma organização pública brasileira de pesquisa agropecuária, com história de grandes conquistas e que atualmente passa por profundas transformações, pode auxiliar o grupo social que nela atua a refletir sobre si mesmo e sobre sua prática, iluminando as escolhas por caminhos futuros.

Esse é o caso do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC), criado como uma unidade ecorregional da Embrapa (Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária) em 1975, com o propósito de realizar pesquisas agropecuárias que auxiliassem o uso econômico produtivo do Bioma Cerrado. Depois de 30 anos de história, o centro de pesquisa vive uma drástica renovação em seu quadro de pessoal¹, se depara com novas demandas sociais e o ressurgimento de intensos debates paradigmáticos. Esse momento único pelo qual passa a unidade possibilita uma observação privilegiada do jogo social na construção de sua prática científica. Nesse sentido, duas questões merecem atenção já na introdução deste trabalho visto que nortearão as reflexões desenvolvidas ao longo dos próximos tópicos: a) a gênese desse espaço social constituído para a prática de pesquisa agropecuária no Cerrado; e b) o que dizem os estudos sobre a prática social da ciência.

A criação do CPAC ocorreu dois anos após a criação da Embrapa em plena ditadura militar. Nesse período, o governo militar impunha transformações profundas ao país, ignorando um amplo processo de reflexão e debate que ocorria na sociedade, que dentre várias questões, abordava a industrialização brasileira, os problemas vividos no meio rural e suas necessidades de mudança.

A partir do processo de industrialização brasileira, mais especificamente após 1950, o pensamento sobre o meio rural se constituiu em torno de dois eixos discursivos - "a industrialização e o papel da agricultura" e "a questão agrária" (DELGADO, 2001).

A reflexão sobre os problemas do meio rural e sua inserção ao processo de industrialização compreendia aspectos produtivistas como a instabilidade na oferta de produtos agrícolas, a quantidade e qualidade da mão de obra rural que migrava para os centros urbanos e como esses aspectos atravancavam o desenvolvimento nacional, impactando negativamente o comércio exterior e o

¹ Em 1988, realizou-se estudo no CPAC em que foi diagnosticado que 65% do grupo técnico científico se aposentaria entre 2008 a 2010. Atualmente, verifica-se uma renovação muito maior do que a prevista. Em relação a empregados de campo e de laboratório, essa renovação gira em torno de 90%.

emprego urbano na indústria. A questão agrária surgiu em meio a uma construção teórica e política no campo comumente denominado de esquerda, alimentada principalmente pelo Partido Comunista Brasileiro, setores progressistas da Igreja Católica e pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e envolvia a discussão de outras ações relevantes que não apenas a inserção do setor agropecuário ao processo de industrialização brasileira. Essas outras ações diziam respeito à reforma na distribuição fundiária e nas relações sociais no campo visando melhoria nas condições de vida da população rural. A decisão por uma “modernização sem reforma” foi realizada pelo golpe militar em 1964, em uma tentativa de encerrar o debate, legitimando o discurso economicista que desconsiderava a desigualdade da estrutura fundiária e as injustas relações sociais no campo como relevantes ao processo de desenvolvimento nacional (DELGADO, 2001). Assim, o CPAC foi criado a partir da prevalência de uma visão dominante que abafou o debate social sobre agricultura. Esse discurso dominante que orientou as transformações promovidas pelo governo militar, foi incorporado na lógica norteadora das pesquisas e geradora das ações dentro do Centro.

Nesse mesmo período era difundida no mundo a chamada “Revolução Verde”. Esse programa, já amplamente estudado no Brasil², foi patrocinado por grandes corporações estadunidenses e se propunha a contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, por meio da disseminação de tecnologias atreladas a um modelo de agricultura vinculado ao complexo agroindustrial dominado por essas mesmas corporações. O modelo de agricultura “moderno” previa a utilização maciça de insumos agrícolas, máquinas e sementes provenientes dessas grandes corporações e favorecia grandes produtores capitalizados, regiões mais desenvolvidas já integradas ao

² Alguns destes estudos podem ser encontrados em Andrade (1979), Brum (1988), Castro (1983), Paschoal (1983), Pêsoa (1988) e Salim (1986).

complexo agroindustrial e determinados produtos orientados para exportação (BRUM, 1988). No Brasil, esse modelo foi assumido pelo governo militar e estimulado por diversas medidas de política agrícola e por programas governamentais, tendo como suporte a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND's -, sobretudo o I PND (1972 / 1974) e o II PND (1974 / 1979) atrelando a pesquisa, a extensão agropecuária e o crédito rural como instrumentos de disseminação (CASTRO, 1983; PÉSSOA, 1988). O modelo estava calcado em um paradigma científico produtivista, disseminado na formação dos pesquisadores e cujos elementos-chave eram: a experimentação, a dominação da natureza, a hiperespecialização, a monodisciplinariedade, a competição, a exploração intensiva, verdades científicas objetivas e leis universais invariáveis (ALMEIDA, 1989; BEUS; DUNLAP, 1990; FROEHLICH, 2010). Nesse contexto, esse modelo de agricultura foi absorvido de forma predominante na lógica geradora da prática de pesquisa na Embrapa, e especificamente no CPAC.

Outro aspecto de grande relevância na reflexão sobre a constituição do Centro e de suas práticas de pesquisa é a relação estabelecida entre o perfil de empresa pública, assumido pela Empresa e a convivência de valores acadêmicos e militares na conformação de sua cultura, dos quais vale a pena ressaltar a negação da burocracia e do controle, a autonomia para planejar e conduzir trabalhos, a hierarquia rígida e a meritocracia (BRITO, 2000).

O seu vínculo com o Estado visto ser a Embrapa uma empresa estatal que, portanto faz parte da administração indireta, exige obrigações burocráticas que desde o início confronta-se com a autonomia requerida pelo trabalho de pesquisa desenvolvido pela Empresa. Essa “má relação com a burocracia” se agrava com a sua incorporação na administração pública como dependente do tesouro nacional, implicando em períodos de grandes restrições financeiras que, aliados aos processos burocráticos já existentes, emperravam contratações,

aquisições e fluxos de recursos, se tornando uma verdadeira tormenta para a prática de pesquisa (CABRAL, 2005).

A reforma gerencial, ocorrida na década de 1990, teve como principal finalidade incrementar a qualidade e o desempenho da burocracia pública, reforçando a meritocracia, a gestão por resultados e a orientação para o cidadão, conformando novas formas de controle burocrático (REZENDE, 2002, p. 50). Ao mesmo tempo, estabelecia-se no país uma política neoliberal de afastamento do Estado no financiamento das pesquisas realizadas na Embrapa, tornando mais flexível sua gestão financeira de projetos. A Empresa reorganizou sua gestão de forma a estabelecer práticas oriundas da iniciativa privada como processos estruturados de planejamento de sua pesquisa, sistemas de controle de desempenho e novas modalidades de gestão financeira de projetos, incentivando fortemente a captação de recursos junto à iniciativa privada e outras instituições públicas. Além disso, iniciou-se um processo de seleção de empregados por meio de concurso público e o regime de trabalho na Empresa foi vinculado às normas da CLT (consolidação das leis trabalhistas). Nesse aspecto, a ideia de um setor público profissionalizado utilizava-se da argumentação em favor de carreiras estruturadas e de ingresso por concurso público, o que fortalecia princípios meritocráticos fortemente vinculados ao acúmulo de escolaridade.

Esses acontecimentos repercutiram fortemente na prática de pesquisa do CPAC, com destaque para: a) acirramento da competição interna por recursos financeiros para executar projetos de pesquisa e para destacar o mérito técnico individual de seus empregados, b) dependência maior do setor produtivo privado permitindo o direcionamento das pesquisas para áreas de interesse do complexo agroindustrial, c) maior autonomia do pesquisador na gestão do seu projeto de pesquisa, e d) estruturação de um plano de carreiras rígido e hierarquizado.

Após 30 anos de pesquisas focadas na produtividade e na exploração agrícola do Cerrado que possibilitaram a duplicação da área plantada e a

quadruplicação da produção da região, o CPAC se encontra em um momento de autoanálise coletiva sobre sua trajetória na prática de pesquisa e sobre as constantes transformações que se sucederam ao longo dessa história, dentre as quais, a partir da vivência em campo e do levantamento de informações primárias e secundárias, destacam-se:

- a) a emergência do debate em torno da sustentabilidade ambiental das práticas de pesquisa do CPAC. Esse debate surge com o propósito de conciliar as reivindicações dos defensores do desenvolvimento econômico com as preocupações de setores interessados na conservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Retoma também as preocupações com as questões sociais, fortalecendo as discussões sobre a questão da desigualdade social no campo. Esse conceito alimenta intensos debates internos sobre novos rumos da pesquisa no Centro;
- b) as preocupações gerenciais com a falta de foco das pesquisas realizadas no Centro. O CPAC ampliou suas ações de pesquisa a partir: da contratação de perfis diversificados de pesquisadores para atuar no tema abrangente do Bioma Cerrado e da identificação de diferentes demandas para o Bioma. Esse fato vem ocasionando, em certos momentos, sobreposição com pesquisas de outras unidades. Nesse sentido, o argumento gerencial defende a necessidade de estabelecer linhas prioritárias de pesquisa que agreguem as diferentes equipes;
- c) a formação de “feudos” e a competitividade, estimulados pelos processos de captação de recursos para projetos e avaliação de desempenho individual. Os sistemas de captação de recursos e de avaliação de desempenho foram instaurados no centro a partir do

fim da década de 1990. O sistema de captação de recursos para projetos competitivos teve como objetivo dinamizar a gestão financeira dos projetos, incluindo o aumento de recursos disponíveis para pesquisa. Já o Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Individual (SAAD) visou um maior controle sobre o planejamento e a execução das atividades desenvolvidas por seus empregados. O manuseio desses processos ao longo do tempo gerou nas equipes um sentimento de intensa competitividade que desagregava empregados e equipes, bem como estabeleceu “feudos” que buscam escapar do controle gerencial;

- d) os novos empregados e a rotatividade de pessoal. A renovação do quadro de pessoal se deu com a contratação de novos empregados e com a aposentadoria dos antigos empregados, sendo intensificada a partir da década de 2000, e ainda em curso no Centro. A entrada de empregados concursados resulta em mudanças internas de percepções sobre regras e procedimentos internos, de valores ou mesmo no relacionamento estabelecido com a carreira e a Empresa (LOURENÇO, 2006). Ao longo da década de 2000, vários empregados contratados saíram da Unidade, a imensa maioria ocupante dos cargos de assistente e analista. E muitos dos que permanecem na Empresa confessam que se preparam para outros concursos públicos.

Essas transformações inflamam as discussões internas e abrem espaço para vários questionamentos do que antes era consenso, como por exemplo, da identidade do centro, dos valores que motivam o pesquisador em seu trabalho de pesquisa, do direcionamento dessas pesquisas, das regras e dos procedimentos para se fazer pesquisa e, também, dos procedimentos para gerenciá-la. Esse

momento proporciona potencial para uma reflexão sobre a construção da prática de pesquisa em meio a esse espaço de pontos de vistas diferentes, cada qual buscando impor a sua percepção sobre a produção de pesquisa no Centro. Para essa reflexão é útil recorrer às teorias sociológicas que tentam desmistificar a produção científica como algo neutro e desinteressado, que busca somente a verdade dos fatos sem influência das relações sociais e das disputas de posições. Essas teorias são de suma importância para trazer à tona as influências desse contexto social de posições interessadas na tecitura da prática de pesquisa no CPAC. Dessa forma, retoma-se a segunda questão que merece atenção na introdução deste trabalho: os estudos da ciência como prática social.

A teoria da prática social está preocupada com aquilo que as pessoas realmente fazem em suas ações cotidianas. Essa preocupação com a realidade prática e social esteve presente na filosofia tardia de Wittgenstein, assim como no pragmatismo americano de Charles Peirce e William James durante as décadas de 1960 e 1970. Ao final da década de 1980, essa preocupação foi renovada por Hilary Putnam e Richard Rorty, ao proporem uma teoria social pragmática em relação à construção de sentidos e associada a um realismo de senso comum. A ideia central dessa teoria é que o significado de nossas crenças não é predeterminado, mas constituído ao longo da utilização de conceitos para resolução de problemas corriqueiros em uma dada comunidade social, tornando-se normativo nessa comunidade. Assim, o significado de nossas crenças é continuamente constituído ao longo de práticas sociais, ou seja, nosso pensamento é orientado pelo conjunto de ações socialmente construídas (ESFELD, 2003; JARZABKOWSKI, 2004; KRIPKE, 1982).

Pode-se compreender que práticas sociais são atividades humanas organizadas, compostas por várias ações situadas no espaço e no tempo e que envolvem um fazer e um dizer corporal específico (andar, escrever, ler, olhar, pegar ou mesmo dizer algo) que produzem um sentido social. Nesse aspecto, as

práticas trazem consigo entendimentos, conhecimentos, identidades e significados práticos (RECKWITZ, 2002; SCHATZKI, 2002).

A análise das práticas sociais ocorre em locais ontológicos que proporcionam o compartilhamento de significados, nesse sentido a vida social acontece dentro de um dado contexto que se torna fundamental para a análise dos fenômenos sociais (SCHATZKI, 2005). Esse contexto, ou lugar ontológico, assemelha-se às arenas coletivas de ação também estudadas por outras abordagens, resguardando algumas diferenças, como a figuração em Elias (2001), os campos semânticos em Taylor (1985), os campos discursivos em Pechêux (1975) e estruturas discursivas em Laclau e Mouffe (2004), os campos transcienceíficos em Karim Knorr-Cetina (2005) ou apenas o campo em Bourdieu (1997). O cotidiano das organizações é, nesse aspecto, solo fértil para as análises de práticas sociais, pois se configura uma arena coletiva de várias ações, sendo objeto de estudo de vários autores seja na investigação da estratégia (FENTON; LANGLEY, 2011; JARZABKOWSKI, 2004; JARZABKOWSKI; SPEE, 2009; WHITTINGTON, 1996, 2002), da aprendizagem (GHERARDI; NICOLINI, 2000; NICOLINI; MEZNAR, 1995; ORLIKOWSKI, 2002) e também da produção de pesquisa e tecnologia (BOURDIEU, 1983a; KNORR-CETINA; MULKAY, 1992; LATOUR; WOOLGAR, 1997; LYNCH, 1985). É nesse último aspecto que se concentra esse esforço de pesquisa.

Os estudos sociais em ciência e tecnologia têm como marco relevante as reflexões filosóficas realizadas na segunda metade do século XIX sobre os principais elementos constitutivos, sustentadores e transformadores do conhecimento, advindos do iluminismo. Essas reflexões buscavam definir as teorias científicas a partir da lógica, enfatizando a demarcação entre ciência e metafísica, calcadas na crença sobre a positividade dos fatos, ou seja, que esses se encontram estabelecidos pela natureza com existência fixa e interpretação universal (PESSOA JÚNIOR, 1993; PREMEBIDA; NEVES; ALMEIDA, 2011).

A partir do século XX, novas perspectivas e abordagens sociológicas sobre a produção do conhecimento ganharam força a partir de estudos como os de Ludwik Fleck (1896-1961) e Robert K. Merton (1910-2003) que buscavam compreender a organização social dos cientistas.

A perspectiva de Fleck calcava-se sobre a gênese e desenvolvimento dos fatos científicos, estudo publicado em 1935 que argumentava que o pensamento seria formado a partir de uma estrutura de ideias conectadas responsável pela homogeneização das opiniões, que predispõe e orienta a percepção do cientista para um determinado sentido. Para o autor, a construção dos conceitos científicos seria influenciada pela estrutura do pensamento coletivo vigente em uma determinada época, mas que se transforma ao longo de um processo histórico e social do conhecimento, evoluindo lentamente e sem grandes rupturas, de forma multidirecional a fim de aproximar-se da realidade. Nesse sentido, Fleck questiona a ideia de que um fato seja algo fixo e uma verdade absoluta que independe do sujeito conhecedor, assim como questiona que o objetivo da ciência seja o de descobrir tais fatos. Pois a atividade científica é coletiva e o desenvolvimento de um fato científico é influenciado pela estrutura de pensamento prevalecente num dado momento da história dessa coletividade (FLECK, 1986).

Em 1942, Merton apresenta um estudo de enfoque distinto. Ele discorre sobre o *ethos* da ciência dentro de um pensamento funcionalista mais focado nos aspectos institucionais e normativos da ciência, sem se ocupar com as influências sociais em seu conteúdo. Segundo Merton, o cientista precisa seguir alguns princípios, legitimados socialmente, para que seu trabalho seja reconhecido como científico entre seus pares, que são: a produção científica deve seguir padrões universais, seus frutos devem ser um patrimônio da sociedade e não propriedade privada, o objetivo do trabalho científico deve ser desinteressado com vistas apenas a ampliação do conhecimento humano e, por

fim, o cientista deve ser livre de qualquer preconceito e conclusões precipitadas sobre seu trabalho. Outras foram adicionadas ao longo de seus trabalhos como originalidade, neutralidade emocional e imparcialidade. Para Merton, esses princípios garantiriam uma ciência íntegra, independente de conflitos sociais, tornando possível a melhoria da sociedade. Assim, a produção científica seria orientada pela ação individual do cientista ao qual caberia se submeter ao *ethos* científico, que seria então esse complexo social de normas e pressupostos que se constituem uma obrigação moral para o cientista. Dessa forma, a produção científica somente seria legitimada quando inserida em uma sociedade organizada em torno desse *ethos* e submetida a um conjunto de regras, pressupostos e coações institucionais. As ideias de Merton sobre uma ciência autônoma e neutra foram fortemente influenciadas pelo pensamento de Max Weber no que tange a idealização de uma produção científica neutra e objetiva, ou seja, a “boa ciência” de Merton assemelhar-se-ia nesse sentido ao “tipo ideal” *weberiano* (CALHOUN, 2010). Também está em consonância com os fundamentos da ciência moderna, embasados na crença sobre a positividade dos fatos, onde os fenômenos objetivos enunciariam por si a realidade do mundo, enquanto aos cientistas caberia capturar essa objetividade sem contagiá-la com subjetivismos (NOGUEIRA, 2009).

Duas décadas após a publicação das ideias de Merton sobre o *ethos* científico, Kuhn com base nos trabalhos de Fleck, estuda historicamente o desenvolvimento da comunidade científica, argumentando que uma perspectiva normativa é insuficiente para caracterizá-la. Kuhn demonstraria em seus estudos que o paradigma que orienta as percepções e crenças inculcadas na formação do pesquisador, bem como suas escolhas profissionais e demais aspectos de sua biografia influenciariam na produção de diferentes interpretações do mundo, implicando um ver orientado que contrapunha à ideia do olhar científico neutro que traz a tona uma verdade universal. Nesse sentido, o autor trouxe relevantes

contribuições com suas ideias sobre os paradigmas científicos, caracterizados como realizações científicas que promovem uma interação cognitiva e que durante algum tempo fornecem problemas e soluções/modelos para a comunidade científica, sendo substituído por outro, através do crescimento de anomalias, ou seja, de fenômenos que não poderiam ser explicados dentro dos parâmetros do paradigma vigente, provocando assim uma revolução científica (KUHN, 1975).

A partir da década de 1970, esses estudos sobre a ciência receberam relevantes contribuições que reforçaram a ideia da influência social na determinação do conteúdo científico. Contribuições como a desconstrução do discurso da modernidade e a proposição de uma “Antropologia Simétrica” realizadas por Latour (1994), a defesa de Bloor (1991) sobre a natureza da ciência como leituras do mundo em negociação ou o enfoque construtivista de Karin Knorr-Cetina sobre a natureza contextual da ciência e a compreensão da prática científica em arenas de ação transepistêmicas. Dentre essas contribuições destaca-se as resultantes dos trabalhos de Pierre Bourdieu, que também trata a produção científica como uma prática social e que será devidamente aprofundado no referencial teórico deste trabalho.

Bourdieu atribui primazia às relações, autodenominando sua filosofia da ciência como eminentemente relacional e também como uma filosofia da ação. Nesse aspecto, a noção de prática constitui a essência dos seus estudos, sendo compreendida como a vida real em oposição à teorização escolástica. Ela é também como um dispositivo que atualiza as disposições inscritas nos agentes e na relação desses com uma estrutura que os abarca. É na prática que os principais conceitos da teoria *bourdieusiana* – campo, *habitus* e capital – são acionados, dentro de um jogo de disputas políticas onde as ações são guiadas mais frequentemente por um senso prático do que por um cálculo racional. Um jogo que busca a distinção que favoreça maior influência sobre a prática em um

determinado campo social, por meio da acumulação e reprodução de um conjunto de capitais, também compreendidos como um conjunto de recursos utilizados pelos agentes para impor um princípio organizador (BOURDIEU, 1997).

Esses conceitos além da base na prática, também estão calcados na dimensão relacional de Bourdieu, envolvendo as estruturas objetivas presentes em um campo social e também as estruturas incorporadas ao longo da história de vida dos agentes. Sendo frutos da tentativa de superação das dicotomias e reafirmação das relações entre indivíduo e sociedade, individual e coletivo, objetivo e subjetivo, dentre outras (BOURDIEU, 1997).

A prática científica não escapa a esse jogo social que trata a teoria *bourdieusiana*. Para ele o campo científico é um sistema de relações entre posições adquiridas por meio de lutas. Essas lutas se utilizam de estratégias que buscam valorizar ou desvalorizar um conjunto de capitais que habilitam os agentes dominantes a ditar as regras ou a ordem do campo. O que está em jogo especificamente na luta dentro do campo científico é o monopólio da competência científica, conjunto de capitais que outorga ao agente a legitimidade social para o que ele diz ou faz. Nesse aspecto as práticas científicas são interessadas e o conteúdo do que se produz cientificamente não está neutro nesse campo de lutas.

Nesse sentido, a teoria de Bourdieu aproxima-se dos estudos de Fleck com relação ao que este descreve como estrutura de pensamento que predispõe o cientista a se orientar para um determinado sentido. Com relação às ideias de Merton, Bourdieu argumenta que o conjunto de princípios que distingue a boa ciência não deixa de ser uma “estratégia de perícia enquanto imposição de legitimidade que prepara uma conquista de mercado” (BOURDIEU, 1983a, p. 130). Nesse caso, a discussão sobre as “condições ótimas para o desenvolvimento da ciência” traz em seu cerne um interesse de sociólogos

americanos em “fazer da democracia liberal de estilo americano a condição da democracia científica” (BOURDIEU, 1983a, p. 130). Bourdieu traz para a análise da prática científica, não apenas a influência de um contexto social, mas também e principalmente, se utiliza de uma lente que capta o conflito de posições e a posição dominante nessa influência.

A partir desses entendimentos, este estudo propõe investigar a pesquisa no CPAC como uma prática social, buscando responder: a) como a prática de pesquisa no âmbito do CPAC foi construída ao longo de sua história? b) Essa construção cotidiana é marcada por distinções e disputas políticas? c) Quais capitais são disputados pelos diferentes agentes no campo? d) E quais as estratégias utilizadas por esses diferentes agentes para fazer valer seus posicionamentos e interesses?

Dessa forma, pretende-se contribuir para a reflexão sobre a prática científica a partir da análise sobre a forma particular que ela assume no caso do CPAC, com a esperança de também contribuir para o processo de autoanálise coletiva pelo qual passa a instituição na definição de futuros caminhos. Acredita-se que com o aporte teórico já desenvolvido por estudiosos da prática social, a extensa memória da organização explicitada em vários documentos, filmes e *sites* e a inserção empírica da investigadora nesse espaço social, como analista desde 2002 quando aprovada em concurso público, este trabalho possa ter sucesso nesses propósitos. Para isso, serão estabelecidos os seguintes objetivos.

1.1 Objetivo geral

Compreender a pesquisa realizada no âmbito do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) como prática social.

1.2 Objetivos específicos

- a) Resgatar a constituição histórica da prática de pesquisa no âmbito do CPAC.
- b) Investigar a manifestação de características distintivas entre os agentes e de disputas que visam influenciar a prática de pesquisa.
- c) Identificar quais capitais são disputados pelos agentes no campo social que envolve a prática.
- d) Analisar as estratégias de manutenção e de subversão da ordem hierárquica dos capitais que vigora nesse campo social, considerando como são utilizadas pelos diferentes agentes para fazer valer seus posicionamentos e interesses.

Essa introdução foi apresentada de forma expandida, trazendo alguns elementos relevantes que sustentarão o modelo de análise a ser utilizado na pesquisa empírica realizada no CPAC. Esses elementos serão tratados com maior profundidade nos itens que se seguirão. No item 2.1 serão aprofundados os conceitos e elementos inerentes à teoria da prática social, a partir da reflexão de diversos autores sobre o estudo da prática em organizações. No item 2.2 serão revisados alguns dos principais estudos da ciência como prática social. No item 2.3 discorrer-se-á sobre os elementos da praxeologia *bourdieusiana*, com algumas contribuições de sua análise sobre o campo científico e burocrático, aplicações de sua teoria no INRA em Paris (*Institut National de la Recherche Agronomique*) e sobre algumas das principais críticas às suas ideias. O item 3 apresentará o desenho metodológico utilizado pela pesquisa empírica, realizada no centro de pesquisa agropecuária do cerrado, para compreender a pesquisa como prática social cotidianamente construída dentro da organização. O quarto item discutirá os resultados obtidos a partir da inserção em campo. E por fim,

serão apresentadas as conclusões obtidas com a experiência de investigação, apontando os limites encontrados pela pesquisa e algumas propostas para futuros estudos.

2 TEORIA DA PRÁTICA SOCIAL

A lente da prática, utilizada nos estudos organizacionais, acompanhou o movimento das teorias sociais na tentativa de integrar o indivíduo ao seu ambiente circundante e superar o dualismo existente entre as teorias calcadas na agência e as que privilegiam a estrutura, entre as abordagens objetivistas e as subjetivistas da realidade social (BOURDIEU, 1997; SCHATZKI, 2005). Nesse sentido, os estudos organizacionais e os estudos sociológicos imbricam-se na análise de fenômenos semelhantes. A produção de ciência em laboratórios é um exemplo disso. A análise da construção social de fatos científicos, envolta a uma cultura que a influencia, é tão relevante para a sociologia, como para as próprias organizações de pesquisa, pois ajudam a elucidar questões relevantes seja na definição de focos, de estratégias, de processos de produção e de avaliação da pesquisa, do clima organizacional e até mesmo nas reflexões cotidianas sobre o relacionamento interpessoal e os trabalhos conjuntos. Nesse sentido, busca-se contribuir para reflexões sobre a prática de pesquisa, sem intenções de enquadramentos em áreas de reflexão específicas da Administração. O foco na prática permite um olhar mais livre, que busca no cotidiano de realização da pesquisa as reflexões teóricas mais adequadas. Everett (2002) acrescenta que pesquisadores organizacionais buscam diferentes disciplinas a fim de compreender a organização de vários ângulos, sendo que para os que buscam uma análise crítica das organizações essas interseções se tornam fundamentais. Nesse sentido, este tópico reúne estudos organizacionais e sociológicos para uma reflexão crítica sobre a construção das práticas sociais, principalmente, da prática de pesquisa. Esse conjunto de reflexões foi selecionado a partir da problematização e do estabelecimento dos objetivos deste trabalho, bem como da vivência da pesquisadora em campo ao longo de oito anos de trabalho. Sendo

também utilizado para auxiliar: a) na escolha do caminho metodológico, e b) nas análises dos dados coletados a partir do trabalho empírico proposto.

Por se tratar de uma pesquisa sobre a prática social, essa reflexão busca explorar, inicialmente, alguns estudos organizacionais que trazem elementos importantes para compreendê-la (CHIA, 2006; JARZABKOWSKI, 2004; RECKWITZ, 2002; SCHATZKI, 2002, p. 471; SEIDL, 2007; WHITTINGTON, 2007). Visto ser a prática de pesquisa que se encontra em análise, também são apresentadas algumas contribuições de estudos marcantes sobre a ciência enquanto construção social. Opta-se por aprofundar na praxeologia *bourdieusiana* e em seus principais conceitos – campo, capitais e *habitus* – visto sua aderência aos propósitos dessa investigação e às reflexões realizadas a partir da vivência em campo. Por fim, são exibidas algumas análises de Bourdieu sobre o campo científico e o campo burocrático, tendo em vista a forte influência desses campos sobre a prática em análise. Bem como serão relatadas algumas críticas que incidem sobre o mesmo autor.

2.1 Elementos relevantes no construto teórico sobre a prática social

O estudo da prática está vinculado à análise social e cultural empírica. Ou seja, esses estudos estão interessados naquilo “que as pessoas realmente fazem em suas ações diárias”, contrapondo-se a uma explicação puramente teórica. Dessa forma, carregam em si o ensejo de observar a construção cotidiana da realidade social, buscando explicar a ação e a ordem social por meio da prática, tratando-a como a menor unidade de análise. Nesse sentido, “busca-se o social no conjunto de ações rotinizadas” caracterizadas por formas específicas de ação corporal, determinadas maneiras de pensar e de usar coisas, de acumular e compartilhar um dado conhecimento, uma forma particular de compreensão do mundo e mesmo um estado de emoção e comprometimento.

Envolve, portanto, um conjunto de “fazer e dizer corporal incluindo as atividades mentais e estendendo-se também às coisas e conhecimentos utilizados, unificando-os”. Nessa perspectiva, “corpo, mente e objetos não pertencem a reinos distintos, estão integrados na prática”. Incluindo nesse mesmo conjunto o conhecimento, que é compreendido como mais do que apenas “saber algo”, contemplando formas de querer, de entender e de sentir que também estão integrados à prática (JARZABKOWSKI, 2004; RECKWITZ, 2002; SCHATZKI, 2002, p. 471).

Schatzki (2005) argumenta que a prática está imbricada em um local ontológico, ou seja, em um contexto onde a vida social acontece, influenciando a organização das práticas em uma malha de vários arranjos entrelaçados. Nesse local ontológico que contextualiza as práticas, existe uma “estrutura de governança” que interliga, organiza e sustenta um conjunto de ações em torno de uma prática. Essa estrutura é composta por três elementos essenciais: “entendimentos, regras e estrutura teleoafetivas”. Por entendimentos, o autor descreve a capacidade compartilhada entre os praticantes de saber como se pode ou se devem fazer as coisas, bem como de compreender os sentidos de suas ações mutuamente. As regras são as formulações explícitas que prescrevem ou instruem o que deve ser feito ou dito. E a estrutura teleoafetiva envolve o conjunto de objetivos, ações e emoções legitimado e aconselhado como aceitável na orientação dos praticantes. Esses três elementos constituem o que o autor denomina de inteligibilidade prática, ou seja, “o que faz sentido para as pessoas fazerem em um determinado contexto espaço-temporal” (SCHATZKI et al., 2001). Assim, a formação da inteligibilidade no contexto da prática ocorre por meio da “construção social de como o mundo faz sentido e que ações fazem sentido neste mundo” (SCHATZKI, 1996, p. 111).

Já Reckwitz (2002) e Whittington (2006) desenvolvem, em seus estudos sobre a estratégia, três conceitos relativos à práxis, prática e praticantes que até

então estavam embutidos na definição de prática, “mas que muitas vezes eram compreendidos de forma distinta”. Assim, os autores buscaram especificar os sentidos de cada um e “unificar um vocabulário sobre temas centrais na teoria da prática”. Dessa forma, diferenciam práxis de práticas, considerando ‘práticas’ como as “rotinas comuns de comportamento” que envolve as regras, os entendimentos e tradições para pensar e agir, utilizando-se de pessoas e coisas. Nesse sentido, inclui-se tanto o conhecimento tácito e informal que constrói a prática (SCHATZKI et al., 2001), quanto o conhecimento explicitado em normas e regras, regidas por uma prestação de contas formal (WHITTINGTON, 2006). As práticas são caracterizadas também como multiníveis, ou seja, advindas de vários níveis dentro e fora da organização (KLEIN; TOSI; CANNELLA, 1999).

A palavra grega 'praxis' significa uma atividade atualizada no instante em que é realizada, ou seja, o que foi efetivamente realizado. Os estudos de Hendry e Seidl (2003), Mezas, Grinyer e Guth (2001) e de Regnér (2003) salientam que “a práxis se encontra difusa em episódios contínuos ou não rotineiros”, de todas as atividades organizacionais. Por fim, o termo ‘praticante’ se refere aos atores da prática e também da práxis, ou seja, aqueles que a executam e que lhe dão forma, salientando todos os que participam da práxis, sejam eles principais ou periféricos (WHITTINGTON, 2006). Para ilustrar a forte interconectividade entre os conceitos, foi proposto a Figura 1.

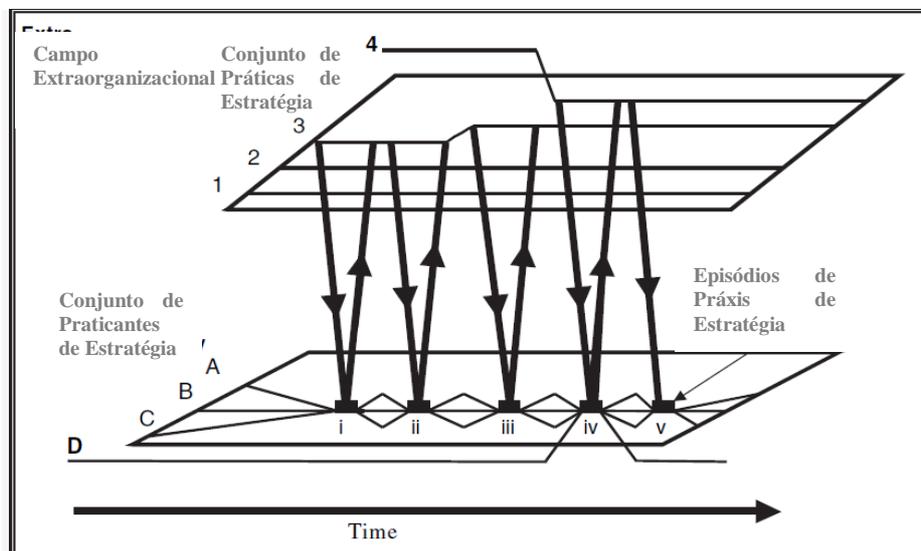


Figura 1 Integrando prática, práxis e praticantes
 Fonte: Whittington (2006)

A Figura 1 integra os conceitos de práxis, práticas e praticantes, onde os praticantes se configuram como a conexão entre a práxis e as práticas organizacionais e extraorganizacionais, pois ao realizar a prática, os praticantes refletem sobre as contingências, podendo atualizar a prática em episódios de práxis, ou mesmo gerar novas práticas ou introduzir novos praticantes. Nesse sentido, a prática não é percebida como fixa, determinada apenas por regras, mas como atualizada pela interferência cotidiana da práxis. Assim, “a práxis é uma performance artística e improvisação” (WHITTINGTON, 2006).

Jarzabkowski (2004), ao desenvolver o conceito de práticas de gestão em uso, contribui para a reflexão sobre a recursividade e adaptabilidade das práticas sociais. A autora utiliza-se da abordagem da estruturação de Giddens (1984) e do conceito de *habitus* em Bourdieu (1990) para embasar sua reflexão sobre recursividade. De forma breve, a teoria da estruturação de Giddens (1984) considera que toda ação humana é realizada no contexto de uma estrutura

preexistente, compartilhada por uma determinada coletividade e regida por norma ou lei que a orienta. Nesse sentido, toda ação humana é parcialmente pré-determinada com base nas regras vigentes na estrutura em que ela ocorre. Entretanto, essas regras e estrutura também sofrem influências da ação humana. Essa interação entre estrutura e agência ocorre nesse movimento recursivo e habitual que se encontra embutido na prática.

Segundo Jarzabkowski (2004 apud GIDDENS, 1984, p. 64), a teoria da estruturação contribui significativamente para a natureza recursiva da prática ao sustentar que: a) a prática está institucionalizada nas estruturas sociais que a reproduzem no tempo; b) as estruturas sociais compartilhadas são também incorporadas na prática; e c) essas estruturas são reproduzidas por meio do conhecimento tácito e consciência prática dos atores, quando esses escolhem padrões familiares que lhes fornecem “segurança ontológica”.

O conceito de *habitus* de Bourdieu também justifica as características estáveis e recursivas da prática. Nesse aspecto, o *habitus* se constitui como uma memória coletiva acionada na realização da prática. Essa memória é formada ao longo da história das ações práticas dos agentes e os predispõe a agir e a pensar de determinada maneira. O *habitus* é coletivamente “construído na prática e orientado para funções práticas” (BOURDIEU, 1990, p. 52). Escapando do manuseio do indivíduo, o *habitus* funciona como essa memória coletiva que “reproduz as aquisições dos antecessores nos sucessores da prática” (BOURDIEU, 1990, p. 65). Nesse aspecto, as escolhas dos atores da prática serão sempre influenciadas pelo *habitus* que conduzirá a um caminho “possível” já programado. A partir dessas bases teóricas, Jarzabkowski (2004) reforça o conceito de recursividade proposto por Clark (2000, p. 67), em que:

Recursividade significa a reprodução social realizada em uma sequência de atividades e ações, porque os atores envolvidos possuem um sentido negociado que constitui um

modelo cujo repertório será abordado em uma situação nova.

Jarzabkowski (2004) conclui que a prática social é caracterizada por recursividade, que pode ser compreendida como uma “vantagem competitiva” ao ser comparada à “eficiência aprendida”, a partir da ideia de que “a prática leva a perfeição”. Entretanto, a recursividade também pode estar relacionada à inércia e à incapacidade de adaptação.

Quanto à adaptação, Sztompka (1991) contribui com sua teoria da transformação social. O autor ao propor um campo social unificado que destitui a dicotomia entre agente e estrutura, também defende a integração entre a realidade atual e potencial, postulando que o vivo não se encontra sedimentado em momentos estanques, mas se encontra em processo de autotransformações. Dessa forma, a interação entre agente e estrutura ocorre em um processo social de transformação, e não em comportamentos sedimentados (JARZABKOWSKI, 2004 apud SZTOMPKA, 1991, p. 96). Assim, as estratégias de adaptação na prática podem ser consideradas como movimentos inseridos nesse processo, integrando micro e macro contextos. Em micro contextos, as estratégias adaptativas são requeridas a partir da emergência de novos conhecimentos sobre situações práticas que requerem novos métodos para solução de problemas (JARZABKOWSKI, 2004).

Essa reflexão teórica iniciou-se com a apresentação de estudos organizacionais sobre a prática social, permitindo explorar melhor alguns de seus elementos e conceitos mais comuns. Entretanto, em se tratando de analisar a pesquisa como prática social deve-se trazer à tona também, as especificidades dos estudos sobre a ciência, a fim de conhecer as principais questões, debates e avanços em sua análise como prática socialmente construída. Nesse sentido, discute-se no tópico seguinte as principais contribuições e reflexões advindas desses estudos que abordam a ciência como prática social.

2.2 Os Estudos da Ciência como Prática Social

Esse estudo está calcado na perspectiva de compreender a construção coletiva da prática de pesquisa no âmbito do CPAC. Nesse sentido, corrobora com vários estudos consagrados sobre o fazer pesquisa, que caracterizam um movimento de aproximação entre o senso comum e a produção de fatos científicos, buscando romper com perspectivas dicotômicas que se sustentam na separação entre natureza e sociedade, imanentes ao pensamento positivista que se faz predominante na sociedade moderna (como os estudos de Fleck, Kuhn, Bourdieu; Latour, Woolgar e Knorr-Cetina).

Essa reflexão abordará rapidamente alguns dos estudos mais marcantes no percurso que a compreensão da ciência como prática social percorreu, e aprofundará em alguns conceitos mais pertinentes diante da realidade empírica vivenciada por esse esforço de pesquisa. Inicialmente, resgatam-se os estudos de Fleck, cientista formado em medicina na Ucrânia que fez relevantes contribuições para a sociologia da ciência, questionando a neutralidade dos fatos científicos. Ele "percebe a ciência como uma atividade coletiva complexa, que deve ser estudada por filósofos, historiadores, sociólogos, antropólogos e linguistas (...)" (LÖWY, 1994, p. 12).

Vale mencionar que imperava no meio científico, desde a época dos estudos de Fleck, a crença na ciência positiva, neutra e livre das influências culturais e históricas. Nesse contexto, a obra mais relevante de Fleck "A gênese e o desenvolvimento de um fato científico", traçou uma trajetória histórica do conceito de sífilis e como tal trajetória influenciou o conhecimento sobre a doença. Nessa obra, ele apresenta seus conceitos sobre estilo de pensamento, coletivo de pensamento e formação proto-ideias. O autor argumenta que a produção de fatos científicos ocorre em um ambiente de interações entre um grupo de profissionais – "coletivo de pensamento" - e os fenômenos em estudo.

Ao compreender um dado científico, esse “coletivo de pensamento” está influenciado pelo que ele nomeou “estilo de pensamento”, ou seja, uma disposição para perceber de uma determinada forma, que influenciará como o dado será observado e analisado e, conseqüentemente, como será criado o fato científico. A construção de um fato científico é, nesse sentido, algo dinâmico e mutável e pode estar condicionado por um ou mais estilos de pensamento (CONDÉ, 2005; FLECK, 1986; LÖWY, 2004; PFUETZENREITER, 2007). Em suma, o estilo de pensamento é o que norteia o pensar de uma dada coletividade na construção cotidiana de suas práticas. E o coletivo de pensamento é o contexto de ideias compartilhadas pelo grupo de praticantes, influenciado pelo estilo de pensamento. Fleck (1986) ressalta que entre o sujeito e o objeto de estudo interpõe-se a comunidade científica, como sendo o coletivo de pensamento. Assim, o fato não advém da pura descrição de um sujeito isolado, ele não é neutro, mas intermediado por uma coletividade e por uma forma de pensar.

Fleck (1986) ainda acrescenta que o estilo de pensamento é reforçado ao longo do tempo pela sociedade a qual pertence, e que o surgimento de novos fatos e ideias é concebido como uma mutação continuada, dentro de um evento evolucionário. Assim, Fleck considera a existência de uma conexão entre o estilo de pensamento de uma época e as ideias que vão sendo consideradas pertinentes para um dado coletivo de pensamento. Nesse contexto, o autor apresenta seu conceito de pré-ideias, ou seja, ideias ainda confusas e pré-científicas que se desenvolvem e amadurecem o conhecimento sobre o fato.

As contribuições dos estudos de Fleck sobre a ciência foram marcantes. Dentre elas, destaca-se aqui três noções principais que contribuem para este estudo: a) a perspectiva histórica e de mutação continuada com a qual ele aborda a prática científica; b) sua ideia de estrutura de pensamento, que se situa nessa perspectiva histórica e que influencia a ação do cientista na construção da

ciência; c) dessa forma, a indicação de interferência social ou neutralidade ilusória na construção do fato científico; e, por fim, d) a ideia de um coletivo de pensamento, um contexto onde as ideias são amadurecidas e a prática científica é construída. As ideias de Fleck foram pouco disseminadas no meio científico, no período em que as concebeu. Entretanto, foram retomadas, complementadas e disseminadas pelo trabalho de Khun, já na década de 1960, que também considerou alguns elementos sob a perspectiva do conflito no campo de produção científica.

Sua perspectiva sobre a ciência também foi historicista, em contraste com a abordagem formalista apregoada por Merton em 1942. Entretanto, enquanto a perspectiva *fleckiana* enfoca uma compreensão evolucionária do conhecimento científico, Khun apresenta suas ideias sobre a revolução científica, trazendo conceitos que impactaram fortemente a comunidade científica como o de “paradigma”, cujo modelo é baseado na produção de conhecimento em Física (KHUN, 1975).

O autor considera que paradigmas são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUNH, 1975, p. 13). Esse conceito é fundamental na obra de Kuhn, entretanto, como seu contexto de criação foram as ciências exatas e naturais, requer adaptações na sua utilização em ciências sociais. Em reflexões mais sociológicas, ele acrescenta que o paradigma é como um “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento” (KUNH, 2006).

Segundo o enfoque historicista de Kuhn (1975) a ciência se desenvolve passando por algumas fases que ele elenca como: a) estabelecimento de um paradigma; b) ciência normal; c) crise; d) ciência extraordinária; e) revolução científica; e f) estabelecimento de um novo paradigma.

Na fase em que um paradigma se estabelece na produção científica, todas as demais escolas pré-paradigmáticas, concorrentes na área, são isoladas e acabam por desaparecer ou se marginalizar. Inicia-se então uma fase de ciência normal, compreendida pelo autor como uma fase em que os aspectos apontados pelo paradigma são aprofundados e há uma acumulação gradativa de conhecimento, buscando-se enquadrar a natureza nas linhas do paradigma. Ainda sobre essa fase, o autor esclarece que a maior parte da comunidade científica se ocupa em desenvolver trabalhos orientados para a atividade de confirmar ou negar a solidez do paradigma vigente. Ao longo do tempo vão surgindo anomalias, ou seja, problemas que o paradigma não é capaz de resolver e que gradualmente vão colocando-o em cheque, culminando em períodos de crise. Vale mencionar que ao longo da fase de ciência normal, a pesquisa avança os limites paradigmáticos, à medida que o paradigma deixa de resolver os problemas que se tornam cada vez mais relevantes. Esses avanços vão desintegrando a tradição paradigmática adotada pela ciência normal (KUHN, 1975, p. 25, p. 45).

O autor ainda dedica uma seção do seu livro “A Estrutura das Revoluções Científicas”, publicado em 1962, para esclarecer que as decisões sobre a adoção de paradigmas nas revoluções científicas possuem elementos relativísticos e subjetivos. Nesse aspecto, Kuhn introduz a ciência como um espaço de lutas, debates e tensões entre os adeptos de diferentes paradigmas, reforçando a ideia de que os cientistas não são apenas racionais, visto defenderem posições paradigmáticas e estarem sempre imersos em um paradigma, não podendo se afastar para realizar comparações objetivas (KUNH, 1975).

A obra de Kuhn, por ter impactado mais fortemente a comunidade científica, abriu espaço para novos estudos sobre a influência social na ciência, que se consolidaram em fortes linhas de pesquisa, a partir da década de 1970,

com relevantes contribuições advindas das ciências sociais e humanas. Dentre esses estudos, destacam-se os trabalhos de Bruno Latour, David Bloor, Michel Callon, Barry Barnes, Steven Shapin, Trevor Pinch, Pierre Bourdieu, Michael Linch, Karin Knorr-Cetina, Harry Collin, entre outros, como representantes dessa nova corrente que aborda a produção científica como prática social. Dentre eles, destaca-se a praxeologia de Pierre Bourdieu, cujo construto teórico avança de forma mais consistente em relação à abordagem historicista, relacional e do conflito sobre a prática social da ciência. Além disso, suas ideias apresentam forte aderência à realidade vivenciada no estudo empírico proposto, cujo campo agonístico é mais complexo, tendo em vista as características burocráticas e políticas que se encontram presentes na prática de pesquisa do CPAC. Enfim, o modelo burocrático da organização pública, a marcante história de fundação e a longa trajetória de conquistas e mudanças requerem uma perspectiva de análise que é contemplada satisfatoriamente pela abordagem de Bourdieu. Nesse contexto, sua sociologia da prática oferece grandes contribuições com os conceitos de *habitus*, capital e campo. Assim, sua teoria será abordada com maior profundidade no tópico seguinte, sem a intenção de esgotar neste referencial teórico toda a complexidade de sua obra, mas com o propósito de discorrer sobre suas ideias no contexto deste estudo, a fim de buscar alicerces robustos para sustentar as análises e conclusões deste estudo.

2.3 A Praxeologia *bourdieusiana*

A prática social ocupa um lugar central na obra de Bourdieu. Ele a compreende inserida em um espaço de posições, conceito que relaciona a noção de campo com a de capitais, trazendo em seu cerne a busca social por distinção e a perspectiva de um espaço de conflitos. Para Bourdieu, a prática também se encontra inserida em um espaço de disposições, ou seja, um espaço constituído

historicamente e, portanto, que traz em si uma memória que predispõe os agentes da prática a agir e pensar de determinada maneira. E por fim, esse espaço da prática também é um lugar de tomadas de posições, ou seja, de escolhas que são realizadas em relação à acumulação de um conjunto de capitais numa espécie de jogo social.

O sujeito em Bourdieu é o indivíduo que age sobre sua realidade, constituindo-a, sendo, portanto, um agente. Entretanto esse agente é, ao mesmo tempo, influenciado por uma estrutura social, que molda seus esquemas mentais de percepção e divisão da realidade. Nesse sentido, ele converge com os pensamentos de Hegel, Saussure e de Lévi-Strauss ao reforçar a existência de estruturas objetivas, estruturadas pelos meios de comunicação, destoando deles quanto ao racionalismo dessa ação. Também se afasta do pensamento desses autores, ao propor que tais estruturas são estruturantes da agência humana, orientada por um padrão social de percepção, pensamento e ação, se aproximando das ideias sobre as formas simbólicas e estruturas subjetivas de Cassirer e Kant e do culturalismo de Sapir e Whorf. A partir dessas escolhas, o autor busca superar a dicotomia objetivismo-subjetivismo, articulando em suas ideias a concepção de uma estrutura que é estruturada pelo pensamento e por instrumentos de conhecimento e de comunicação, e também é estruturante desse mesmo pensamento e do mundo objetivo, caracterizando-se assim como “estruturas estruturadas e estruturantes” (BOURDIEU, 1997, 1989, 2002).

A proposta teórica de Bourdieu contribui com uma compreensão ampla sobre a pesquisa como prática social no CPAC, considerando tanto a estrutura (histórica, física, cultural, de regras, normas, metas, planos, programas, cargos e hierarquias) estruturada pelo pensamento de seus agentes, quanto essa mesma estrutura influenciando a subjetividade e a ação dos mesmos na prática de pesquisa. Além disso, a noção de posições trabalhada por Bourdieu contempla uma particularidade da prática a ser estudada, qual seja um campo agonístico

fortemente influenciado pelas disputas políticas do campo científico e do campo burocrático que possuem como pano de fundo os conflitos no campo da agricultura brasileira. Sua noção de disposição permite resgatar a riqueza histórica da prática de pesquisa no CPAC e sua influencia na forma como é organizada e atualizada em sua práxis. A ideia de tomada de posição oferece ao estudo a possibilidade de conferir as escolhas entre estratégias de recursividade e de adaptabilidade da prática, atrelando-as ao campo de disputas sociais ao qual ela se encontra inserida. Por fim, a abordagem praxeológica de Bourdieu possibilita também a superação de uma abordagem atomística da prática de pesquisa, ao considerar a complexidade do jogo social historicamente constituído que a envolve. Mas é possível analisar o CPAC como um campo, dentro da perspectiva teórica de Bourdieu? Em seus estudos sobre “Os usos sociais da ciência” (2004) Bourdieu explica sua teoria de campo em uma conferência realizada no *Institut National de la Recherche Agronomique* (INRA), instituição de pesquisa em agronomia da França que apresenta semelhança em propósitos com a Embrapa e que já participou de diversos trabalhos conjuntos de pesquisa como CPAC. Nessa explanação rápida sobre sua praxeologia, Bourdieu realiza o que seria um esboço de uma análise da estrutura e do funcionamento do INRA como um campo, admitindo: “o INRA funciona como um campo, isso é um fato” (BOURDIEU, 2004, p. 49). A proposta de investigação de Bourdieu toma o laboratório, ou qualquer outro local de produção científica coletiva, como um campo ou um subcampo científico por conta do que possui de específico em seu jogo e naquilo que possui de autônomo em relação a outros campos (BOURDIEU, 2001). Nesse sentido, pressupõe-se que sua praxeologia também poderia ser aplicável ao estudo da prática de pesquisa no CPAC como um campo.

Para compreender melhor a proposta teórica de Bourdieu e suas categorias de análise, é importante reforçar algumas ideias que sustentam o seu

pensamento. Em primeiro lugar, como já dito, trata-se de uma percepção ontológica que busca superar a abordagem substancialista, de estudo das partes e de suas essências. Para ele, é necessária uma filosofia da ciência “que atribui primazia às relações”, utilizando, portanto, de uma abordagem relacional (BOURDIEU, 1997, p. 9).

Em segundo lugar, ele se aproxima de Marx ao utilizar uma abordagem social que se fundamenta na existência do conflito. Entretanto sua abordagem do conflito social é mais complexa, pois compreende o espaço social como dinâmico e multidimensional, em que as dimensões estão relacionadas a múltiplos princípios de diferenciação que estabelecem várias formas de capital, não apenas o econômico, e muitos tipos de classes sociais, escapando assim ao binômio - classe operária e classe burguesa. Além disso, inclui não apenas as dimensões materiais, mas também as dimensões simbólicas. Dessa forma, ao considerar a multidimensionalidade e a dinamicidade das relações, sua abordagem se torna mais abrangente (PEREIRA; CATANI, 2002).

E por último, considera que a ação do agente está atrelada à relação entre a disposição herdada pela sua história e a estrutura do campo no qual ele atua. Essa noção de ação conforma uma ideia de prática social pré-reflexiva que se opõe radicalmente às teorias de ator racional, segundo as quais o ator age racionalmente para atingir seus fins previamente estabelecidos, plenamente consciente de suas motivações. Para ele, os agentes, apesar de terem alguma consciência sobre suas práticas, não possuem uma consciência plena, pois estão submetidos a um sistema de disposições herdado historicamente que faz com que a lógica usada para realizar suas ações esteja mais vinculada a um costume aprendido do que a um “cálculo racional” (BOURDIEU, 1997, p. 142-143).

A partir dessas ideias, fica mais claro compreender a construção teórica de Bourdieu. Ele a situa no contexto específico e localizado da prática, a partir do desenvolvimento de três principais elementos: o campo, o capital e o *habitus*,

que só podem ser plenamente compreendidos de forma relacional. Assim, para além da caracterização de suas essências, se faz imprescindível compreendê-los nas relações entre si. É válido ressaltar que a aplicação dos pensamentos de Bourdieu nos estudos organizacionais tem propiciado pouca atenção ao caráter relacional de seus conceitos, gerando distorções e o uso limitado do seu quadro conceitual. O uso do conceito de campo, na ausência do conceito de capital, funciona apenas como uma metáfora, perdendo sua força explicativa do conflito entre as posições e sobre de onde se fala. Na ausência do conceito de *habitus*, o estudo deixa de efetuar uma importante relação entre os níveis micro e macro de análise (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008; SWARTZ, 2008).

2.3.1 A noção de campo

Bourdieu compreende a prática inserida em um microcosmo de relações sociais que ele denomina campo. Esse microcosmo é um universo restrito de características próprias, mas que também se relaciona com outros campos, seja como um subcampo ou estabelecendo intercessões dentro de um macrocosmo social. O campo pode estar submetido às normas sociais vigentes nesse macrocosmo, mas também funciona de forma a refratá-las em certa medida. Nesse sentido, sua capacidade de refração está associada ao grau de autonomia que possui. A natureza dessa autonomia depende da intensidade das pressões externas (seja sob a forma de leis, normas ou mesmo de rituais de entrada e consagração), e das resistências, ou “mecanismos que o campo aciona para se libertar dessas imposições (...) e reconhecer (...) suas próprias determinações internas”. Assim, quanto mais autônomo for um campo, maior sua capacidade de refratar as pressões externas, seja porque essas pressões são fracas, seja porque o campo desenvolve mecanismos eficientes na refração dessas pressões. Por outro lado, quanto menor for a sua capacidade de refração, mais o campo se torna

heterônomo. A heteronomia se manifesta no campo quando problemas de outros microcosmos sociais, principalmente problemas políticos, o impactam diretamente alterando suas próprias regras (BOURDIEU, 2004, p. 21; THIRY-CHERQUES, 2006).

Bourdieu (1995) compara o campo a um jogo de tabuleiro, que possui um espaço designado, um conjunto de regras consensuadas, o interesse dos jogadores em participar do jogo e um sentido de jogo que orienta os jogadores em suas estratégias e jogadas.

"Um campo se caracteriza por [dentre outras coisas] definir apostas e interesses específicos, que são irredutíveis às participações e interesses específicos para outros campos" (BORDIEU, 1995, p. 72).

Como espaço designado ao jogo, o campo é o lugar específico da prática onde os agentes estabelecem as relações objetivas entre si, buscando se distinguir dos demais a partir do acúmulo de um conjunto de capitais que os posicionam no jogo e em relação a seus adversários. Assim, as posições são características que distinguem os agentes no campo pelo conjunto de capitais por eles acumulados. E o campo é o espaço estruturado dessas posições, podendo ser analisado como a estrutura objetiva dessas posições.

O conjunto de regras do jogo equivale à ordem consensuada do campo, ou seja, a doxa. A doxa é uma ortodoxia, uma "visão correta" sobre o mundo, "um ponto de vista particular das posições dominantes [do campo], que se apresenta [...] como ponto de vista universal" (BOURDIEU, 1997, p. 120). Sendo imposta por eles, "ao cabo de lutas contra visões concorrentes" (BOURDIEU, 1997, p. 119). Ela comanda a representação que os agentes fazem da prática e as suas próprias ações no jogo sob a forma de categorias de percepção, esquemas de pensamento e de classificação sobre a realidade. Nesse sentido, ela valoriza o conjunto de capitais acumulados pelas posições dominantes do campo. Como por exemplo, a ideia de ciência como a única

forma válida de saber, associada à noção de que para fazer ciência é necessário ser pesquisador e que para ser pesquisador é preciso ter títulos e cargos que habilitam o agente para a função.

A natureza da imposição da doxa ao campo é principalmente simbólica. Ela é inculcada pelos agentes dominantes por meio de uma “autoridade pedagógica” (AuP), ou seja, um grupo de especialistas que falam em nome da doxa, caracterizando-se por fazerem parte da ortodoxia. A AuP realiza um “trabalho pedagógico” (TP), ou seja, um trabalho que realiza a inculcação e controle da ordem, se utilizando para isso de sistemas simbólicos (cargos, sistemas gerenciais, normas, títulos, Estado, língua) para punir ou premiar os agentes submetidos ao TP. A capacidade de influência, ou dominação, da doxa, advém principalmente de um bom TP que faça com que as posições dominadas confirmem a ela a legitimidade sobre o campo (BOURDIEU, 1997; BOURDIEU; PASSERON, 1982, p. 20-42).

Essa legitimidade também é auferida à doxa, por meio do que Althusser denomina “ideologia”, mas que o autor compreende como *Illusio*, ou seja, um investimento realizado pelo jogador para poder entrar no jogo, que forja o interesse de estar preso ao jogo, fazendo-o acreditar que ele vale a pena ser jogado (BOURDIEU, 1997, 1989; BOURDIEU; EAGLETON, 1996, p. 267). Ela confere ao agente o sentimento de pertença ao campo que faz com que ele o leve a sério.

A illusio é essa relação encantada com um jogo [...]. Isso é o que eu quero dizer ao falar de interesse: vocês acham importante, interessante os jogos que têm importância para vocês porque eles foram impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma daquilo que chamamos de o sentido do jogo (BOURDIEU, 1997, p. 140).

O sentido do jogo é, nesse caso, a habilidade que o agente desenvolve ao jogar, respondendo às exigências da doxa e tendo em vista apenas as alternativas de jogadas permitidas pelo *habitus*. Assim, aqueles que possuem o sentido do jogo estão mais preparados para perceber essas alternativas (BOURDIEU, 1997, 1979). Entretanto, não percebem o jogo como socialmente construído, mas como uma prática natural. *Illusio* é, portanto “estar envolvido” no jogo. É o poder mágico que faz que os jogos sociais sejam esquecidos enquanto jogos, fruto da cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais dos agentes e as estruturas objetivas do espaço social. (BOURDIEU, 1997, p. 139-140). É por meio da noção de *illusio* que se explica o convívio entre as diversas classes sociais, unificadas em uma mesma estrutura de sentido que possibilita a realização da prática. Pois ela amansa os dominados possibilitando o consenso sobre as regras do jogo, de forma que a doxa seja imposta por um poder simbólico, ou seja, por um poder invisível capaz de impor significações legitimadas. Um poder de constituir a realidade a partir de um enunciado que se faz valer pela mobilização, mais do que pela força, “que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7; BOURDIEU; EAGLETON, 1996).

Mas no campo, Bourdieu também considera as ações de resistência. Nesse sentido, os agentes podem estar no campo de três formas: a) participando da doxa, ou seja, da opinião comum; b) participando da ortodoxia, ou seja, do grupo de especialistas que falam em nome da doxa; e c) participando da heterodoxia, ou seja, do grupo de especialistas que buscam subverter a doxa, questionando a valoração dos capitais e a distribuição dos bens simbólicos (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, o campo é também um espaço de lutas, onde os agentes tomam posições tentando conservar ou transformar a doxa e a hierarquia de capitais nela vigente.

As tomadas de posição são estratégias não calculistas de manutenção ou subversão da doxa. Nesse sentido, buscam conservar ou mudar o princípio de valoração dos capitais no campo. Sendo estratégia de manutenção da doxa, ela irá reforçar o discurso ortodoxo e o valor dos capitais possuídos pelo agente dominante, mantendo as posições dominadas e dominantes existentes no campo. Sendo estratégia de subversão da doxa, ela irá tentar modificar a doxa e seu princípio hierárquico de valoração dos capitais. Nesse caso, o agente participa da heterodoxia e irá reforçar a valoração de seus capitais. A possibilidade de transformação do campo é dependente da relação entre a heterodoxia e os leigos (BOURDIEU, 1989).

A fim de compreender como ocorrem essas estratégias no âmbito da organização de pesquisa, é necessário refletir sobre a linguagem e o papel que ela desempenha neste mundo social. Bourdieu (1983a) afirma que a linguagem é um sistema simbólico que constitui a realidade, ao mesmo tempo em que é cotidianamente constituída na prática, sendo indissociável de qualquer prática. Assim, ela é uma espécie de práxis constituída e reconstituída no processo de fala ao longo das situações da prática. Dessa forma, a linguagem e as situações onde ela é produzida são indissociáveis, bem como a intenção expressa, a forma como é realizada e as condições de sua realização. Cada uma destas características produz um sentido específico numa dada situação prática, sendo por isso impossível separá-las. Bourdieu (1983a) defende categoricamente que “um signo não pode existir fora de um modo de produção linguístico concreto”, desta forma, os sentidos produzidos por um discurso estão estreitamente relacionados à estrutura do campo social que o envolve (BOURDIEU, 1983a, p. 4). Neste campo, a relação linguística também está inserida em uma relação de forças, em que as propriedades dos capitais acumulados pelos interlocutores são fundamentais para identificar a relação simbólica entre eles. Assim, Bourdieu (1983a) compreende a língua como não apenas um meio de comunicação, ou de

conhecimento, mas principalmente como um instrumento de poder. Pois por meio dela buscamos não apenas compreensão, mas também buscamos obediência, respeito e reconhecimento.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força que as fundamenta e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Nesse caso, a produção linguística gera uma competência linguística, ou seja, o direito à “linguagem legítima autorizada”, que por sua vez, envolve o poder de impor uma hierarquia de forma que “os que falam consideram os que escutam dignos de escutar e os que escutam consideram os que falam dignos de falar” (BOURDIEU, 1983a, p. 6). Para reunir o campo social com as formas de produção da linguagem nele existentes, Bourdieu utiliza a ideia de um “mercado” onde as escolhas discursivas individuais estão atreladas a um lucro simbólico ou material (BOURDIEU, 1991, p. 66). As escolhas linguísticas também estão fortemente associadas a um *habitus* linguístico. Inserido na conjuntura desse mercado e deste *habitus* linguístico estão os discursos, sempre posicionados e interessados em manter ou subverter a ordem estabelecida (WACQUANT, 1989, p. 47).

2.3.2 A noção de capitais

Os capitais funcionam como “princípios de diferenciação” das posições dentro de um campo conferindo a ele uma estrutura (BOURDIEU, 1997, p. 19). Como mecanismo de diferenciação, sua distribuição é desigual no campo, de

forma que sua estrutura é hierarquizada. Nesse sentido, a “posição relativa na estrutura é determinada pelo volume e pela qualidade do capital que o agente acumula” (BOURDIEU, 1992, p. 72). Para analisar as posições dentro de um campo é necessário compreender o conjunto de capitais que distinguem ou classificam os agentes. O conceito de capital em Bourdieu é semelhante ao da economia, em que ele é acumulado por meio de operações de investimento e se reproduz de acordo com a habilidade de investimento de quem o possui, bem como se transmite por herança (BOURDIEU, 1997). Entretanto, os capitais não se restringem ao capital econômico (constituído pela acumulação de recursos financeiros e de fatores de produção), possuem variações como o capital social, o capital cultural, o capital científico e o capital simbólico, cada um deles possui um conjunto de características específicas, as quais destacam:

- a) **Capital Social:** caracteriza-se pelo acúmulo de recursos relativos ao pertencimento de “uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”. Nessa rede de relações, os participantes estão reunidos “por ligações permanentes e úteis”. O volume de capital social está associado à extensão da rede de relações que o agente pode mobilizar, bem como do volume de outros tipos de capital (econômico, cultural ou simbólico) que cada membro da rede possui (BOURDIEU, 1998, p. 67).
- b) **Capital Científico:** são duas formas de capital científico que conferem poder no campo: uma forma caracteriza-se como político e institucional, e está associada à ocupação de um cargo gerencial, seja ele a direção de departamentos ou a participação em comitês de decisão, conferindo poder sobre os meios de produção (contratos, prestação de serviços, créditos) e reprodução (poder de nomear, de

avaliar e de fazer carreiras). Outra forma caracteriza-se por um poder de prestígio pessoal adquirido pela capacidade técnica de inventor reconhecida entre os pares. As duas espécies possuem “leis de acumulação diferentes”. Enquanto o capital científico puro é adquirido por contribuições legitimadas ao progresso da ciência que atribuem a ele um crédito simbólico, o capital científico da instituição se adquire pelo uso de estratégias políticas. As duas formas são difíceis de acumulação conjunta e também se diferem na forma de transmissão. O capital científico “puro” é “fragilmente objetivado” e “relativamente indeterminado”. Está associado aos dons pessoais do agente e possui algo de carismático. Dessa forma, sua transmissão é difícil e requer um longo trabalho de formação e colaboração, que permite uma “consagração” dos pesquisadores “formados ou não por ele”. O capital científico “institucionalizado” é uma espécie de capital burocrático e possui regras de transmissão semelhante a qualquer outra da mesma espécie. Deve assumir a aparência de “eleição pura” por meio de concursos nos quais a definição do posto está de alguma forma pré-ajustada ao perfil do candidato desejado. O autor salienta que na admissão de novos pesquisadores ao grupo, ocorrem conflitos nos quais os detentores de capital “institucionalizado” tendem proceder segundo a lógica da nomeação burocrática, enquanto os detentores de capital “puro” utilizam a lógica “carismática do inventor” (BOURDIEU, 2002, p. 36-37).

- c) Capital Cultural: essa noção surgiu a partir da necessidade do autor de entender a desigualdade escolar de crianças provenientes de diversas classes sociais. Implica uma ruptura com perspectivas que atribuem o sucesso ou o fracasso escolar a uma aptidão natural.

Atribui o desempenho escolar à distribuição de capital cultural entre classes. Dessa forma, esse capital compreende não apenas o conhecimento, mas também o conjunto de informações e habilidades correspondentes a uma qualificação intelectual produzida e transmitida pela família e pela escola. São de três tipos: em estado incorporado, na forma de disposições duráveis do corpo fruto da socialização prolongada que permite um jeito específico de falar, de se vestir e de se comportar; em estado objetivado, sob a forma de bens como livros, máquinas, entre outros. E por fim, em estado institucionalizado, ou seja, apresentando uma forma de objetivação muito específica, como o título acadêmico, por exemplo, que oferece garantia de uma instituição sobre propriedades originais e específicas (BOURDIEU, 1999, p. 73-74).

- d) Capital Político: Bourdieu (1997) em uma breve análise sobre o campo social da República Democrática Alemã (RDA) aponta para algumas diferenças na estrutura do campo em relação ao modelo francês analisado em sua obra *La distinción* (1976). Ele sugere a hipótese de um princípio de diferenciação que ele denomina capital político para explicar uma forma de diferenciação específica do campo social alemão, não apenas calcada na meritocracia alemã, já que o capital econômico estava “oficialmente fora do jogo” (BOURDIEU, 1997, p. 31). Assim, esse capital proveria seus detentores de uma forma de apropriação privada de bens e de serviços públicos. Esse tipo de capital seria adquirido nos aparelhos dos sindicatos e dos partidos e transmitidos por uma rede de relações familiares.
- e) Capital Simbólico: a acumulação de todos os demais capitais visa a posse de um tipo específico de capital simbólico. Esse corresponde

a uma propriedade específica de qualquer tipo de outro capital que é reconhecida e compreendida pelos agentes do campo como de grande valor. Esse valor dado pelos agentes advém de categorias de percepção sobre o que é bom ou o que é ruim, que foram inculcadas nos agentes dentro do campo conformando uma propriedade de “fazer ver” e “fazer crer” que o capital simbólico em questão confere prestígio e uma marca de distinção ao agente dentro do campo. Dessa forma, o capital simbólico permite ao agente que ele ocupe uma posição de grande influência dentro do campo, reforçada a todo instante pelos signos que reafirmam a posse desse capital. Devido a essa capacidade de legitimar a posição dominante do seu detentor frente aos demais agentes do campo, impondo e reforçando seu valor, o capital simbólico torna-se o principal instrumento de violência simbólica. Nesse sentido, pode ser facilmente convertido em outras espécies de capital. Em outras palavras, o autor o descreve como:

a forma que um capital assume quando é percebido através de categorias de percepção que são produtos da incorporação das divisões ou oposições inscritas na estrutura de distribuição desse tipo de capital (como forte/fraco, culto/inculto, competente/incompetente...) (BOURDIEU, 1996, p. 107).

Essas formas de capital são as principais abordadas por Bourdieu em sua obra. Entretanto, campos específicos podem se organizar por meio de outros princípios de diferenciação, propiciando o surgimento de outros tipos de capitais mais restritos a estruturação desses campos (EMIRBAYER; JOHNSON, 2008). Então, além desses capitais citados, existem outros mais, na quantidade em que forem identificados e constituírem valor de distinção em campos específicos.

Um exemplo disso é o estudo de Cantu (2009), sobre o campo social da gestão econômica do governo. Ele evidencia a presença do capital político como um princípio diferenciador. Entretanto, o campo apresenta especificidades, quais sejam: ele apresenta uma distribuição desigual de recursos políticos entre os indivíduos, além disso, a distribuição do capital é realizada por diferentes propriedades, seja pela militância, pela carreira burocrática ou competência técnica. Ele identifica tanto agentes de maior capital político, quanto um conjunto de pessoas que, embora pertencente ao mesmo campo, é relativamente destituído de recursos políticos, entretanto, essas pessoas deteriam um maior “capital burocrático”. Ele define esse capital como composto por “competências incorporadas, diplomas e reconhecimento profissional” e aponta que sua aquisição é realizada a partir de distintos tipos de trajetória profissional.

O espaço social estudado por Bourdieu em “*La distinción*” (1979), é estruturado com base em dois princípios de diferenciação, considerado os mais eficientes pelo autor: o capital econômico e o capital cultural. Segue que, para analisar a estrutura de um campo, o autor estabelece duas dimensões nas quais os agentes estão distribuídos nesse campo: a primeira relacionada ao volume de capital dos dois tipos, ou seja, a quantidade de capital acumulada em sua carteira; a segunda, com base na estrutura de seu capital, ou seja, no peso relativo dos diferentes tipos de capitais acumulados em sua carteira. Na relação entre as duas dimensões, Bourdieu identifica as posições e suas relações de proximidade e oposição.

A análise da estrutura do campo social compreende o estudo de diferenciadas formas de aquisição e de transmissão dos capitais, bem como de como os agentes organizam a sua carteira de capitais considerando suas posições em planos superpostos e como se utilizam de diferentes estratégias para manter ou subverter o princípio hierarquizador (doxa) desses capitais dentro do campo (BOURDIEU, 1989). Outra importante análise realizada por Bourdieu é sobre as

disposições incorporadas no campo que vão gerar formas distintas de estar nesse campo, como por exemplo, formas de comer, de se vestir e de se comportar (BOURDIEU, 1997).

2.3.3 A noção de *habitus*

Bourdieu estuda a estrutura objetiva de posições a partir de sua gênese, isto é, da incorporação de estruturas preexistentes. Nesse sentido, o campo não é apenas um espaço de posições e de tomadas de posições, é também um espaço de disposições para pensar e agir. Assim, para a plena compreensão sobre a noção de campo, é necessário compreender como essas disposições, aliadas à conjuntura específica do campo, conformam a prática (BOURDIEU, 1992, p. 102).

A noção de *habitus* é antiga, tendo sido utilizada por Aristóteles no emprego da palavra grega *hexis*, compreendida como um “estado adquirido e (...) estabelecido no carácter moral que orienta os nossos sentimentos e desejos numa situação e (...) a nossa conduta” (WACQUANT, 2000). Foi recuperada por Bourdieu a partir da década de 1960, a partir da necessidade de compreender as relações entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais em seus estudos na Argélia. Nesse sentido, ele a delineia objetivando romper com a dualidade objetivismo e subjetivismo, constituindo-a como uma noção mediadora que possibilitaria entender de que modo a sociedade estaria depositada na mente e no corpo das pessoas sob a forma de disposições duráveis para pensar e agir de determinada forma (WACQUANT, 2000). Assim, Bourdieu a conceitua como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma *matriz de percepções*, de apreciações e

de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983b, p. 65, grifo meu).

Bourdieu enfatiza que as experiências passadas, ou melhor, a história dos agentes configura-se em uma “matriz de percepções” que orienta as ações desses agentes na conformação de práticas. Ele também ressalta que o *habitus* configura-se uma competência adquirida na prática e pela prática e que opera no inconsciente coletivo modificando-se em tempo e em lugares distintos, pois apesar de durável está sujeito a ação social, que pode transformá-lo ou desmantelá-lo em função do advento de novas forças externas ao campo. Contudo, a partir da reprodução das práticas, o *habitus* tende a adquirir uma inércia, se reproduzindo mesmo em campos distintos de onde foi gerado (KENWAY; MCLEOD, 2004; WACQUANT, 2000). Por conta dessa inércia, as disposições geradas na história coletiva de ação dos agentes conferem à prática certa independência em relação às decisões atuais que sinalizam mudanças, haja vista que o passado está atuante na prática, funcionando como capital acumulado e conferindo legitimidade às ações presentes, dessa forma o *habitus* “produz história com base na história e assim assegura a permanência no interior da mudança” (BOURDIEU, 1990, p. 56).

Dessa forma, o conceito de *habitus* busca situar a prática dos agentes dentro de uma perspectiva histórica de experiências acumuladas pela trajetória coletiva e individual, que a conforma em uma relação dialética entre a agência do indivíduo e a estrutura social do campo (BOURDIEU, 1992, p. 113).

Os *habitus* individuais são conformados em diversos campos específicos pelos quais o indivíduo esteve inserido ao longo de sua história, tendo passado por experiências de socialização, seja na família, na escola, na igreja, em grupos de esporte, dentre outros. Nesse sentido, ele acumula diferentes esquemas de disposições constituídos em condições sociais específicas. Sendo assim, o

habitus se torna um estoque de disposições incorporadas ao longo da história de relações do agente e que são utilizadas em uma dada prática a partir dos estímulos conjunturais de um campo (SETTON, 2002). Entretanto, alguns estudos sobre o *habitus* sinalizam que instituições que promovem intensa e duradoura vida comunitária tendem a diluir as disposições deixadas por socializações realizadas em outros campos, como familiares, transformando e aparentemente uniformizando as disposições dos agentes nesse campo específico (ALMEIDA, 2008; PAULA, 2004).

Quanto à característica de mediação do *habitus* entre o indivíduo histórico e a estrutura, Montagner traz valiosa contribuição para trabalhos empíricos ao especificar o contínuo abrangido pelo conceito que vai de uma observação da “*hexis* corporal à *illusio*”. Dessa forma, ele destaca uma operacionalidade do *habitus* em três lógicas distintas: a) a primeira se configura na lógica da retenção, que se trata da incorporação de posturas e formas corporais ao longo da história, que se sedimentam em um sistema visível de (re)conhecimento. Esse primeiro momento pressupõe uma *hexis*, um processo de tornar-se corpo a partir de uma memória da ação registrada no físico. Pressupõe também uma dimensão coletivizada; b) a segunda lógica é a da mediação, que é de ordem mental e se caracteriza pela passagem do individual para o coletivo, do subjetivo ao objetivo; c) e a terceira lógica mencionada pelo autor diz respeito a lógica da classificação, onde o *habitus* já se encontra objetivado no julgamento ou na ação individual, marcado por uma memória do passado. Essa lógica implica a interações sociais em um campo específico e constituído historicamente (MONTAGNER, 2006, p. 517).

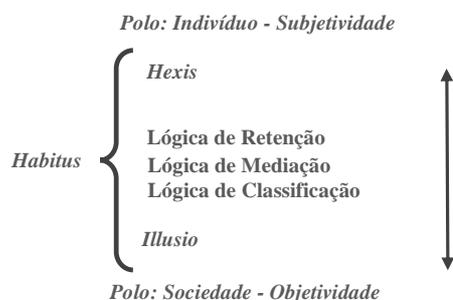


Figura 2 Diagrama explicativo do *habitus* – de *hexis* a *illusio*
 Fonte: Montagner (2006, p. 517)

O esquema explicativo de Montagner (2006) elucida o processo de incorporação do *habitus* e sua manifestação sob a forma de esquema de pensamento e de ação. E considera sua construção social dentro de campos específicos, por meio de experiências práticas (socializações) que constituem disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes) orientando a ação cotidiana. Deve-se salientar que o *habitus* é, principalmente, um sistema de disposições flexíveis, “uma identidade social em construção” que tende a reproduzir o campo, mas que também permite rupturas (SETTON, 2002, p. 67).

A partir dessa revisão sobre alguns dos principais conceitos da obra de Bourdieu, conclui-se que compreender sua praxeologia envolve lidar com uma rede de conceitos complexos e relacionados, entretanto esse esforço de reflexão se contenta com as noções já apresentadas. Pretende-se com isso, pensar a prática social de pesquisa no CPAC como constituída por seus agentes em uma história de práxis. Entender como essa memória incorporada constitui um campo social específico de posições e de tomadas de posições (BOURDIEU, 1992).

Entretanto, antes de finalizar essa análise do cabedal teórico de Bourdieu, cumpre rever algumas de suas análises sobre dois campos sociais que

influenciam fortemente o campo específico em estudo. Tratam-se dos campos científico e burocrático. Dessa forma, serão revistas algumas características particulares desses dois campos, já consideradas pela reflexão *bourdieusiana*.

2.4 O Campo Científico

Bourdieu assinala como propriedade específica do campo científico uma forma particular de *illusio* que se assenta no interesse científico desinteressado, “mais sutilmente, o interesse puro é um interesse pelo desinteresse”. Essa crença de que a prática científica é desinteressada e neutra é que faz com que “o jogo científico mereça ser jogado” (BOURDIEU, 2002, p. 30). Assim, o que diferencia um capitalista cientista são suas estratégias dúbias, interessadas e desinteressadas, igualmente falsas, “uma hagiográfica e idealizada, outra cínica e redutora”, influenciadas por essa forma específica de *illusio* (BOURDIEU, 2002, p. 31).

Tem-se, assim, testemunhos vindos de responsáveis pelas grandes revistas americanas de física que contam que seus pesquisadores lhes telefonam dia e noite, angustiados, porque se pode perder o benefício de vinte anos de pesquisa por cinco minutos de atraso (BOURDIEU, 2002, p. 31).

O ineditismo de uma obra científica ou o reconhecimento de seu impacto e benefício para a sociedade é nesse caso um interesse disfarçado pelo desinteresse científico. Os cientistas possuem interesse em chegar primeiro, em serem os melhores dentro de processo capitalista científico de acumulação de capitais. Pois essa acumulação permite vantagens sobre o que está em jogo no campo científico: o monopólio da autoridade científica capaz de influenciar a doxa, ou seja, o consenso sobre as regras válidas no campo (BOURDIEU, 1983a).

A valoração desse ineditismo, também percebido como originalidade, é uma especificidade do *habitus* científico, que provoca determinadas vezes um desfasamento entre as posições sociais obtidas (estrutura simbólica do passado) e as tomadas de posição (disputas simbólicas do presente) no campo científico. Essa forma de manifestação do *habitus* do campo científico está alinhada ao pensamento de Kuhn de que a mudança dos paradigmas científicos (dos valores e das regras do fazer ciência) ocorre, inicialmente, dentro do mesmo paradigma. Uma afirmativa que leva a considerar uma característica autorreformativa do campo científico (BOURDIEU, 2001).

A autonomia do campo também é uma característica relevante de ser analisada. Quanto mais heterônomo, mais o campo sofre influências de outros campos, “fazendo intervir forças não científicas nas lutas científicas”. Apesar de existirem capitais específicos no jogo pela influência sobre o campo científico, como por exemplo, o domínio da técnica e da demonstração e argumentação lógica, esses podem ser facilmente substituídos por capitais de outros campos, como por exemplo, por recursos financeiros, normas burocráticas ou cargos políticos. A luta no campo científico é condicionada pelo que seus atores consideram reais e legítimos mediante as representações que fazem das regras e da arbitragem. Em alguns casos esses atores convocam o mundo político, burocrático ou financeiro para intervir, mas a especificidade do campo científico autônomo é que, apesar de seus agentes estarem em disputa, eles “estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao real” (BOURDIEU, 2002, p. 33).

Dessa forma, as construções sociais no campo estão fundadas em representações da realidade, dotadas de “todos os meios de impor seu veredito” sobre o que é real, como técnicas de experimentação, métodos e instrumentos coletivamente acumulados e empregados sob a arbitragem das disciplinas e censuras do próprio campo. Entretanto, a concorrência no campo científico não é

pura, sofrendo interferências de forças de campos externos, econômicos e políticos, que visam o controlá-la. Nesse aspecto, uma maior autonomia da prática científica depende de menor necessidade de recursos econômicos, dos mecanismos que protegem o campo contra intrusos como os ritos de entrada e o quanto o campo consegue impor suas penalidades e reconhecimentos (BOURDIEU, 2002).

Como já dito, o campo científico possui duas espécies principais de capital: o capital científico puro e o capital científico institucionalizado. Essas duas formas de capital podem indicar as posições ocupadas por pesquisadores na estrutura do campo. Haja vista a dificuldade em se acumular as duas formas de capitais, os detentores de crédito científico possuem frágil peso político, enquanto os detentores de forte peso político possuem um frágil crédito científico. Entretanto, o autor aponta que a acumulação de forte crédito científico pode favorecer a obtenção de poderes políticos e econômicos, porém é mais fácil ocorrer a conversão de capital político em poder científico, pois o poder que exercem sobre os aparelhos (comissões técnicas, conselhos, etc.) de produção e reprodução da doxa, propiciam o “reforço da ortodoxia contra a inovação”. O poder concedido ao capital científico institucional impacta os jovens pesquisadores que são mais facilmente conduzidos a incorporar as regras, “emprestando suas qualidades científicas” àqueles dos quais dependem para ascender em suas carreiras (BOURDIEU, 2002, p. 39).

O campo da prática de pesquisa no CPAC, ao ser fundado como unidade de uma empresa pública, teve seus meios de (re)produção científica de certa forma apropriados pelo poder público. Nesse caso, vale explorar algumas considerações de Bourdieu sobre esse campo.

2.5 O Campo Burocrático

O campo burocrático é o campo de lutas entre forças que disputam influenciar o Estado e o mundo de representações legitimadas sobre a realidade, que ele mesmo (re)produz, especialmente por meio da escola. Ele constitui categorias de pensamento, formas de ver o mundo, que são utilizadas na vida social e percebidas como naturais. É por meio dessa influência sobre o Estado, que essas forças conseguem impor sua visão de realidade de acordo com interesses e valores associados às suas posições sociais, ou ao seu conjunto de capitais acumulados (BOURDIEU, 1997).

Para compreender as disputas nesse campo, é importante que se analise sua grande especificidade, ou seja, seu domínio sobre a produção simbólica e sua habilidade de “constituir os espíritos” por meio da utilização de uma forma específica de “eficácia simbólica”. Bourdieu corrobora com Durkheim na afirmação de que os agentes sociais constituem o mundo por meio de suas “estruturas cognitivas”, que são as formas de perceber, classificar e julgar a realidade. Essas categorias, por sua vez, também são constituídas historicamente e inculcadas pelo Estado, por meio de um trabalho pedagógico de suas instituições como a escola ou a família, e também de instituições de pesquisa por exemplo. Como o Estado está consagrado na percepção social como um representante e defensor impessoal, portanto neutro, da coletividade, ele reivindica o uso da violência física (capital de força física) e simbólica (regras sociais, educação moral e cívica, história, ciência) para estabelecer um pensamento comum sobre uma ordem social, influenciando assim vários campos sociais específicos. A eficácia simbólica, obtida pelo processo de inculcação realizado pelo Estado, constitui-se não apenas de forma difusa no pensamento coletivo, mas também de forma objetivada “codificada, delegada e garantida

pelo Estado” por meio de nomeações, estruturas públicas, distintivos, cargos, títulos, etc. (BOURDIEU, 1997).

Se o Estado pode exercer uma violência simbólica é porque ele se encarna tanto na objetividade, sob a forma de estruturas e mecanismos específicos, quanto na *subjetividade* (...) sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e de pensamento (BOURDIEU, 1997, p. 98, Grifos do autor).

Além desse capital simbólico específico do campo, o Estado também possui outras formas de capital, como o da força física (exército, polícia), o capital econômico (tributos, economia) e o capital de informação (congregador e distribuidor de informações e pesquisas sobre a sociedade, unificando as percepções sobre a mesma) para manter sua ordem social. É essa ordem inculcada e policiada pelas instituições de Estado que as forças presentes no campo burocrático buscam influenciar quando disputam o domínio sobre as estruturas de Estado (BOURDIEU, 1997).

Romper ou questionar o pensamento inculcado pelo Estado nas mentes da coletividade é uma tarefa bastante difícil que exige “verdadeiras revoluções simbólicas”, que atentam contra a integridade mental da coletividade e suscita “repressão impiedosa” por parte dos que defendem a ortodoxia (BOURDIEU, 1997, p. 93).

(...) quando, em certo momento, o Estado (...) tenta (...) reformar a ortografia, isto é, desfazer por decreto o que o Estado fizera por decreto, suscita imediatamente a revolta indignada de uma boa parte daqueles que tem compromisso com a escrita (...) é admirável que todos esses defensores da ortodoxia ortográfica se mobilizem em nome do *natural* que é a grafia em vigor e da satisfação(...) na busca pela adequação perfeita entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas... (BOURDIEU, 1997, p. 94, Grifos do autor).

A ortodoxia conta não apenas com as instituições pedagógicas para conferir legitimidade à ordem posta pelo Estado. Ela também se utiliza da legitimação social acerca dos mecanismos de coerção e punição utilizados por quem representa o estado para impor essa ordem, sem necessariamente convocar o uso da força física. Utilizando, portanto, de um poder simbólico.

Segue-se que o Estado, que dispõe de meios de impor e de inculcar princípios duráveis de visão e de divisão de acordo com suas próprias estruturas, é o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1997, p. 107).

Nesse aspecto, o poder simbólico do Estado está presente nos atos oficiais de consagração, reconhecimento e punição. Seja na nomeação de cargos de confiança, no estabelecimento e distribuição de cargos públicos, no reconhecimento público do mérito (premiações), ou mesmo, nos sistemas de punições alicerçados pelos capitais de força física, sempre de forma legitimada pela sociedade. Nesse aspecto, é pelo reconhecimento da legitimidade conferida ao Estado que Bourdieu mostra a submissão dóxica à qual está atrelada a sociedade (BOURDIEU, 1997).

As reflexões de Bourdieu sobre o campo científico e o campo burocrático contribuem para analisar a prática de pesquisa no CPAC, tendo em vista os propósitos de fundação do Centro e sua história de conquistas e transformações estarem associados a esses dois campos. Entretanto, apesar da utilidade de suas noções para auxiliar as reflexões sobre a realidade empírica vivenciada, a praxeologia de Bourdieu também recebe algumas críticas que, realizando contribuições ou pecados, merecem consideração a fim de proporcionar maior clareza e qualidade de análise sobre essa mesma realidade empírica.

2.6 Críticas à praxeologia *bourdieusiana*

Jeffrey C. Alexander (1995), filósofo americano que tem contribuído contemporaneamente com os estudos em sociologia cultural e considerado referência neofuncionalista em sociologia, argumenta que a noção de *habitus* de Bourdieu não está calcada em valores e ideais relativamente autônomos, pelo contrário, está presa a uma memória social que a conduz. Dessa forma, o autor classifica como “mal sucedida” a tentativa de Bourdieu em superar a dicotomia ação-estrutura, levando a prática social a um determinismo que não se alinha à proposta de Alexander de pensar a cultura de forma relativamente autônoma. Para ele, a noção de *habitus* de Bourdieu não explora os sistemas de classificação em toda sua complexidade, bem como as possibilidades de improvisação e criatividade da práxis relegando-a a mera replicação de uma memória guardada objetiva e subjetivamente (ALEXANDER, 1995, p. 137).

Baron, Field e Schuller (2000), por sua vez, consideram que abordagem sobre a cultura em Bourdieu não é reducionista, porém, sua construção teórica sobre a noção de capital e de dominação em “A Reprodução” (1970), apresenta vulnerabilidades. Segundo os autores, ao considerar o julgamento cultural do grupo dominante como predominante e universal no campo, permitindo uma dominação legitimada. Bourdieu fragiliza a análise das estratégias de “luta”, pois as categorias de percepção da ortodoxia se apresentam como soberana no campo. “Isto tende a reproduzir, na teoria, a relação de poder que ela mesma critica” (BARON; FIELD; SCHULLER, 2000, p. 4).

Outro grande crítico e admirador da obra de Bourdieu é Bernard Lahire, sociólogo francês e professor de sociologia na *École Normale Supérieure* de Lyon, França. Um dos pontos centrais da crítica de Lahire é a consideração do *habitus* como único olhar sobre as disposições culturais. Para ele, os indivíduos são altamente complexos, constituídos em várias realidades distintas. Dessa

forma, não teriam as mesmas disposições para agir e não agiriam de forma homogênea em diversas situações da vida. Ele atribui a noção homogênea do *habitus* à sua concepção diante de estudos sobre sociedades pouco diferenciadas, sendo inadequado a sociedades altamente heterogêneas em sua composição. O homem moderno seria então um ser plural, que se socializa a partir de diversas disposições incorporadas que se orientam por demandas diversificadas e até mesmo concorrentes, seja na família, na escola ou nas instituições que trabalham (LAHIRE, 2002). Lahire (2002) também chama a atenção para alguns limites da noção de campo. Para ele, a teoria dos campos de Bourdieu não oferece mecanismos calibrados para analisar a ação dos dominados, especificamente daqueles que não desempenham um papel principal nas disputas por capitais dentro do campo, ou seja, dos que não fazem parte da heterodoxia. Ele assim argumenta:

a teoria dos campos empenha muita energia para iluminar os grandes palcos em que ocorrem os desafios de poder, mas pouca para compreender os que montam esses palcos, instalam os cenários ou fabricam seus elementos, varrem o chão e os bastidores, xerocam documentos ou digitam cartas etc. (...) a teoria dos campos mostra (...) pouco interesse para a vida fora-do-palco ou fora-do-campo dos agentes que lutam dentro de um campo (...). Ao contrário do que as fórmulas mais gerais podem levar a acreditar, nem tudo (indivíduo, prática, instituição, situação, interação (...), portanto, pode ser incluído em um campo (LAHIRE, 2002, p. 50).

É verdade que em sua análise sobre o INRA, Bourdieu (2004) foca nas disputas entre as posições ocupadas por pesquisadores no campo. Apesar de ser uma breve análise, realizada no âmbito de uma conferência na qual o público poderia ser predominantemente de pesquisadores, sua reflexão sobre as lutas e capitais ignorou um universo de atores que estão vinculados à prática de

pesquisa e que agem nos bastidores da pesquisa, seja no campo de experimentos, no laboratório ou nos setores administrativos.

Para Certeau (1990), esses agentes despercebidos no campo são o foco principal de suas análises. Nesse aspecto, o autor constitui sua obra analisando “as maneiras de fazer cotidianas” das massas anônimas. Busca demonstrar a astúcia dos consumidores ordinários da ordem, crenças, valores, ideias e normas sociais em resistir sutilmente às intenções de uniformização e de obediência da ortodoxia. Dessa forma, busca analisar as criações anônimas do sujeito ordinário e esse espaço de manobra em que ele realiza microrresistências, possibilitando a subversão da ordem e o estabelecimento de microliberdades. Esse foco de análise revela recursos despercebidos, jogadas inimagináveis vindos de gente simples e que promove uma subversão silenciosa. Pode-se ousar compará-las ao famoso ‘jeitinho’ bem conhecido da cultura brasileira. Essa sabedoria que irrita e estimula a domesticação é denominada de “tática”, utilizada pelos mais fracos como criação engenhosa e subversiva, e trazida ao centro das análises das práticas sociais por Certeau (1990).

As táticas são atribuídas por Certeau às pessoas comuns, consumidoras da doxa, não produtoras da ordem, nem da heterodoxia. Assim, a tática é fruto de improvisação, não possui uma base de operações, dependendo de uma rede de trocas e de recursos que não dispõe para explorar furos na doxa, objetivando driblar o sistema, mas sem pretensões de dominá-lo. Outro comportamento identificado por Certeau é a estratégia. Essa é associada às instituições, sendo reconhecida em sua autoridade. Manifesta-se fisicamente em sítios de operações e é emanada pela ortodoxia ou por ela sancionada, produzindo leis, normas, crenças, regras e discursos. Ao passo em que táticas são improvisações ágeis e flexíveis de poucos investimentos, a estratégia exige tempo e outros recursos para ser constituída, o que a torna morosa em sua readequação. Assim, De Certeau argumenta que as táticas neutralizam a influência de uma estratégia e

que seu poder reside em sua natureza de difícil identificação. Dessa forma, as análises científicas da realidade empírica não devem pretender mapear ou catalogar as táticas, mas trazê-las à tona em uma discussão formal (CERTEAU, 1990).

Nesse aspecto, a crítica realizada à teoria *bourdieusiana* é relativamente consistente, visto que as estratégias de subversão da ordem ficam a cargo da heterodoxia. Assim, serão consideradas também as táticas na análise da realidade empírica proposta. No intuito de uma abordagem relacional da realidade empírica, alguns cuidados metodológicos são requeridos, como por exemplo, uma leitura objetiva e outra subjetiva da realidade (EVERETT, 2002). Ainda, se faz *mister* uma reflexividade sobre a posição da investigadora na realidade estudada e possíveis influências dessa posição em suas análises. Assim, no próximo tópico, apresenta-se o percurso metodológico utilizado, bem como um exercício de reflexividade que auxilie futuros olhares sobre a mesma realidade.

3 METODOLOGIA

“Numa ciência onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador é, ele mesmo, uma parte de sua observação” (MINAYO apud LÉVY STRAUSS, 2004, p. 21).

A escolha teórico-metodológica foi realizada a partir da experiência em campo vivida pela investigadora ao longo de oito anos de trabalho na unidade de pesquisa em questão. Inserida no campo como analista desde 2002, quando aprovada em concurso público, assumiu a função de melhorar a gestão e os processos da unidade. Ao longo dos anos, as intervenções de melhoria da gestão na organização revelavam-se superficiais causando transformações fragilizadas que rapidamente desapareciam do cotidiano organizacional. Percebeu-se assim a força de um jogo social que submetia as intervenções à lógica e à necessidade de compreender essa lógica se fez *mister*. Ao longo de suas leituras, a investigadora reconheceu nas ideias de Bourdieu muitas semelhanças com a realidade vivenciada em suas intervenções.

A adequação da escolha teórico-metodológica foi reafirmada durante três meses de trabalho de campo. Essa escolha também está alinhada a uma perspectiva ontológica de lente crítica sobre a realidade da prática, que considera o exercício da atividade científica inserido em um campo social de posições em disputa pelo poder legitimado de influenciar a prática. Também possui uma intenção de abordagem relacional que busca considerar não apenas as estruturas cognitivas do indivíduo, mas também as suas relações com as estruturas organizacionais, mediadas pelo plano simbólico da linguagem.

Nesse sentido, alinha-se a uma abordagem metodológica que considera tanto a objetividade, quanto a subjetividade presente na realidade em análise. Assim, intenta realizar duas leituras sobre o campo, como prescreve Everett (2002 apud BOURDIEU; WACQUANT, 1992): a) a primeira leitura visa

capturar a objetividade da física social que estabelece posições, bem como os capitais em jogo. Seu foco é no que pode ser medido, mapeado e observado, ou seja, sobre a estrutura constituída pelos agentes; b) a segunda leitura prevê um olhar sobre a subjetividade dos agentes, sobre suas vontades e suas categorias de percepção do mundo. Seu foco é na estrutura incorporada, no conhecimento mundano e nos sentidos compartilhados.

Outra importante prescrição metodológica enfatizada por Bourdieu diz respeito a uma postura reflexiva por parte do pesquisador. Ou seja, ele deve avaliar constantemente a relação entre o seu olhar investigativo e a realidade empírica, considerando que o ângulo do olhar investigativo influencia os resultados e as conclusões da pesquisa (EVERETT, 2002 apud CICOUREL, 1993, p. 112).

Nesse sentido, ele recomenda ao pesquisador um esforço para tentar superar três preconceitos principais durante o seu processo de pesquisa: a) o primeiro preconceito está atrelado à origem social do pesquisador. Nesse caso, é necessário refletir sobre a influência de ser mulher, de estar em determinada posição social, etc. no olhar de pesquisa; b) o segundo preconceito diz respeito à sua posição no campo acadêmico. Dessa forma, o pesquisador deve refletir se sua postura analítica não está resultando em distorções entre o ponto de vista escolástico e a vida social que se faz real; c) o terceiro preconceito deriva do intelectualismo que resultaria de um colapso da observação da lógica prática, seduzindo o pesquisador a interpretar o mundo como um espetáculo e não como problemas concretos do cotidiano (EVERETT, 2002, p. 72). Essa postura reflexiva do pesquisador se mantém ao longo do processo de pesquisa como um constante autoquestionamento sobre a influência de seu *habitus* e da ordem à qual se encontra submetido na compreensão da realidade da prática em análise.

A praxeologia de Bourdieu atenta para os problemas práticos do fazer cotidiano, abrangendo a ordem que possibilita a prática e os conflitos que lhe são

inerentes. Nesse sentido, a inspiração praxeológica neste estudo intenta uma análise, de corte temporal transversal, sobre a influência social na realização da pesquisa no CPAC. Vale reforçar que o universo em análise é o campo social que envolve a prática de pesquisa dentro do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados, uma unidade ecorregional de pesquisa da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e que as questões que guiam a investigação são: a) como a prática de pesquisa no âmbito do CPAC foi construída ao longo de sua história? b) Essa construção cotidiana é marcada por disputas políticas? c) Quais capitais são disputados pelos diferentes agentes no campo? d) E quais as estratégias utilizadas por estes diferentes agentes para fazer valer seus posicionamentos e interesses? A fim de responder a essas questões, propõe-se a seguinte estratégia de pesquisa.

3.1 A estratégia de pesquisa

A estratégia de pesquisa adotada combinou alguns aspectos da praxeologia proposta por Bourdieu e discutida em Everett (2002) com a orientação do processo investigativo de sequência circular, discutido em Alencar (1999). No processo circular de pesquisa, ou processo de pesquisa qualitativa, o pesquisador inicia seu trabalho a partir de pressuposições sobre seu problema de pesquisa. Tais pressuposições, analisadas à luz de referências teóricas, guiam a elaboração de um roteiro a ser utilizado na coleta inicial de informações, por meio de métodos diversos. As informações coletadas inicialmente são analisadas parcialmente e atualizam o roteiro e uma nova incursão a campo, focalizando novas informações e situações a serem observadas e fornece material para novas análises parciais até que o pesquisador esteja satisfeito com as respostas obtidas. Esse processo de idas e vindas ao campo sugere que a coleta e a análise de informações não são atividades estanques, e sim circulares, possibilitando

atualizações não apenas do roteiro, mas também das próprias questões de pesquisa. Dessa forma, oferece ao estudo a chance de reformular as questões e readequar a pesquisa à realidade observada, permitindo maior alinhamento com a prática e a possibilidade de questionamento da teoria (ALENCAR, 1999; DENZIN; LINCOLN, 1994; SPRADLEY, 1980).

Nesse sentido, ao utilizar a abordagem circular de pesquisa com alguns aspectos metodológicos da praxeologia *bourdieusiana*, buscou-se um processo de pesquisa flexível que permitisse ajustar o foco de forma a captar como realmente ocorre a pesquisa como prática social, porém com o aporte das “caixas de ferramenta” conceituais de Bourdieu (WACQUANT, 1992). Essa estratégia também considera tanto uma leitura da objetividade, como uma leitura *bourdieusiana* da subjetividade presente na realidade, tratando-se assim dos aspectos que podem ser observados, medidos ou mapeados, bem como dos aspectos percebidos e relatados pelos agentes. A estratégia de pesquisa é ilustrada na Figura 3.



Figura 3 Abordagem circular de pesquisa de duas leituras
Fonte: Adaptado de Everett (2002) e de Spradle (1980)

3.3.1 A primeira leitura do campo: a estrutura objetivada (normas, fotos, observações, documentos históricos, dados secundários)

A primeira fase de pesquisa teve início em setembro de 2011, a partir do retorno da pesquisadora ao CPAC e das negociações iniciais com a chefia do Centro para informar sobre a pesquisa em andamento nas dependências da unidade e solicitar a colaboração das equipes de pesquisa no processo. Foi enviado um *e-mail* do Chefe de Pesquisa para todos os setores informando o objetivo da pesquisa e solicitando a colaboração de todos os empregados. Além disso, a cada abordagem, a pesquisadora repetia o objetivo da pesquisa e renovava o pedido de colaboração.

O objetivo dessa fase foi a investigação da objetividade característica da prática, ou seja, dos aspectos materiais observáveis, medíveis ou mapeáveis como as normas e regras formais de entrada no grupo e de organização da pesquisa, o registro histórico da prática, a distribuição espacial dos agentes e as estatísticas sobre agentes e projetos. Dessa forma buscou-se compreender a estrutura objetiva do campo social que envolve a prática de pesquisa no CPAC, considerando como foi constituída ao longo de sua história, as posições estabelecidas nas relações entre os agentes e os capitais disputados por esses agentes.

Everett (2002) atenta que essa primeira leitura induz a dois momentos de análise. O primeiro momento se traduz em uma análise de poder, que requer um exame do campo e das relações de poder nele inserido. O segundo momento é o do mapeamento de relacionamento, quando se realiza um estudo sobre as posições ocupadas pelos agentes, analisando a estrutura de distribuição das espécies de capital em jogo, que tanto determinam as posições dos agentes, como legitimam a sua entrada no campo.

Para essa fase, foi elaborado um roteiro inicial (Anexo I) visando responder as questões iniciais propostas para a pesquisa, partindo do

levantamento dos seguintes temas já aprofundados nas referências bibliográficas deste trabalho.

Quadro 1 Questões de pesquisa e categorias de análise

PRIMEIRA LEITURA DO CAMPO (Documentos históricos, normas, regras, distribuição espacial, organização da pesquisa)	
Questões de Pesquisa	Categorias de Análise
a) Como a prática de pesquisa no âmbito do CPAC foi construída ao longo de sua história?	a) A constituição da prática
b) Essa construção cotidiana é marcada por distinções e disputas políticas?	b) O campo de diferenças
c) Quais capitais são disputados pelos agentes no campo?	c) Os Capitais em Jogo
d) E quais as estratégias utilizadas por estes diferentes agentes para fazer valer seus posicionamentos e interesses?	d) As estratégias de subversão da ordem
	e) As estratégias de conservação da ordem.

Após elaboração de roteiro, iniciou-se a coleta de informações utilizando-se dos métodos da pesquisa documental e da observação não participante, ou seja, da observação realizada por um observador que assume o papel de apenas expectador (LAKATOS; MARCONI, 2002). Esses métodos foram escolhidos com intuito de se completarem, de forma que um possa suprir as deficiências e potencializar as vantagens do outro.

Assim, enquanto a pesquisa documental possibilitou ampliar o entendimento de objetos situados dentro de um contexto histórico e sociocultural, facilitando a reconstituição de um passado relativamente distante (CELLARD, 2008, p. 295). A observação não participante ofereceu a oportunidade de verificar a prática vivida, captando comportamentos e acontecimentos, que muitas vezes escapam da consciência dos agentes, no exato momento em que são produzidos e possibilitando confrontar condutas

observáveis com os indícios retirados dos documentos (LAKATOS; MARCONI, 2002; QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988).

Cellard (2008) acena que documentos são como vestígios materializados da prática humana em determinadas épocas. Apesar de nem sempre retratarem a realidade, podem sinalizar importantes indícios que, em conjunto com dados observados, tendem a revelar aspectos importantes sobre o comportamento social que envolve uma prática específica.

Já no método de observação não participante, a presença do investigador pode alterar a situação observada (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 2002; RICHARDSON, 1999). Entretanto, também pode revelar pistas que, reforçadas pelos dados documentais, podem se tornar bastante esclarecedoras. No plano metodológico, a análise documental apresenta também algumas vantagens significativas. Como reforça Cellard (2008, p. 295), ao citar Kelly (apud GAUTHIER, 1984, p. 296), a pesquisa documental é um método de coleta de dados que reduz a “eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador” – na prática ou comportamento estudado. Dessa forma elimina as reações dos agentes ao evento de pesquisa, corrigindo as possíveis distorções dos dados coletados pela observação.

Appolinário (2009, p. 85) afirma que as pesquisas possuem duas categorias de estratégias de coleta de dados, uma que se refere ao local onde os dados são coletados, podendo ser o campo ou o laboratório; e outra que se refere à fonte dos dados, podendo ser documental se sua fonte for exclusivamente documentos, ou campo, se sua estratégia de coleta incluir a utilização de sujeitos (humanos ou não). Nesse sentido, o presente trabalho utilizou da estratégia de campo para coleta de dados nessa primeira leitura, visto que os dados foram coletados no Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados e sua fonte serem não apenas documentos, mas também a observação de sujeitos.

A coleta de documentos considerou tanto textos escritos e impressos, como imagens e *sites*, ou seja, considerou-se como documentos “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova” (APPOLINÁRIO, 2009, p. 67). Os dados obtidos tiveram origem tanto em fontes primárias, ou seja, documentos que não receberam nenhum tratamento analítico prévio, como em fontes secundárias, ou seja, documentos que passaram por análises de outros pesquisadores (OLIVEIRA, 2007).

Inicialmente os textos foram localizados nos *sites* restritos da própria Empresa. Em seguida foram requeridas, aos setores responsáveis, informações específicas complementares. Na biblioteca também foram localizados antigos trabalhos sobre a pesquisa no Centro.

Após avaliar a credibilidade e a representatividade de cada documento, esses foram organizados conforme os subtemas que respondiam, juntamente com observações críticas acerca do contexto em que foram produzidos e a posição representada pelo autor, a fim de auxiliar as análises posteriores, conforme orienta Cellard (2008).

Gil (1999), Lakatos e Marconi (2002) e Richardson (1999), consideram a observação como a base de toda investigação no campo social. Dessa forma, foi utilizada neste estudo tanto na primeira leitura da prática, visando compreender a estrutura constituída pelos agentes, como na segunda leitura, para compreender a estrutura incorporada nas subjetividades desses agentes. A técnica de observação iniciou-se com o acompanhamento de reuniões sindicais e técnicas, e, posteriormente, em visita de campo³ e em trabalhos desenvolvidos

³ Evento realizado no local de pesquisa, seja em campo ou laboratório, acompanhado pelos técnicos responsáveis, por membros da chefia e participantes inscritos que desejam conhecer com mais profundidade o andamento dos trabalhos de equipes de pesquisa específicas. Esta visita de campo em especial teve como objetivo integrar outras equipes de pesquisa em torno de linhas prioritárias.

nas salas dos pesquisadores, nos campos experimentais, nos viveiros e casas de vegetação e nos laboratórios (Anexo 2), sendo complementada com outras técnicas de coleta de informações. A coleta de informações realizada por observação não participante foi assistemática, ou seja, os sujeitos não foram submetidos a um mesmo roteiro observacional ou a critérios comuns pré-fixados. Dessa forma, a pesquisadora teve liberdade para decidir o tipo de informação que deveria registrar, utilizando-se de narrativas de formato flexível que lhe renderam profundidade e abrangência na análise da prática (FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, 1996). As descrições do fenômeno observado foram anotadas em diários de campo que continham identificação da data, do local e do grupo observado, junto com algumas reflexões da pesquisadora no momento da investigação, conforme orienta Triviños (1995).

A escolha dos grupos a serem observados foi intencional, baseada no critério de abrangência das principais etapas da prática, ou seja, buscaram-se observar grupos de praticantes atuando nas várias etapas de pesquisa. Depois de selecionada a etapa a ser investigada, a pesquisadora se dirigia aos locais mais prováveis de encontrar tais grupos e os escolhia ao acaso, conforme os grupos fossem aparecendo e se disponibilizando para serem observados. A observação, no entanto, se deu apenas nas interações ocorridas dentro da unidade de pesquisa, sendo esse recorte necessário para viabilizar a realização da pesquisa dentro do prazo estabelecido e da disponibilidade de recursos para sua realização. Foram observados 10 grupos que previam interações entre pesquisadores, pesquisadores e assistentes de campo, pesquisadores e técnicos agrícolas, pesquisadores e assistentes de laboratório, entre assistentes de campo, entre assistentes de laboratório e entre técnicos agrícolas. A observação dos grupos seguiu-se até o momento em que as informações reincidiam e pouco acrescentava ao roteiro de pesquisa, conforme orienta Minayo (2004).

Ao final de cada dia, os dados foram organizados e pré-analisados em relação à abrangência dos temas do roteiro de pesquisa, que por sua vez também era revisto e reformulado conforme os achados da pesquisa em campo. Esses dados foram validados utilizando-se da complementariedade de outras técnicas de coleta que verificaram sua coerência, como o levantamento documental, entrevistas e grupos focais (SELLTIZ; WRIGHTSMAN; COOK, 1987).

3.3.2 A segunda leitura do campo: as subjetividades (entrevistas em profundidade, grupos focais e observações não participantes)

O objetivo desta fase foi investigar a estrutura incorporada nas subjetividades dos agentes. Para isso, foi realizada reformulação no roteiro de pesquisa (Anexo 3). Para a coleta das informações foram utilizadas entrevistas em profundidade, precedidas ou procedidas de observações não participantes, e, posteriormente foram realizados grupos focais. Esses instrumentos foram utilizados de forma conjugada. As observações caracterizadas na primeira fase, também serviram para coleta de dados para este segundo momento. Spradley (1980) argumenta que observações não focalizadas são úteis para dotar o pesquisador de uma visão mais ampla sobre a situação, familiarizando-o com os grupos sociais e os processos-chave que nela operam. Após essa familiarização, pode-se proceder com estratégias de coleta de dados mais focalizadas. Nesse sentido, na segunda abordagem do campo social da prática de pesquisa, os dados obtidos a partir das observações serviram como direcionadores para as demais coletas, que foram realizadas por meio de entrevistas e grupos focais.

As questões das entrevistas (Anexo 3) foram formuladas de forma semiestruturada e com abordagem em profundidade. Foram constituídas a partir do roteiro de pesquisa e das análises parciais dos dados obtidos anteriormente, conforme orienta Triviños (1995).

As principais vantagens oferecidas pelo tipo de entrevista realizada foram: a flexibilidade de permitir ao agente entrevistado definir os termos de suas respostas, a liberdade do entrevistador para ajustar suas perguntas e o foco na profundidade da investigação, explorando mais a intensidade das respostas que sua frequência, valorando assim a experiência subjetiva do agente entrevistado (DUARTE; BARROS, 2006).

Além disso, a flexibilidade oferecida pela técnica de entrevista semiestruturada permite explorar algumas questões obtidas a partir das observações, bem como acessar outras questões não cogitadas levantadas pelos agentes entrevistados (MATTOS, 2005; TOMAR, 2007).

As questões propostas para as entrevistas foram previamente analisadas quanto à adequação da linguagem e à relação com os temas mais abrangentes que se buscava investigar. As entrevistas foram gravadas após autorização dos entrevistados e o preenchimento dos dados populacionais.

Foram entrevistadas 17 pessoas envolvidas na prática de pesquisa, selecionadas intencionalmente por critérios de representatividade, estabelecidos a partir das observações realizadas até então. Dentre esses critérios estão: área de atuação, de forma que as principais etapas da prática foram incluídas na investigação, o tempo de empresa, o cargo ocupado, o sexo, a liderança exercida no projeto, o perfil de captador de recursos e a ocupação de cargos burocráticos. Dessa forma, objetivou-se compreender a prática através de vários ângulos, não se restringindo ao olhar de grupos sociais específicos.

Os grupos focais coletam dados provocando interações grupais na discussão de um tópico sugerido pelo pesquisador. Dessa forma, caracteriza-se como uma técnica que intenta capturar a constituição das percepções, atitudes e representações dos grupos sociais (VEIGA; GONDIM, 2001). A estratégia de utilização de grupos focais teve como objetivo observar, por meio da interação dos grupos formados, os processos psicossociais que emergem a partir da

discussão de um determinado tema, ou seja, a defesa da ortodoxia, da heterodoxia e o jogo de interinfluências e posições assumidas nesse debate. Nesse sentido, interessava tanto os dissensos como os consensos na referida discussão.

A modalidade de grupo focal utilizada objetivou uma proposta multimétodos qualitativos, no intuito de integrar seus resultados com os da observação e da entrevista (MORGAN, 1997). Para esse autor a utilização de grupos focais após a realização de entrevistas individuais facilita o entendimento sobre as diferenças de opinião, visto já se possuir entendimento das opiniões isoladas. Após observações, os grupos focais possuem a vantagem de permitir comparar os conteúdos produzidos no grupo com as interações observadas no cotidiano dos participantes, com a possibilidade de aprofundar a análise de comportamentos específicos a partir do resgate de determinados temas.

Foram realizados dois grupos focais de composição diferente dos grupos entrevistados, com uma sessão para cada grupo. O primeiro foi selecionado a partir da homogeneidade do grupo quanto ao cargo de pesquisador, variando apenas nos critérios de sexo, tempo de empresa e área de atuação (recursos naturais, produção, agricultura familiar e agronegócio). Para participar desse grupo foram convidados pessoalmente e lembrados por *e-mail* nove pesquisadores, tendo comparecido ao encontro seis deles. Além desses, estavam presentes a pesquisadora no papel de facilitadora da discussão e uma relatora para auxiliar nas anotações. A reunião teve início após solicitação de permissão para gravações e breve apresentação dos papéis esperados de cada um, dos objetivos da pesquisa e do grupo focal, bem como das questões a serem discutidas pelo grupo. O segundo grupo focal foi selecionado atentando-se para a heterogeneidade do grupo denominado transferência de tecnologia. Buscou-se inserir no grupo a diversidade de cargos, funções e tempo de serviço. Foram convidados pessoalmente, por telefone e *e-mail* 10 empregados lotados na

transferência de tecnologia para compor o segundo grupo, tendo comparecido todos à reunião. Como no primeiro grupo, a reunião teve início após solicitação de permissão para gravações e breve apresentação dos papéis esperados de cada um, dos objetivos da pesquisa e do grupo focal, bem como das questões a serem discutidas pelo grupo (as mesmas apresentadas e discutidas no grupo focal 1).

As informações anotadas e gravadas nos grupos focais foram sistematizadas e integradas às informações levantadas pelas demais técnicas de coleta. Ao final de outubro de 2011, a pesquisa de campo teve fim, iniciando-se as transcrições das entrevistas e a pré-análise das informações.

3.3.3 Análise das leituras realizadas sobre a prática de pesquisa no CPAC, considerando a inter-relação entre a objetividade e a subjetividade do campo

Na última fase, as informações obtidas na primeira e na segunda leitura foram trianguladas e analisadas, relacionando os aspectos objetivados e subjetivados da prática de pesquisa no CPAC. Para realizar essas análises foi utilizado o método de Análise de Conteúdo (AC).

Esse método caracteriza-se por um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42). Ele pode ser usado dentro de uma abordagem quantitativa, por meio da análise da frequência com que características aparecem em determinado texto. Ou pode ser usado dentro de uma abordagem qualitativa, como é o caso deste trabalho, que se “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (LIMA, 1993, p. 541). A escolha por técnicas qualitativas de análise de conteúdo está

alinhada ao modelo teórico de análise que exige que se ultrapasse a mera descrição do conteúdo das informações coletadas em campo, atingindo, mediante a inferência, uma interpretação mais profunda.

Para Minayo (2004 apud BARDIN, 1977) a AC não deve se restringir à descrição do conteúdo das mensagens. Ela deve incluir a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e de recepção das mesmas, permitindo que a análise não apenas levante características da comunicação, mas atribua significado a elas. No âmbito da epistemologia, Minayo (2004) declara a existência de duas concepções de comunicação: a) a do modelo “instrumental”, que entende que o mais relevante na comunicação não é o conteúdo da mensagem, mas o que ela quer dizer tendo em vista seu contexto e circunstâncias; b) e a do modelo “representacional”, na qual o que importa é o conteúdo lexical da mensagem, visto que é por meio de palavras contidas na mensagem que se torna possível realizar uma boa análise de conteúdo, sem necessidade de considerar o contexto e o processo histórico (MINAYO, 2004, p. 202). Neste trabalho, o modelo teórico de análise nos leva a considerar fundamentais tanto o contexto de produção da mensagem, como o processo histórico em que essa mensagem se encontra inserida. Assim, a AC realizada a partir dos dados coletados em campo “relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados” (MINAYO, 2004, p. 203), articulando o explícito dos textos coletados com as características implícitas de seu contexto e processo histórico.

Para Bardin (1977), Minayo (2004) e Triviños (1995) a AC pode se utilizar de diferentes tipos de técnicas. A análise categorial é o tipo mais antigo e o mais utilizado. “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos” (BARDIN, 1977, p. 153). A análise categorial utilizada foi temática e se baseou na construção de categorias *a priori*, validadas na reflexão teórica e conformadas em temas do

roteiro específico. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar “uma série de significações que o codificador detecta por meio de indicadores que lhe estão ligados; [...] codificar ou caracterizar um segmento é colocá-lo em uma das classes de equivalências definidas, a partir das significações, [...] em função do julgamento do codificador [...] o que exige qualidades psicológicas complementares como a fineza, a sensibilidade, a flexibilidade, por parte do codificador para apreender o que importa” (PÊCHEUX, 1993, p. 65).

A análise dos dados levantados em campo foi realizada em três grandes etapas: a) a pré-análise; b) a exploração do material; e c) o tratamento dos resultados e interpretação (BARDIN, 1977). A primeira etapa configurou-se como um momento de organização, na qual foram selecionados os documentos a serem analisados e quando foram ordenadas as ideias que auxiliariam na interpretação. Nessa etapa, reuniu-se todo o material coletado e procedeu-se a uma leitura flutuante sobre ele. Em seguida, foi constituído o *corpus* de análise a partir dos dados coletados nas leituras da prática, buscando-se atender aos critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência, conforme elencados por Bardin (1977) e Minayo (2004). A primeira etapa finalizou-se com a preparação do material, transcrevendo recortes do texto para fichas específicas. Na segunda etapa, exploração do material, procedeu-se a análise categorial. Nela, o texto de documentos e entrevistas foi desmembrado em unidades de registro, buscando diferentes núcleos de sentidos que indicavam simetrias ou dessimetrias em relação às questões propostas, sendo posteriormente, reagrupadas em categorias pré-definidas a partir do quadro teórico escolhido. Na terceira etapa, de tratamento e interpretação, efetuaram-se análises reflexivas dos conteúdos reagrupados, triangulando essas análises com o material observado, com as questões propostas para o estudo e com a literatura que fundamenta as categorias pré-selecionadas, observando suas ausências ou

presenças na prática (BARDIN, 1977). Esse procedimento viabilizou interpretações e inferências alinhavadas com características da ordem da prática e com aspectos já refletidos pela literatura.

Por fim, deve-se ressaltar que refletir sobre a prática de pesquisa utilizando conceitos elaborados por Bourdieu é uma tarefa difícil, seja pela complexidade do pensamento desse autor ou mesmo pelo envolvimento da pesquisadora com a prática e com o campo social em questão. Nesse sentido, vale ressaltar que a investigadora ocupa uma posição no campo estudado e que apesar de exercitar a reflexividade nesse processo de pesquisa, esse fato tanto viabilizou a percepção de algumas características do campo, como dificultou a visão do campo sob outras lentes. Entretanto, o estudo da prática científica é realizado na maior parte das vezes por investigadores que ocupam a posição de pesquisador, seja no próprio campo em análise, seja em outros campos similares. No caso desta pesquisa, a investigadora teve a oportunidade de falar a partir da posição de pesquisadora dentro do campo científico, mas também a partir da posição de analista dentro do campo social específico em estudo.

4 REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PRÁTICA DE PESQUISA NO CPAC

A partir das informações coletadas em campo em sua primeira e segunda leitura, bem como de uma análise relacional que considerou informações das dimensões objetiva e subjetiva do campo, a discussão apresentada neste item propõe descrever o contexto de criação da prática de pesquisa no CPAC considerando as interinfluências entre a prática de pesquisa construída e as disposições percebidas na sociedade que a envolveu. Ao investigar a prática de pesquisa, busca-se verificar se há disputas manifestadas nesse contexto, bem como identificar os capitais em jogo e as estratégias de manutenção e subversão da ordem hierárquica desses capitais no campo social que envolve e influencia a conformação da pesquisa no Centro.

4.1 Perspectivas históricas e contextos de disposições que envolveram a criação da prática de pesquisa no CPAC

Inicia-se pela compreensão de algumas perspectivas históricas relevantes quando da criação do CPAC, abordando o contexto político do país, a conformação da ciência e características do Estado brasileiro que revelam elementos propícios para compreender o processo de constituição da prática. Vale ressaltar que não se pretende realizar uma ampla revisão sobre essas matérias, mas de resgatar algumas disposições que auxiliem nessa compreensão.

O Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC) foi criado em 1975 como unidade ecorregional da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Nessa época, o Brasil era governado pela ditadura militar que havia assumido o controle do país a partir de um golpe de Estado em 1964, resultante de condicionantes estruturais, tanto quanto de processos circunstanciais e episódios imediatos (FICO, 2004). A sociedade brasileira na

década de 1950 e 1960 vivia um momento de intensas disputas internas. Se por um lado o país havia passado por um crescimento econômico e urbano-industrial, por outro, havia uma crescente parcela da população urbana e rural que ainda vivia em precárias condições de vida, evidenciando a concentração de renda na classe proprietária e nos segmentos mais instruídos da classe média, característica histórica do Brasil até então. Diante desse contexto, trabalhadores rurais e urbanos iniciaram um processo de organização e reivindicação de reformas, tensionando a coexistência de posições políticas-ideológicas divergentes na sociedade, que disputavam os destinos do país (LYRA, 2012; REIS FILHO, 2001). Os discursos sobre o meio rural na sociedade brasileira se dividiam em torno de dois eixos: a) por um lado, os que defendiam um desenvolvimento pautado na “industrialização e da modernização da agricultura” com vistas principalmente a atender o mercado externo, e de outro, os que defendiam um desenvolvimento, pautado pela priorização da “questão agrária” que de forma superficial intencionava diminuir as desigualdades sociais na posse de terra e de outros recursos necessários para produção agrícola (DELGADO, 2001).

As principais teses do primeiro discurso citado, fundamentadas em estudos estatísticos e econômicos, alegavam a inexistência de uma questão agrária, visto que a estrutura fundiária e as relações trabalhistas no meio rural não se configuravam problema econômico relevante. Isso porque, com essa estrutura agrária a agricultura vinha cumprindo com suas funções de gerar riqueza para o país, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento econômico do mesmo. Tendo em vista que liberava mão de obra para o setor industrial, sem diminuir a quantidade de alimentos produzida no campo, bem como criava mercado para o consumo dos produtos da indústria e contribuía expressivamente para a expansão das exportações, além de financiar parte da

capitalização da economia (DELGADO, 2001 apud DELFIM NETTO, 1963, p. 85).

O outro eixo de discurso contemplava argumentos advindos das classes de trabalhadores rurais e urbanos, apoiados por intelectuais e organizações de esquerda. Seus principais argumentos defendiam a promoção de reformas consideradas essenciais para diminuir as desigualdades sociais e melhorar as condições de vida da população nas cidades e no campo, fornecendo a sustentação necessária para o processo de desenvolvimento. Dentre as reformas propostas para o campo, destacam-se a inclusão das relações de trabalho no campo na legislação que regia o trabalho urbano, bem como a reforma da estrutura fundiária, considerada de extrema relevância para elevar os padrões de vida da população rural e integrá-la dignamente à sociedade brasileira (PRADO JÚNIOR, 1979).

As reformas defendidas pela classe trabalhadora e por intelectuais de esquerda, com apoio cada vez maior do poder executivo, contrariavam interesses da oligarquia latifundiária e empresarial interna, bem como de banqueiros, investidores estrangeiros, imprensa, comerciantes, políticos, magistrados e da classe média. Para manter os capitais (econômicos, sociais, culturais e políticos) que sustentavam suas posições de dominância dentro da sociedade brasileira da época, esses atores se organizaram em torno da propaganda ideológica, disseminada pelos principais meios de comunicação, buscando desestabilizar o poder executivo, com apoio financeiro, logístico e ideológico dos Estados Unidos (DREIFUSS, 1981; LYRA, 2012). Além disso, construíram uma ampla rede de apoio dentro das forças armadas por meio da crença forjada de luta contra a propagação do comunismo no mundo, de forma a eliminar completamente quaisquer discordâncias, reivindicações e manifestações de cunho trabalhista que propunham distribuir ativos e renda dentro do campo da

democracia ocidental e cristã, do qual o Brasil fazia parte (DREIFUSS, 1981; FICO, 2004).

Nesse contexto, o golpe militar de 1964 estabeleceu um regime de governo alinhado politicamente à elite brasileira e aos Estados Unidos, culminando em planos e programas de governo que não modificaram a acentuada concentração de renda e terras, mas culminaram em forte dependência econômica e tecnológica dos Estados Unidos e submissão à sua política neoliberal. Esse cenário favoreceu a adoção do modelo agroindustrial da revolução verde no Brasil, disseminado e patrocinado por grandes corporações estadunidenses (DELGADO, 2001).

Esse modelo de agricultura advinha do discurso modernizador, sem a intenção de distribuir ativos, terras e recursos. Propunha-se a contribuir para o aumento da produção e produtividade agrícola no mundo, por meio da disseminação de tecnologias atreladas ao modelo de agricultura vinculado a um complexo agroindustrial dominado por grandes corporações estrangeiras. O modelo de agricultura moderno previa a utilização intensa de recursos naturais e o uso maciço de insumos agrícolas, máquinas e sementes provenientes desse complexo agroindustrial (BRUM, 1988).

A Embrapa surge nesse contexto político, para auxiliar a proposta de modernização da agricultura, defendida pelos militares e por grandes proprietários de terra, por meio de pesquisa e transferência de tecnologia pública para produtores do agronegócio.

A partir da década de 1990, intensificaram-se no Brasil os discursos em defesa da questão ambiental, que traziam ao debate os efeitos nefastos do ritmo de crescimento da produção e do consumo. Esses discursos pautavam-se em estudos realizados ainda na década de 1960 que sinalizavam catástrofes naturais e sociais que levariam a humanidade a um processo irreversível de autodestruição (COSTA NETO; CANAVASI, 2001).

A questão ambiental ganhou escala mundial a partir do relatório *Meadows*, de 1972, elaborado pelo Clube de Roma. No Brasil, a questão ambiental passou a ser pauta essencial na agenda política oficial a partir da ECO-92, também conhecida como Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Seu principal objetivo estava em buscar conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e proteção dos ecossistemas do Planeta. A realização da Conferência no Rio de Janeiro reforçou o discurso ambiental consagrando o conceito de desenvolvimento sustentável e com ele, o fortalecimento de diversos movimentos sociais brasileiros ecoambientalistas, alinhados a outros importantes movimentos internacionais (FERREIRA, 1998).

A questão ambiental conjuga com a crítica ao modelo de desenvolvimento da agricultura adotado pelo país, a partir dos anos de 1970, articulando-se com preocupações socioeconômicas e culturais a partir de uma proposta de combinar a conservação e preservação ambiental com o seu uso sustentável e socialmente justo. Nesse sentido, propõe o resgate e a revalorização do conhecimento popular desenvolvido ao longo da história da prática agrícola no país e que foi marginalizado durante a implementação do modelo da revolução verde no Brasil, além de um desenvolvimento a partir da participação da população local na construção de projetos democráticos (COSTA NETO; CANAVESI, 2001; RIBEIRO, 2006).

Conjugada a esse contexto socioeconômico e político, a ciência desenvolvida no âmbito nacional reproduzia em seu interior a agonística vivenciada pela sociedade brasileira, caracterizando-se como um agente de grande influência sobre os destinos do país. A história da ciência no Brasil está imbricada com a história de formação da sociedade brasileira. Isso porque ela é fruto e cúmplice da construção dessa sociedade e não pode ser refletida sem

atribuir-lhe uma posição. Gramsci (1991) reflete que são os intelectuais, incluindo nessa categoria os cientistas, que desempenham a relevante função de inculcar os valores das classes dominantes nas classes dominadas, promovendo o consenso das grandes massas e organizando a hegemonia social.

A configuração do meio científico brasileiro a época da criação da Embrapa assumiu essa função de disseminar crenças e valores por meio das verdades científicas, fortalecendo as ações do governo que defendiam o modelo da revolução verde, atendendo aos interesses da elite oligárquica e de corporações transnacionais. A partir desse casamento entre a ciência e o Estado-Governo, no qual ela assume uma posição dominante perante outras formas de saber, é que surge a prática de pesquisa em estudo.

Vale ressaltar que historicamente a ciência brasileira se insere dentro de um debate científico internacional, que nada possui de neutro, se caracterizando como um campo de lutas dos Estados por afirmação de poder sobre o saber científico universal. Um campo autolegitimado que garantiu a hegemonia do iluminismo francês e inglês, que por sua vez estabeleceu um fluxo de difusão desse saber científico – “dos centros de saber para as áreas periféricas”. Apesar das tentativas da ciência brasileira em legitimar a América portuguesa como lugar de produção científica, esse fluxo do saber ainda é predominante (KURY, 2004, p. 125-126).

É essa ciência, compreendida como o conhecimento verdadeiro, neutro e universal, legitimadora das ações do Estado e difusora de um saber estrangeiro, que constitui a agricultura moderna orientadora da gênese da prática de pesquisa em estudo. Essa ciência que se torna o braço direito na disseminação do modelo da revolução verde na agricultura do Brasil. Esse modelo, por sua vez, insere a ciência e os pesquisadores nacionais no âmbito de uma estratégia corporativa multinacional que visa submeter à economia de Estados aos seus interesses econômicos (ALMEIDA, 1989; BEUS; DUNLAP, 1990; FROELICH, 2010).

Deve-se ressaltar que o debate contemporâneo, em torno das questões ambientais e sociais, no campo científico brasileiro, engendra um contraponto à ciência iluminista no que diz respeito a sua razão única e utilitarista, levando em conta principalmente o bem-estar social. Esse debate no campo científico brasileiro ocorreu pela mesma via estabelecida em tempos anteriores, ou seja, dos centros de saber para as zonas periféricas. Entretanto, traz no bojo de suas ideias críticas à ciência iluminista e a esse fluxo de saber. No âmbito deste estudo esse debate envolve o movimento agroecológico, que se estabelece no Brasil, no início da década de 1980, como metodologia e estrutura conceitual para o estudo de agroecossistemas, tendo grandes contribuições de estudos sobre sistemas de cultivos e conhecimentos tradicionais dos países periféricos (GLIESSMAN, 2000).

Costa Neto e Canavesi (2001, p. 204) sustentam que a agroecologia se constituiu campo técnico científico, a partir de duas características distintivas das demais ciências correlatas a ela contemporâneas: a) a partir da ideia de sistemas; e b) do “reconhecimento dos saberes tradicionais da agricultura não cientificamente especializada, praticada com base em influências socioculturais”. Nesse sentido, ela converge com os discursos que tematizam aspectos socioculturais e ambientais para o desenvolvimento rural e se contrapõe ao discurso econômico dominante. Dessa forma, o debate na arena científica insere-se no debate político que se estabelece a partir de posições historicamente constituídas na sociedade brasileira.

Criada no âmbito de uma empresa pública de direito privado, a prática de pesquisa do CPAC é também fortemente influenciada pelas disposições geradas pela conformação do Estado brasileiro. Nesse sentido, algumas características da formação desse Estado merecem ser refletidas à luz dos contextos já mencionados até então. Vale ressaltar que a gênese do Estado brasileiro está atrelada a uma tentativa elitizada de conformar uma sociedade

extremamente desigual às ideias do iluminismo, porém sem modificar sua estrutura (MACHADO DE CARVALHO, 2012). Assim, as transformações ocorridas no Brasil, a partir da formação do Estado - República se combinaram às disposições preexistentes, não revelando rupturas com a ordem social concentradora de capitais.

Bresser Pereira (2001, p. 225) argumenta que o Estado brasileiro transitou por três momentos históricos em que se transformou e assumiu formas distintas: oligárquico-patrimonial, autoritário-burocrático e democrático-gerencial. Para o autor, o Estado no início do século XX caracteriza-se por ser oligárquico, ou seja, comandado por uma elite de políticos patrimonialistas de origem aristocrática decadente, que eram juristas, letrados e militares que obtinham seu poder e sua renda por meio do patrimônio do Estado, confundido com frequência com o patrimônio privado desses políticos. Para governar possuíam alianças com os senhores de terra e com os comerciantes urbanos. Quando essa elite começa a receber elementos de origem social mais baixa como os membros do clero e do exército, inicia-se uma configuração de Estado mais autoritário, calcado na burocracia.

O Estado autoritário-burocrático é caracterizado por Bresser Pereira (2001) como marcado por governos autoritários e centralizadores e pela presença dos militares do exército na aliança de poder, ainda composta pela oligarquia, principalmente a cafeeira, e pela elite política burocrata-aristocrática. Esse tipo de Estado está presente, na classificação de Bresser, nos períodos entre 1930 e 1945 e entre 1964 e 1985. Nesse contexto, a burocracia foi implantada para contrapor à prática de apropriação do Estado em benefício de interesses pessoais, típica do patrimonialismo, bem como alinhar o Estado a uma perspectiva capitalista cada vez mais dominante na sociedade. Essa burocracia assumia um papel relevante na coordenação de grandes empresas de bens e serviços, estatais ou privadas. No contexto em que o Estado assume um papel

cada vez mais impulsionador da industrialização brasileira e de valorização da competência técnica é criado o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), já no Estado Novo, que passa a coordenar a administração pública, estabelecendo dentre outros procedimentos burocráticos, o concurso para ingresso no serviço público.

Por fim, o autor acrescenta o Estado democrático-gerencial (a partir de 1985), do qual fez parte como um de seus protagonistas. Essa fase é sustentada a partir da reforma desenvolvimentista de 1967, cuja característica marcante é a promoção de uma descentralização administrativa precursora das reformas gerenciais que se instauraram no país a partir de 1990. Essa reforma realizou uma classificação das atividades financiadas pelo Estado em: exclusivas, não exclusivas, porém necessárias de se financiar como serviços sociais e científicos e atividades empresariais. A Embrapa como empresa estatal é classificada nesse contexto como atividade não exclusiva do Estado. Nesse Estado, segundo Bresser Pereira (2001), surge uma sociedade pós-industrial que estabelece a competição nas fronteiras do conhecimento e uma economia capitalista globalizada que exige agilidade nos processos administrativos. Assim, esse novo Estado buscou adaptações para flexibilizar seus procedimentos de gestão pública alinhando-os às novas exigências do sistema capitalista em evolução. Nesse sentido, inicia-se uma reforma gerencial a fim de tornar o Estado um “agente efetivo e eficiente de regulação do mercado e de capacitação das empresas no processo competitivo internacional” (BRESSER PEREIRA, 2001, p. 243).

No que tange ao processo competitivo mundial e o papel do conhecimento nesse contexto, Silva Júnior e Kato (2010, p. 64) argumentam que as estratégias de grandes corporações transnacionais preveem um aumento significativo dos investimentos externos diretos, principalmente com vistas à exploração de tecnologias locais e a produção de conhecimento realizada além das fronteiras da corporação. Pois a base da competitividade dessas organizações

está na P&D. Nesse sentido, os autores criticam as reformas propostas pelo Estado gerencial alegando que se dão no âmbito de um campo econômico onde prevalece a hegemonia dessas grandes corporações, e com uma racionalidade mercantil que se tornou nefasta para o pensamento intelectual mais crítico, colocando as instituições de pesquisa a serviço da pauta de pesquisa dessas organizações e levando-as a perderem sua autonomia. A constituição de um arranjo jurídico (Lei de Inovação Tecnológica – nº 10.973 de 02.12.2004, criação dos Fundos Setoriais em 1999, Lei do Bem – nº 11.196/2005, Lei da Biossegurança e Lei Federal nº 11.079/04 que legitima a licitação e contratação das Parcerias Público-Privada-PPP) permitiu a mercantilização das instituições de pesquisa nacionais “objetivada em conhecimento a serviço do capital nacional e estrangeiro” (BRASIL, 2004a, 2004b, 2005).

As parcerias público-privadas se tornam instrumentos diretamente relacionados aos serviços não exclusivos do Estado. Nesse aspecto, a reforma articula uma política econômica universal com políticas sociais que “não promovem a reestruturação social no que tange a concentração de renda e patrimônio, dos conflitos no campo, da pobreza, da fome e do trabalho escravo”, caracteriza-se assim como uma reforma, sem reformas sociais, apenas de cunho administrativo do Estado que favorece o capital privado. Nesse sentido, os novos mecanismos de controle idealizados pela reforma repercutem nas organizações de pesquisa na forma de um produtivismo acadêmico de artigos científicos e tecnologias transferidas que não favorecem o pensamento crítico (SILVA JÚNIOR; KATO, 2010, p. 65).

A prática de pesquisa em estudo surge dentro do contexto que Bresser anuncia como autoritário burocrático, passando por todas as mudanças propostas pelo Estado democrático gerencial sem, contudo, perder disposições herdadas das fases anteriores. Apesar da desburocratização proposta pelo Estado

gerencial, a prática de pesquisa ainda se debate com a personificação e a burocratização em vários momentos de seus processos.

4.2 O campo como espaço de diferenças

A prática de pesquisa em estudo foi constituída a partir da influência das disposições exploradas anteriormente. Ocorre dentro e para uma sociedade cuja formação e especificidades estão fortemente associadas a uma história de grandes desigualdades sociais e na exploração capitalista agrosilvopastoril como principal atividade econômica. A política que envolveu sua criação, sua razão científica e seu caráter estatal são aspectos que sinalizaram a necessidade de resgatar as disposições associadas a essas configurações, a fim de compreender melhor suas influências sobre a constituição cotidiana da prática ao longo de sua história (Figura 4). Neste tópico pretende-se descrever como a prática é constituída, de forma a compreender como essas diferentes disposições influenciam no estabelecimento da ordem no campo social que a envolve e como se configuram as disputas decorrentes.

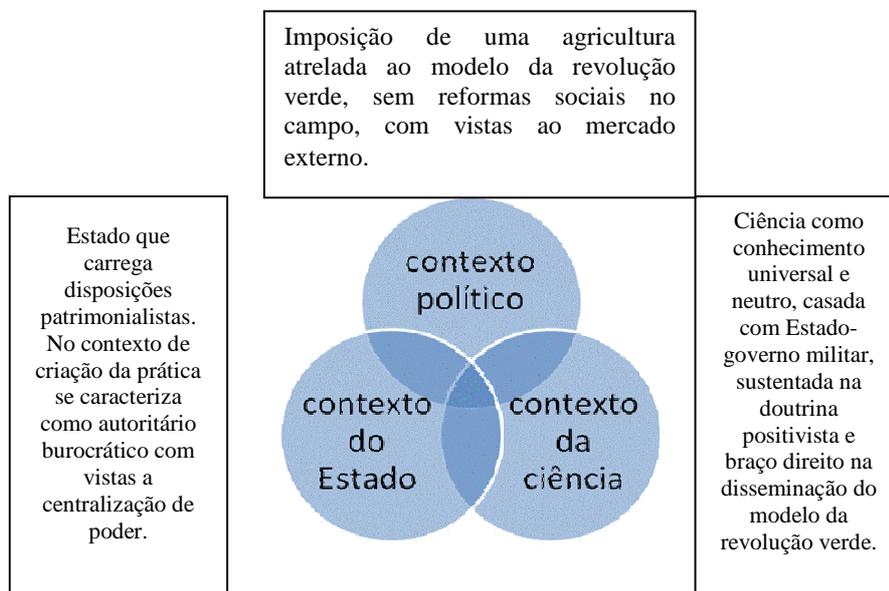


Figura 4 Disposições que influenciam a constituição da prática

No estudo em questão observaram-se, por meio de fontes bibliográficas e documentais, duas dimensões do campo, guiadas cada qual por um conjunto diferente de princípios de diferenciação entre os agentes. A primeira dimensão do campo, verificada com maior intensidade entre pesquisadores, possui forte influência das disposições político-científicas sobre o quê pesquisar, como pesquisar e para quem pesquisar, orientando-se para as antinomias que envolvem as questões sociais, ambientais e econômicas, geradas a partir de disposições políticas diferentes e paradigmas distintos de ciência. Em outra dimensão de busca por distinção, influenciada por disposições advindas da conformação da sociedade e do Estado brasileiro, as diferenciações são objetivadas por meio de um plano de carreiras. O espaço de diferenças nessa dimensão é estabelecido por norma específica da instituição estatal de pesquisa, que define uma hierarquia de cargos e funções na constituição da prática, o Plano de Carreiras da Embrapa (PCE).

Inicialmente trataremos da influência das disposições político-científicas na constituição da prática de pesquisa em estudo e das diferenças estabelecidas no campo a partir delas. Bourdieu (1997) considera que as diferenças são elementos essenciais para a análise do campo social de uma prática, definindo o próprio espaço social como espaço de diferenças onde os agentes se distribuem, assumindo posições de acordo com princípios de diferenciação. Analisar essas posições é analisar o conjunto de características que distinguem esses agentes no campo. Essas características distintivas orquestram um conjunto de representações sobre o espaço social de constituição da prática, estabelecendo um princípio organizador sobre ela e sobre as lutas para conservar ou transformar o espaço social.

4.2.1 Constituição da prática e do campo de diferenças político-científicas

Criada como empresa pública, no âmbito da administração indireta, ou seja, sua relação com o Estado pautava-se na tentativa de desempenhar as atividades administrativas de forma mais descentralizada que as organizações vinculadas diretamente ao Estado, a fim de dinamizar a prática de pesquisa. Mesmo assim, pesados processos burocráticos e de controle do Estado estavam presentes desde o início.

A prática de pesquisa em análise se constituiu dentro do contexto histórico desenvolvimentista do governo militar no período de 1964-1984. Nesse sentido, estava alinhada às disposições que incorporavam o modelo de desenvolvimento econômico norte-americano, denominado Revolução Verde, como concepção de agricultura moderna, voltada exclusivamente para aumentos de produção e produtividade a partir de uso intensivo de tecnologias científicas, em contraposição a modelos de agricultura baseados no conhecimento tradicional dos agricultores locais, obtido a partir da convivência histórica com o

ambiente circundante, tidos à época por essa elite científica como modelos arcaicos. Sua constituição jurídica como ente público nesse contexto atrelava-a a políticas estatais que privilegiavam grandes empresários rurais e corporações transnacionais, a partir de pesquisas que possibilitaram a ocupação dos Cerrados com cultivo de grandes monoculturas de soja e pastagens, intensas em capital e tecnologia e voltadas para a atividade de exportação, com foco no aumento da produção e da produtividade agrícola. O modelo de agricultura moderna que inspirou a constituição da prática atrelou a ela uma função difusionista de pacotes tecnológicos que intentava vincular o produtor rural ao complexo agroindustrial fornecedor de máquinas e insumos agrícolas.

A Direção da Embrapa estava convencida das enormes dificuldades que teria de enfrentar nos seus primeiros anos de vida... haveria, seguramente, que responder às cobranças naturais por resultados... A ideia foi no sentido de formular “sistemas de produção” utilizando-se os conhecimentos disponíveis e divulgá-los, da melhor maneira possível, entre grupos de agricultores. Esses “sistemas de produção” passaram a ser conhecidos como os “pacotes tecnológicos”... À época, era muito claro que o problema básico das instituições de pesquisa e de assistência técnica, dentro do seu campo de responsabilidade em relação ao desenvolvimento da agricultura, era o de fazer com que o produtor rural incorporasse as novas tecnologias aos processos produtivos. A Revolução Verde, em outros países, estava adotando programas e realizando ações com a utilização intensiva de fertilizantes e sementes de boa qualidade. Isso aumentava a cobrança (CABRAL, 2005, p. 113).

A cobrança pela instalação do modelo de agricultura moderno vinha principalmente do governo e do meio científico, visto que a pesquisa agropecuária se encontrava envolvida pelas concepções de agricultura moderna principalmente a partir das redes de conhecimento científico, onde circulavam as ideias dos avanços tecnológicos e da promessa de aumento da produção de

alimentos para eliminar a fome no mundo. Dessa forma, a pesquisa agropecuária se constitui como estratégia fundamental para disseminar uma perspectiva de desenvolvimento capitalista, que levava a industrialização ao campo e iniciava ações de mundialização econômica.

Para além das disposições científicas e políticas, a constituição jurídica da prática de pesquisa no CPAC também esteve atrelada a disposições do Estado. O Estado, para dar suporte à política desenvolvimentista do governo, sofria reformas administrativas iniciadas em 1967 pelos militares, com a participação de civis, consubstanciada no Decreto-Lei 200. A fim de tornar mais ágeis suas ações de pesquisa, de difusão de tecnologias atreladas ao modelo da revolução verde e de promoção de parcerias com universidades e setor privado, a Embrapa foi constituída como de direito privado com autonomia administrativa e financeira, em consonância com as orientações do Estado na busca por uma maior descentralização e flexibilidade administrativa principalmente em processos de licitações, de parcerias e de contratações. Mas, se por um lado havia essa preocupação de descentralizar processos administrativos, por outro lado, havia a preocupação de alinhar a programação de pesquisa aos programas de governo, devendo estar atrelada às políticas estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND).

Assim, se por um lado buscava-se flexibilizar e descentralizar os procedimentos burocráticos para alinhar a Empresa a processos mais ágeis de gestão, facilitando sua integração com o setor privado, por outro lado centralizava-se politicamente a decisão sobre o quê pesquisar e difundir. Vale ressaltar que a prática de pesquisa em estudo é uma construção social viva e por isso mutável ao longo de sua história, havendo assim períodos em que as orientações estatais, principalmente a partir do processo de redemocratização brasileira, conformaram a prática de pesquisa de forma completamente inversa, ou seja, reafirmando a centralização administrativa e promovendo programações

de pesquisa mais amplas que permitiram mais liberdade de orientação da prática de pesquisa.

A programação da pesquisa seria ajustada aos objetivos e políticas estabelecidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento e nos Planos Básicos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País. A partir daí e das políticas agrícolas adotadas, deverão surgir as prioridades nacionais e regionais que se transformarão no elenco de programas e projetos, por produto e região auspiciados pela Empresa. Em todo momento, haverá a preocupação da seletividade na programação da pesquisa, evitando-se a fragmentação de recursos, a duplicação de ações ou a realização de atividades que não sejam efetivamente prioritárias (CABRAL, 2005, p. 27).

Esse movimento de centralização da programação e descentralização administrativa garantiu, à época da criação da prática de pesquisa, o alinhamento eficiente dos investimentos Estatais às estratégias modernistas da Revolução Verde de orientar e estimular novas técnicas de cultivo entre os produtores rurais de forma a atrelá-los ao complexo agroindustrial “moderno”. Os recursos financeiros para promoção da prática, por sua vez, foram captados junto à União e aos diversos programas de financiamento da modernização agrícola, advindos em grande parte dos bancos Mundial e Interamericano.

Os recursos externos provenientes dos bancos Mundial e Interamericano, acrescidos do Orçamento Federal e de diversos programas especiais atenderam às necessidades básicas de recursos para a implantação da Embrapa, em particular, o recrutamento dos pesquisadores, seu treinamento, as novas construções das unidades de pesquisa, os laboratórios, campos experimentais e consultorias técnicas. Os salários do pessoal de apoio e dos pesquisadores foram atendidos com recursos do Tesouro Nacional (CABRAL, 2005, p. 53).

Entretanto, a proposta de criação da prática já carregava desde o início uma ideia de mercantilização da pesquisa. Apesar de considerar o governo como

um de seus clientes e atrelar seu papel social ao atendimento de demandas definidas pelos militares desenvolvimentistas e pela experiência acadêmico-científica dos intelectuais adeptos da importação do modelo da Revolução Verde, a prática também foi constituída desde sua origem para estabelecer relações com o setor privado, dentro de uma filosofia positivista voltada a atender as demandas desse setor, pensando inicialmente na venda de pesquisa aplicada às suas necessidades específicas.

A iniciativa particular poderá comprar projetos ou subprojetos de vários tipos. Um deles é o que produz conhecimentos exclusivos para o usuário. Neste caso, uma taxa mais alta de “over head” deverá ser incluída no processo de cálculo dos custos da pesquisa (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - Embrapa, 2006c, p. 30).

Vamos em frente, pois estou seguro que, com a criação da Embrapa e os seus resultados, os recursos financeiros que forem necessários para sua sustentação certamente virão de outras fontes interessadas no desenvolvimento da agricultura brasileira (CABRAL, 2005, p. 53).

Apesar da abertura da pesquisa ao capital privado, grande parte dos investimentos advinha dos cofres públicos e do endividamento do Estado (CONTINI; DIAS AVILA; REIFSCHNEIDER, 1997). A iniciativa privada e as universidades eram consideradas as principais fiscalizadoras e sinalizadoras de demandas. Entretanto, pequenos agricultores descapitalizados e de base familiar estavam à margem desse processo de sinalização de demandas, assumindo uma postura mais passiva diante da oferta de pacotes tecnológicos (XAVIER, 2001). Vale ainda refletir que em meio a um ambiente onde o conhecimento científico é tido como o único e verdadeiro caminho para o estabelecimento de verdades universais e para a promoção do bem-estar social, as demandas sociais que advinham de outras racionalidades e formas de conhecimentos eram tidas como obsoletas e marginalizadas dentro do sistema que envolveu a prática em sua

constituição. Nesse sentido, identifica-se outra disposição relevante que envolvia a prática na época de sua criação, trata-se do discurso meritocrático e do discurso científico que atribuíram relevância aos agentes ricos em capital cultural e científico. Esses discursos foram fortalecidos e flexibilizados no contexto da prática observada. Fortalecidos pelas disposições científicas e do Estado autoritário-burocrático em privilegiar a competência técnica, traduzida pelo acúmulo de conhecimento formal e científico especializado, em detrimento do conhecimento não científico atrelado ao saber fazer de outros grupos sociais. Competência técnica também expressa pela conquista de um cargo via concurso público. Entretanto, tanto o saber científico, quanto a conquista de cargos burocráticos e públicos não estavam acessíveis à época para a maior parte da população, pelo contrário, caracterizavam capitais acumulados por uma elite de magistrados intelectuais e de burocratas de Estado, oriundos de classes sociais mais abastadas. Nesse sentido, o discurso meritocrático foi flexibilizado a partir da necessidade prática de execução da pesquisa que exigiu a construção de arranjos jurídicos para a contratação de consultores externos e de empregados de forma rápida e oportuna. Esses registros foram deixados de forma clara no documento denominado “Livro Preto”, preparado em 1972 pelo grupo de trabalho especialmente constituído pelo Ministro da Agricultura à época, Dr. Luiz Fernando Cirne de Lima, nos termos da Portaria nº 143, de 18 de abril de 1972, com intuito de apresentar sugestões para criação de um sistema nacional de pesquisa agropecuária, e disponibilizado em edição especial pela Embrapa em 2006.

No que tange à contratação de pessoal, o sistema deve ter flexibilidade para recrutar pessoal fora das faixas de salário, quando se trate de pessoal de alto nível, para execução de tarefas altamente especializadas. O recrutamento de pessoal deve ser um mecanismo sustentado por orientação técnica e não administrativa (EMBRAPA, 2006c, p. 3-34).

Vale ressaltar que, apesar do saber científico ser privilegiado dentro da prática e ser considerado seu principal constituidor, a pesquisa no CPAC teve e ainda possui forte influência de um grande número de agentes destituídos de saber científico, que são “as mãos e os pés” dos pesquisadores nos experimentos de campo, nas casas de vegetação, nos viveiros e nos laboratórios e que detém um saber fazer prático, muitas vezes herdado de sua história campesina e compartilhado durante as interações da prática. Esse “ingrediente” da pesquisa é o “segredo da sogra”, que fica mascarado, sendo considerado pouco relevante em seu sucesso, mas que contribuiu enormemente para os avanços obtidos. Esse discurso meritocrático de orientação técnica associado à filosofia iluminista do conhecimento científico neutro e apolítico constituía uma *illusio* que além de encobrir a presença do saber mundano na fabricação de tecnologias, encobria também a influência política e econômica na orientação da prática de pesquisa, advinda da associação dos grandes capitais financeiros ao Estado. Para a maioria dos agentes envolvidos, o discurso que sustentava a prática de pesquisa perpassava em atender exclusivamente aos interesses da sociedade brasileira, indistintamente e apoliticamente.

Sempre houve uma grande curiosidade sobre até onde os governos do período autoritário influenciaram as atividades e a gestão da Embrapa. No período que compreendeu todo o processo de criação não se conhece nenhum registro, de qualquer natureza, que caracterize influência do governo na coordenação dos negócios. A direção da Instituição não recebeu nenhuma recomendação de teor ideológico ou político. Ao contrário. Tinha que manter-se como uma entidade técnico-científica a serviço do crescimento econômico e do bem-estar social da agricultura (CABRAL, 2005, p. 110).

Entretanto, o “bem-estar social da agricultura” citado acima se pautava por discursos puramente econômicos que privilegiavam uma elite de empresários rurais.

Como prática social viva que se molda conforme seu contexto e conjuntura, a pesquisa no CPAC se modifica a partir de fortes influências das dinâmicas políticas que ocorrem no Estado e circunstanciais que envolvem sua dinâmica interna. Apesar da forte influência do *mainstream*, seus agentes não constituíram a prática completamente focada na produtividade e à luz das ideias positivistas da Revolução Verde. Outros processos e temas de pesquisa foram se constituindo a partir de questões que foram ressurgindo dentro de um campo de lutas. Mas, antes de adentrar nesses processos e questões retorno à dinâmica jurídica e administrativa ao longo de períodos de mudanças de orientação do Estado.

Com a redemocratização do Estado, os controles administrativos sobre a prática aumentaram, principalmente sobre os contratos de parcerias, compras e contratação de pessoal, centralizando novamente a administração pública. A partir da constituição de 1988 tornou-se obrigatório o concurso público para contratação de empregados, mas apesar do retorno do controle burocrático, a prática ainda convive com disposições clientelistas herdadas do sistema patrimonialista.

Eu gosto de trabalhar com as pessoas boas, não trazer pessoas pro meu projeto só pra adicionar um amigo que depois vai me ajudar em outra coisa, então dentro do CPAC tem muito de um corporativismo muito forte que eu acho que é o fim da ciência. Se alguém vem aqui me pedir uma coisa e eu disser não, eu crio um inimigo [...]” (entrevista, 2011)

Com a crise financeira vivenciada pelo país após a redemocratização, advinda principalmente das dívidas interna e externa adquiridas desde o governo

militar, e com o financiamento quase exclusivo do Estado, a prática de pesquisa passou por um longo período de escassez de recursos para condução das pesquisas.

[...] a situação salarial era crítica naqueles momentos, com uma média de US\$ 700,00 mensais. A proibição de contratações obrigava a formação de um quadro paralelo, sob a forma de prestação de serviços, cujos pagamentos saiam dos recursos de custeio. [...] A Ministra do Trabalho [...] permitiu, praticamente, terminar com o quadro paralelo, autorizando vagas no quadro permanente de pessoal mediante concursos locais, descentralizados. Sobre os empregados contratados, temporariamente, a opinião de juristas consultados era contraditória. No momento que os políticos ficaram sabendo que a Embrapa iria contratar o telex ficou congestionado com pedidos de todas as partes (CABRAL, 2005, p. 182-183).

Diante dessa escassez, recursos para produção de pesquisa, como laboratórios, equipamentos, campos experimentais, casas de vegetação e até mesmo “pessoal de apoio” eram disputados e em alguns casos considerados como propriedade de alguns projetos que conquistaram esses recursos via articulação política ou econômica, junto à chefia ou outros cargos políticos.

“Aqui a gente disputa é homi” (entrevista, 2011).

“Esses aqui (operários de campo) são fixos do projeto... Com recursos do projeto nós equipamos o laboratório que hoje é só para atividades desse projeto” (entrevista, 2011).

As disputas por recursos de produção, acentuadas pela escassez de financiamentos, formam pequenos grupos de pesquisa que se estabelecem como microEmbrapas, com recursos financeiros próprios e uma gestão paralela que em alguns casos trazem à tona disposições de um Estado patrimonialista.

A redemocratização promoveu espaço político para o fortalecimento de outras ideias sobre o foco e o papel da pesquisa e também para questionamentos

sobre o tipo de desenvolvimento estabelecido para a agricultura até então. Discursos sobre redirecionamento do foco de pesquisa para a agricultura familiar ou de comunidades tradicionais e o seu papel no desenvolvimento de uma agricultura pautada por modelos alternativos, como os de base agroecológica, traziam à tona antigas questões sociais e ambientais que foram marginalizadas a partir do golpe militar na constituição da prática.

A Embrapa enfrentou outras ameaças sérias. Uma delas foi a nomeação do engenheiro agrônomo, Luís Carlos Pinheiro Machado, como presidente da Empresa, com a entrada do Ministro da Agricultura Pedro Simon na Presidência de José Sarney. As ideias e atitudes de Pinheiro Machado provocaram discussões internas apaixonadas, criando polêmicas e fomentando correntes e blocos ideológicos. Esse período não deixou de constituir-se em uma forte ameaça à estabilidade da Instituição (CABRAL, 2005, p. 128).

O ressurgimento do debate sobre as questões ambientais e sociais, até então marginalizado pelo governo militar, fortaleceu o discurso da heterodoxia no campo, que assumiu parte do controle burocrático sobre a prática. Com a ascensão de Pinheiro Machado ao cargo de Diretor-Presidente da Empresa de Pesquisa, novas questões foram priorizadas, ameaçando a ordem que sustentava a ortodoxia produtivista nas influências e direcionamentos da pesquisa no CPAC.

Projetos de pesquisa pautados principalmente por questões sociais e ambientais começariam a disputar capitais econômicos e políticos, apoio político e recursos financeiros do Tesouro, com projetos inseridos no âmbito da agricultura moderna.

Conhecido no meio científico como um defensor do meio ambiente, Pinheiro Machado definiu [...] que as prioridades na pesquisa agropecuária daqui por diante estarão direcionadas para o social, [...] [deve-se] melhorar e aumentar as produções de alimentos básicos, como o milho, feijão e a mandioca, sem esquecer da pesquisa básica sobre matéria orgânica, microbiologia de solo, ecologia e conservação da caatinga. [...] "Qual é a nossa missão: desenvolver a agricultura ou o homem? Cerca de 97% das terras do nordeste ocupadas por agricultores não têm condições de ser irrigadas pelos métodos tradicionais porque a maior parte dos rios é temporário. Apesar de menos de 10% serem donos dessas terras são eles que trabalham e empregam cerca de 85% do pessoal ocupado na agricultura. E é para esse pessoal, segundo o Chefe do Centro, que o CPATSA vem "dedicando o essencial do seu esforço de trabalho, através de uma nova proposta de pesquisa" (CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO TRÓPICO DO SEMIÁRIDO - CPATSA, 1985, p. 4).
Figura 5.

Pinheiro Machado
no CPATSA:

Vamos recuperar as perdas



Tiago mostrando tecnologias introduzidas na sua fazenda pela pesquisa.

“Este Centro é de uma modéstia franciscana. Ele não será nem privilegiado e nem discriminado na minha administração. Vamos dar um melhor tratamento financeiro e recuperar o que foi perdido no passado”.

Foi assim que o professor Luis Carlos Pinheiro Machado se manifestou a respeito do CPATSA, ao visitá-lo pela primeira vez depois de assumir a Presidência da EMBRAPA. Uma visita que coincidiu com a vinda do Presidente José Sarney à Petrolina, no último dia 15 de junho — quando o Presidente conheceu todo o trabalho de pesquisa que o CPATSA vem desenvolvendo para o agricultor do semi-árido brasileiro.

Apesar de não ter conversado diretamente com todos os funcionários do CPATSA, como vem fazendo em todas suas visitas às Unidades da EMBRAPA — devido a um imprevisto de última hora e que atrasou sua chegada à Petrolina —

Luis Carlos Pinheiro Machado deixou claro, em conversas que manteve com o Chefe do Centro, Renival Alves, e com os Coordenadores dos Programas de Pesquisa, que o diálogo e a discussão devem ser estimulados para que a instituição caminhe em busca de seu aperfeiçoamento. E foi taxativo: “todos devem apontar nossas falhas concretas, numa relação construtiva de igual para igual”.

Conhecido no meio científico como um defensor do meio ambiente, Pinheiro Machado definiu, após ouvir explicações detalhadas dos Coordenadores sobre as pesquisas que o Centro vem trabalhando, que as prioridades na pesquisa agropecuária daqui por diante estarão direcionadas para o social, ressaltando que deve-se buscar, através da pesquisa, melhorar e aumentar as produções de alimentos básicos, como o milho, feijão e a mandioca, sem esquecer da pesquisa básica sobre matéria orgânica, microbiologia de solo, ecologia e conservação da caatinga. Depois de quase duas horas e meia de conversa mantida na noite do dia 14, com o Chefe do Centro e Coordenadores, o Presidente da EMBRAPA acabou revelando que há grandes “afinidades” entre a sua linha de pensamento e a ação do CPATSA.

Conhecido no meio científico como um defensor do meio ambiente, Pinheiro Machado definiu, após ouvir explicações detalhadas dos Coordenadores sobre as pesquisas que o Centro vem trabalhando, que as prioridades na pesquisa agropecuária daqui por diante estarão direcionadas para o social, ressaltando que deve-se buscar, através da pesquisa, melhorar e aumentar as produções de alimentos básicos, como o milho, feijão e a mandioca, sem esquecer da pesquisa básica sobre matéria orgânica, microbiologia de solo, ecologia e conservação da caatinga.

REFORMA AGRÁRIA vital para democracia

A necessidade absoluta de se aumentar a produção de alimentos básicos no nordeste; o fortalecimento dos pequenos agricultores e a reestruturação da política de desenvolvimento rural —, foram algumas ideias defendidas pelo Chefe do CPATSA, Renival Alves de Souza, ao receber a visita do Presidente José Sarney — o terceiro Presidente da República a visitar o Centro de Pesquisa da EMBRAPA em Petrolina, nesses 10 anos de existência.

Num discurso curto, no qual enfatiza a reforma agrária como ponto de partida para a existência da democracia, Renival Alves deixou transparecer uma preocupação que aflige técnicos,

pesquisadores e cientistas que atuam na pesquisa agropecuária: “Qual é a nossa missão: desenvolver a agricultura ou o homem?”

Cerca de 97% das terras do nordeste ocupadas por agricultores não têm condições de ser irrigadas pelos métodos tradicionais porque a maior parte dos rios é temporário. Apesar de menos de 10% serem donos dessas terras são eles que trabalham e empregam cerca de 85% do pessoal ocupado na agricultura. E é para este pessoal, segundo o Chefe do Centro, que o CPATSA vem “dedicando o essencial do seu esforço de trabalho, através de uma nova proposta de pesquisa”.

JORNAL DO SEMI-ÁRIDO

Figura 5 Jornal do Semi-Árido

Fonte: CPATSA (1985, p. 4).

Além disso, temas como a agroecologia, agricultura familiar, comunidades indígenas e quilombolas, conservação de recursos naturais, entre outros começavam a ganhar adeptos que, a partir de iniciativas isoladas, porém politicamente negociadas, formularam projetos e avançaram na consolidação de redes de pesquisa, chegando a influenciar planejamentos estratégicos e o

posicionamento institucional quanto a esses temas (Marco Referencial em Agroecologia) (EMBRAPA, 2006a). Em consonância com o fortalecimento da heterodoxia adepta das questões socioambientais e de outras ramificações científicas, ganham força outros discursos sobre o conhecimento, valorizando os saberes adquiridos pela vivência e prática de agricultores tradicionais.

Entretanto, apesar da força obtida durante esse período, a heterodoxia permaneceu no controle burocrático por pouco mais de 10 meses. Os registros históricos da Embrapa, consolidados a partir da publicação em 2005 do livro “Sol da Manhã: memória da Embrapa” de autoria de seu primeiro presidente Irineu Cabral, apresenta a versão oferecida pelo Diretor-Presidente à época, Pinheiro Machado, para sua rápida passagem pela Presidência da empresa de pesquisa à qual a prática em análise encontra-se vinculada.

Eu era um crítico da Embrapa, o principal e não tinha maior. Em um Congresso de Agronomia, com dois mil agrônomos, fazia uma análise da visão do quadro brasileiro e mostrava que a Embrapa e Embrater eram agentes do capital monopolista. [...] Quando estive trabalhando com fotografias aéreas da Região do Cerrado, pude visualizar os efeitos do equívoco da agricultura da Região. Telefonei para Olacyr de Moraes, como Presidente da Embrapa, e disse para ele que havia um grande risco na atividade que ele estava desenvolvendo em função do que eu tinha visto. Sobretudo um processo erosivo com a cultura da soja [...] Quebrou, alguns anos atrás, o Rei da Soja. Ele foi modelo da Revolução Verde. [...] Essas foram questões estratégicas que levantei como Presidente da Embrapa. Eu tinha que agir com velocidade, intensidade e profundidade. [...] Se ela [a Embrapa] se definir para trabalhar para a Empresa privada ela desaparece em pouco tempo porque a iniciativa privada só financia aquilo que lhe interessa. E a iniciativa privada, no caso da agricultura, é representada, principalmente, por corporações multinacionais cujos interesses são completamente diferentes dos interesses e necessidades da nação brasileira. [...] Em fevereiro [...] de 85, eu recebo uma carta da Monsanto, assinada pelo seu Presidente. Esta carta foi publicada na Folha de São Paulo anunciando que eu sairia em março. [...] Evidentemente minha ação foi

contrariar os interesses da Monsanto. Como até hoje, contraria os interesses de toda a Empresa que trabalha com a desgraça alheia (MACHADO apud CABRAL, 2005, p. 146, p. 152, p. 154).

Evidentemente a ortodoxia havia recuperado o controle burocrático sobre o campo da prática, retomando a ordem até então constituída. A partir da década de 1990, vêm à tona novamente discursos sobre a morosidade dos processos burocráticos do Estado, bem como sua inadequação a um mundo de economia cada vez mais globalizada. Esses discursos salientam a importância do agronegócio para a economia brasileira e a necessidade de uma prática de pesquisa agropecuária mais integrada a esse agronegócio funcionando como alavanca para o desenvolvimento sustentável do país. Esse movimento integra a proposta de um projeto de desenvolvimento nacional alicerçado na priorização da agropecuária, tendo o agronegócio como “carro-chefe”, onde a pesquisa assume o ponto de equilíbrio entre o empresariado nacional e o estrangeiro, sendo de suma importância para garantir a soberania nacional no que tange à dependência de tecnologias estrangeiras (DE CARLI, 2005).

Esse período influenciou a conformação da prática, inicialmente tornando-a acessível à entrada de capital privado, em seguida institucionalizando e melhorando seus processos internos para facilitar a captação de recursos próprios e alinhar as pesquisas às demandas de órgãos de fomento, públicos e da iniciativa privada, seja por meio de editais lançados por essas instituições, negociações políticas para elaboração de emendas parlamentares ou por negociações via contratos de parceria público-privada, sendo uma das instituições públicas precursoras desse tipo de parceria no país. Todos esses procedimentos pautados na formulação de leis e de uma variedade de normas internas que lhes dão sustentação.

Existe a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, também conhecida como a Lei de Inovação "que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País". Visando adequar as normas da Embrapa em relação a essa Lei, foi publicada a norma RN (nº 9, de 12/07/2007 – BCA nº 31, de 17/07/2007), que diz que a Embrapa poderá vincular a Fundações de Apoio, visando sua atuação conjunta para atendimento de demandas do ambiente produtivo ou social para transferência de tecnologia, execução de pesquisa e desenvolvimento e outros serviços técnicos profissionais especializados. Como sempre trabalhamos diretamente com Fundações, utilizamos essa norma como base. Sei que existem outras normas e instrumentos jurídicos que sustentam outras parcerias como as que a Embrapa tem com outras instituições privadas como a BASF, Monsanto e acho que os modelos de contrato são muito parecidos (Entrevista, 2011).

A prática de pesquisa no CPAC realiza atualmente vários contratos de parceria, totalizando em 2011 o total de 21 contratos vigentes, dos quais 06 foram fechados com o setor público e 15 com o setor privado. O principal parceiro investidor na pesquisa, em termos de volume de capital econômico, ainda é o setor público. Dentre os investidores privados destacam-se como principais parceiros a WWF e grandes empresas do agronegócio, como Yara Brasil Fertilizantes, Bunge Fertilizantes, Shell do Brasil e Nutrion Agronutrientes. A parceria pode ser estabelecida desde a concepção da pesquisa para atender a um problema específico da empresa ou apenas na validação da tecnologia e em sua transferência para o setor privado.

É extremamente importante a inserção do setor privado para que as tecnologias cheguem ao mercado, com produtos acessíveis à população. Esse é o momento de finalização tecnológica, em que as tecnologias geradas pela pesquisa passam para a esfera industrial. O setor produtivo pode inserir-se na Rede de Pesquisa tanto no desenvolvimento tecnológico quanto na finalização tecnológica. A etapa de

desenvolvimento tecnológico é aquela na qual são geradas tecnologias para solucionar problemas demandados pelo setor produtivo. Neste caso, a empresa investe no desenvolvimento de tecnologias para resolver questões específicas do seu sistema produtivo. Já a validação ou finalização tecnológica é realizada nas condições do ambiente produtivo, após os resultados em escala laboratorial (observação de campo, 2011)⁴.

A maior parte das parcerias começa com a discussão entre pesquisadores e que pode, dependendo das negociações entre pesquisadores e gestores, desdobrar para um contrato de parceria. Na práxis, ou seja, no cotidiano real da prática, segundo entrevistas realizadas em 2012, poucas parcerias são formalizadas por instrumentos jurídicos, visto a enormidade de procedimentos e a subordinação à burocracia institucional.

A heterodoxia político-científica ainda luta por espaço e influência na prática de pesquisa do CPAC, buscando fortalecer sua característica estatal e o repasse de recursos públicos para projetos socioambientais, entretanto, mesmo os recursos institucionais distribuídos internamente para as pesquisas priorizam a racionalidade produtivista de integração com o mercado. As pautas do discurso heterodoxo residem na priorização de um desenvolvimento rural que reconheça e trate das desigualdades sociais no campo e das questões ambientais, geradas a partir do modelo produtivista de agricultura moderna. Nesse sentido, os discursos heterodoxos identificados convergem na crítica ao modelo da revolução verde como direcionador das pesquisas e ao agronegócio como carro-chefe de um desenvolvimento focado na priorização da questão econômica.

A Embrapa vem reagindo com eficiência às mudanças de paradigma da agropecuária, não só às ligadas ao uso da terra, mas também considerando aspectos de ordem social e exigências do mercado consumidor. Particularmente, a

⁴ Dados coletados no “Cerrados Eletrônico”, publicações jornalísticas realizadas no site da Embrapa Cerrados (2011).

necessidade cada vez mais evidente de considerar a conservação dos recursos naturais e o bem-estar da população como aspectos fundamentais vem exigindo que a Empresa garanta o seu protagonismo em abordagens que incluam vários elementos, buscando mecanismos de atuação, via criação ou adequação de unidades de pesquisa, a diversificação no perfil de seu quadro técnico e a abertura de editais internos de pesquisa e desenvolvimento em temas inovadores (EMBRAPA, 2006a).

A disputa entre essas duas concepções de pesquisa que buscam estabelecer um ordenamento sobre a pesquisa envolve diversos tipos de estratégias, incluindo a utilização de recursos burocráticos como a elaboração de planos diretores e de metas de pesquisas, a constituição de normas, processos e regras que orientam a condução da prática, a contratação, socialização e treinamento de novos empregados, a recorrência à opinião pública, articulação política para votação de leis e reformas jurídicas, bem como a ocupação de cargos políticos que detém o poder de tomadas de decisão sobre a prática.

Vale ressaltar que os discursos não se estabelecem de forma dual entre opostos, mas se encontram dentro de um espaço de jogo onde se flexibilizam e se modificam em um gradiente, conforme o contexto e a posição do agente. Um exemplo disso é a discussão recentemente instaurada sobre a abertura completa da prática ao capital privado, constituindo uma mudança jurídica de empresa pública para sociedade de economia mista. Nessa última forma jurídica a prática de pesquisa seria também de propriedade privada. Essa jogada incitou diversas reações, algumas delas estabelecidas dentro de uma terceira via, de defesa de uma empresa pública, porém com dispositivos jurídicos que permitisse a parceria com a iniciativa privada.

Os projetos desenvolvidos pela Embrapa, que é 100% pública, têm de retornar em forma de melhoria de vida para o povo brasileiro. Não pode ser direcionado a um grupo de empresários que atua no mercado de capital [...] Crestana

deixa claro que o modelo proposto pode excluir da Embrapa a agenda social que atua junto ao pequeno e médio agricultor, agricultor familiar e proprietários de terras que estão na linha da exclusão social [...] Mas a busca de alternativa para um modelo de gestão, no qual a Embrapa possa ter mais parcerias com a iniciativa privada é desejável [...] falta um modelo de atuação no qual a Embrapa, em parceria com a iniciativa privada, desenvolvesse pesquisas sobre determinado tema. Como transferir essa tecnologia sem que o empresariado se beneficie do conhecimento gerado com dinheiro público? questionou Crestana (LIMA, 2012).

Com a reforma gerencial introduziu-se de forma definitiva algumas práticas de gestão, como sistema de planejamento estratégico, sistema de avaliação de desempenho e de premiação, sistema de publicações, sistema de artigos para mídia, sistema de gestão do conhecimento e da informação, sistema de requisição de materiais, sistema de solicitação de serviços laboratoriais, dentre outros. A introdução desses procedimentos de gestão no campo da prática de pesquisa tornou possível a realização de eficientes formas de controle gerencial, tornando-se valiosas armas para manutenção da ordem estabelecida.

Os espaços de planejamento estratégico, onde são promovidas reuniões para discussão sobre focos, objetivos e metas, se tornam verdadeiras arenas sociais de disputas políticas e científicas sobre o foco da prática e seus destinos e também espaços de legitimação da ordem estabelecida pela ortodoxia. Nesse sentido, as ferramentas gerenciais de avaliação e premiação, são complementos eficientes de controle sobre a prática, tornando-se também eficazes mecanismos de violência simbólica exercida pelo Estado, pois se estabelecem como forma de coação a partir do reconhecimento de uma imposição do discurso dominante como legítima (BOURDIEU, 1997).

Para melhor compreender esse campo social, bem como o funcionamento desses mecanismos dentro dele, se faz necessário apresentar e discutir mais algumas características do espaço de diferenças ao qual se vincula

a prática de pesquisa em estudo, como a organização dos cargos e funções em torno dela.

4.2.2 Constituição da prática de pesquisa e as distinções promovidas pelo plano de cargos e salários

Os agentes da prática de pesquisa, conforme recorte estabelecido metodologicamente⁵ estão dispostos no campo conforme carreiras, cargos e classes, distribuídos por concurso público e estabelecidos a partir de um plano de cargos elaborado em 1998 e alterado em 2006 e 2010.

A equipe de coordenação do concurso público estabelece o perfil do empregado que se deseja contratar no Edital e o número de vagas disponíveis para cada perfil. Esse perfil inclui algumas características como a definição do nível de escolaridade formal, a área de especialidade acadêmica, títulos científicos desejados e o domínio de um conjunto de competências pré-estabelecidas pela organização, que envolvem conhecimentos, habilidades e atitudes específicas para assumir funções pré-determinadas. Assim, a cada um desses perfis é atribuída uma função e um *status* dentro da prática, em conformidade com o Plano de Carreiras constituído.

O Plano de Carreiras da Embrapa (PCE) constitui-se um documento elaborado internamente sob a coordenação de empregados indicados pelo Diretor Presidente da Empresa. Seu objetivo declarado é o de constituir-se em instrumento de gestão capaz de “reunir e condensar de forma clara e objetiva as políticas e diretrizes sobre as carreiras da Embrapa” (EMBRAPA, 2006b,

⁵ Foi estabelecido um recorte metodológico para o campo social a ser investigado, haja vista a dificuldade de recursos temporais e financeiros para a investigação das influências de outros atores. Neste sentido, as análises concentraram-se nos agentes contratados efetivamente pela empresa de pesquisa ao qual a prática está vinculada, bem como nas relações estabelecidas dentro do espaço físico da unidade de pesquisa localizada em Planaltina, Distrito Federal.

p. 2), ou seja, de inculcar um ordenamento de importância dos agentes perante a prática, com base principalmente no acúmulo de escolaridade, ou seja, de capital social. Ele determina a forma como a contribuição de cada agente na prática será recompensada. Nesse sentido, reflete as disposições anteriormente descritas ao estabelecer uma ordem hierárquica de posicionamentos. A posição assumida no campo social é compreendida como o enquadramento funcional que o agente contratado assume ao lhe atribuírem um cargo, uma classe e uma carreira. O cargo é definido pelo PCE como um conjunto de atribuições e tarefas, enquanto uma classe é compreendida como “um escalonamento do nível de complexidade das atribuições e responsabilidades expressas por padrões hierarquizados dentro de um determinado cargo” (EMBRAPA, 2006b, p. 4).

A carreira engloba cargos e classes sendo, portanto, uma classificação das atividades e dos agentes em relação ao seu papel e sua relevância para a constituição da prática. Assim, o documento elaborado pelo grupo social em questão é carregado de simbologias que representam a importância de cada agente para a construção da prática e o *status* burocrático que cada agente ocupa na hierarquia estabelecida, associado aos seus respectivos benefícios. Ele orienta o agente a incorporar o seu papel e sua posição, a partir de símbolos importantes como carreira, cargo, classe e referência, que lhe são atribuídos desde o momento em que esse agente se dispõe a concorrer no processo de seleção de pessoal e durante todo o tempo em que esteja jogando sob as regras do campo.

São objetivos específicos deste PCE: [...] 2.2 Orientar as atividades de captação de pessoas, fornecendo os elementos necessários à elaboração das estratégias e dos instrumentos de recrutamento e seleção; 2.3 Permitir que o empregado, por meio do perfil do seu cargo e área de atuação, identifique o seu papel ocupacional, bem como as oportunidades e perspectivas de progresso funcional; [...] 2.5 Estabelecer a estrutura de cargos e salários, face ao valor do cargo para a empresa, à complexidade dos processos e funções a eles relacionados, aos seus requisitos e

competências e ao mercado de trabalho[...] (EMBRAPA, 2006b, p. 7).

A estrutura burocrática hierárquica de posições sociais frente à constituição da prática, representada no PCE, estabelece duas carreiras e três cargos de provimento efetivo, ou seja, suas ocupações são realizadas por tempo indeterminado e por meio de concurso público. A carreira situada no topo da hierarquia é a de “Pesquisa e Desenvolvimento” que conta com apenas um cargo, o de “Pesquisador”. O perfil para ingresso nesse cargo está atrelado à posse de altos níveis de escolaridade, o domínio do idioma inglês e à posse de títulos acadêmicos de mestrado ou doutorado. Além disso, o agente deve possuir experiência em pesquisa ou competência no uso do método científico, bem como provar conhecimentos, em área ou tema estabelecido no edital do concurso, pela Empresa. A maior parte dos agentes ingressos nessa carreira é de cor branca, de origem social mais abastada e exercem um trabalho intelectual e de comando, ao longo de toda a história da prática no CPAC. Os benefícios atrelados à sua ocupação vão desde a sua inserção nas melhores faixas salariais, a facilidade de realização de bons treinamentos até a maior possibilidade de assumir cargos como de chefia e diretoria, os mais altos postos no comando burocrático da prática. Esses altos cargos de comando são selecionados por bancas restritas compostas por pesquisadores. Sua aprovação depende principalmente, além da ocupação do cargo de pesquisador, de uma rede política estabelecida pelo agente. A essas posições de comando é atribuído o poder burocrático de decidir focos, indicar outros cargos de comando, avaliar desempenho e distribuir recursos para pesquisa, como pessoal, material e estrutural (casas de vegetação, campos experimentais e laboratórios).

Perfil de Competência Profissional
Cargo: PESQUISADOR Classe: A

COMPETÊNCIAS – (conhecimentos, habilidades e atitudes)	
Corporativas	Específicas ou complementares
As competências corporativas para ingresso e desenvolvimento estarão regulamentadas em Norma Própria.	
REQUISITOS	
Para Ingresso = (I)	Para Desenvolvimento = (D)
Escolaridade: Doutorado Idioma: Domínio de um idioma estrangeiro. Experiência em Pesquisa: 5 anos em área definida pela Embrapa	Progressão: Antigüidade Mérito: Desempenho Funcional A partir da referência PA-13, aplicar-se-á somente o critério de desempenho funcional.
ÁREAS DE ATUAÇÃO	
FAIXAS SALARIAIS	
Vide tabela salarial (Anexo V)	

Perfil de Competência Profissional
Cargo: PESQUISADOR Classe B

COMPETÊNCIAS – (conhecimentos, habilidades e atitudes)	
Corporativas	Específicas ou Complementares
As competências corporativas para ingresso e desenvolvimento estarão regulamentadas em Norma Própria.	
REQUISITOS	
Para Ingresso = (I)	Para Desenvolvimento = (D)
Escolaridade: Mestrado Idioma: Domínio de um idioma estrangeiro. Possuir competência em metodologias e técnicas de pesquisa	Progressão: Antigüidade Mérito: Desempenho Funcional A partir da referência PB-13, aplicar-se-á somente o critério de desempenho funcional. Promoção para Classe A: Pré-requisito Escolaridade: Conclusão de Doutorado, observada a normatização interna. Experiência: cinco anos de pesquisa com resultados técnico-científicos comprovados ou cinco anos em gestão de P&D e Administrativa.
ÁREAS DE ATUAÇÃO	
FAIXAS SALARIAIS	
Vide tabela salarial (Anexo V)	

Figura 6 Perfil de competência profissional do cargo de pesquisador ⁶

A outra carreira é denominada “Suporte à Pesquisa e Desenvolvimento” e comporta dois cargos dispostos respectivamente em níveis hierárquicos decrescentes: o cargo de “Analista” e o cargo de “Assistente”. A sua classificação como suporte define a ela um papel coadjuvante na constituição da

⁶ Dados coletados no Plano de Carreiras da Embrapa (2006).

prática. Ou seja, independentemente da contribuição trazida pelo agente à realização da pesquisa, desde a elaboração de projetos até a análise de dados em campo ou a realização do próprio experimento, sua posição no campo social não se altera significativamente a ponto de influenciar a prática de pesquisa tal como os que ocupam a carreira de pesquisador, a não ser que seja selecionado por concurso público para ocupar outra posição. A posição de Analista ainda mantém certos privilégios, como maiores possibilidades de treinamentos específicos, inclusive mestrado e doutorado, bem como maiores oportunidades de ocupação de cargos não efetivos (gestão e assessoramento). Também se encontram analistas com títulos científicos que exercem funções de pesquisador, porém com certas limitações associadas ao não pertencimento à carreira de pesquisador. Exemplo dessas limitações é a não ocupação de altos cargos de comando na prática (chefe-geral e Diretor presidente, por exemplo), a não inserção nas melhores faixas salariais e desvantagens na concorrência interna por recursos de pesquisa (homens, máquinas, dinheiro, infraestrutura física, etc.).

Perfil de Competência Profissional
Cargo: ANALISTA Classe B

COMPETÊNCIAS – (conhecimentos, habilidades e atitudes)	
<i>Corporativas</i>	<i>Específicas ou Complementares</i>
<i>As competências corporativas para ingresso e desenvolvimento estarão regulamentadas em Norma Própria.</i>	
REQUISITOS	
<i>Para Ingresso = (I)</i>	<i>Para Desenvolvimento = (D)</i>
<i>Escolaridade: Curso Superior Completo, compatível com a função</i>	Progressão: <i>Antigüidade</i> <i>Mérito: Desempenho Funcional</i> Promoção para a Classe A: Pré-requisito <i>Escolaridade: No mínimo, Especialização Lato Sensu e</i> <i>Experiência: 8 anos de efetivo exercício no cargo.</i>
ÁREAS DE ATUAÇÃO	
<i>Laboratórios e Campos Experimentais; Gestão de Pessoas; Orçamento e Finanças; Gestão da Informação; Suprimento, Manutenção e Serviços; Transferência de Tecnologia e Comunicação Social; Direito e Auditoria; Gestão Estratégica</i>	
EXPERIÊNCIA EM OUTROS PAPÉIS PARA INGRESSO	
FAIXAS SALARIAIS	
<i>Vide tabela salarial (Anexo V)</i>	

Figura 7 Perfil de competência profissional Cargo: Analista Classe B

Perfil de Competência Profissional
Cargo: ASSISTENTE Classe C

COMPETÊNCIAS (conhecimentos, habilidades e atitudes)	
<i>Corporativas</i>	<i>Específicas ou Complementares</i>
<i>As competências corporativas para ingresso e desenvolvimento estarão regulamentadas em Norma Própria.</i>	
REQUISITOS	
<i>Para Ingresso</i>	<i>Para Desenvolvimento</i>
Escolaridade: <i>Nível Fundamental Incompleto com, no mínimo, a 4ª série.</i>	Progressão: <i>Antigüidade</i> <i>Mérito: Obter cumulativamente</i> <i>a) Desempenho Funcional</i> <i>b) Escolaridade Fundamental completa, da referência OC 10 até referência OC-18; e</i> <i>c) Elevação de Escolaridade: Conclusão do Nível Fundamental.</i> Promoção para a Classe B: Pré-requisito <i>a) Conclusão da Escolaridade de Nível Fundamental; e</i> <i>Experiência: 7 anos de efetivo exercício no cargo.</i>
ÁREAS DE ATUAÇÃO	
<i>Laboratórios e Campos Experimentais; Gestão de Pessoas; Orçamento e Finanças; Gestão da Informação; Suprimento, Manutenção e Serviços; Transferência de Tecnologia e Comunicação Social; Direito e Auditoria; Gestão Estratégica</i>	
EXPERIÊNCIA EM OUTROS PAPÉIS E O TEMPO PARA INGRESSO	
<i>Variável e definida em função das atividades</i>	
FAIXAS SALARIAIS	
<i>Vide tabela salarial (Anexo V)</i>	

Figura 8 Perfil de competência profissional Cargo: Analista Classe B

O cargo de assistente possui dificuldades de acesso a treinamentos específicos individuais ou treinamentos mais onerosos. Além disso, não recebem adicional por titularidade, mesmo que possuam títulos científicos. A classe mais baixa do cargo de Assistente, classe C, é ocupada por uma enorme quantidade de agentes que atuam na prática em serviços braçais como os de capina, adubação, plantio, aplicação de venenos, colheita, transporte e outros. São em sua maioria negros ou pardos, de origens sociais mais descapitalizadas e com menor acúmulo de escolaridade formal. Entre a classe A e as classes B e C, do cargo de assistente, existe uma grande distância de influência sobre a prática e também de níveis salariais. Sendo os segundos geralmente comandados pelo primeiro, subordinado a um pesquisador ou grupo de pesquisadores. Essa distância somente pode ser superada por meio de concurso público. Aos assistentes de

classe A cabe a intermediação entre as instruções do pesquisador e o trabalho braçal, realizado principalmente pelos assistentes de classe B e C. Entre o pesquisador da classe A e o assistente da classe C existe um abismo na posse de capital cultural e financeiro, estabelecido desde suas origens sociais e heranças culturais, que se transpõe para o mundo da prática na forma de influências sobre ela e de reconhecimento do mérito de contribuição (conforme demonstrado no perfil das competências – Figuras 6 e 8 e observado na descrição das funções e na tabela salarial estabelecida no PCE).

Além desses cargos que exigem a aprovação por concurso, existem outros não efetivos, cuja ocupação depende da indicação ou aprovação política caracterizando-se como postos gerenciais, de assessoramento ou de supervisão, enfim, posições que detêm o aval burocrático para tomada de decisões, estabelecimento de focos e metas, distribuição de recursos de pesquisa, realização de controle e de avaliação de méritos, implicando assim, em um alto nível de influência sobre a prática. Além de acumulação de capital político e de capital burocrático, na forma de ocupação de cargo de pesquisador, a ocupação de altos postos de comando ou de assessoria direta sobre a organização da pesquisa, requer também a acumulação de capital científico institucionalizado, que Bourdieu identifica como “uma espécie de capital burocrático”, cuja aquisição assume a aparência de “eleição pura” por meio de processos seletivos, “onde a definição do posto está de alguma forma pré-ajustada ao perfil do candidato” (BOURDIEU, 2002, p. 36). Para a ocupação dos demais postos de comando ou assessoramento, cujas decisões não conformem tão diretamente a constituição da prática de pesquisa, a acumulação de capital político é suficiente.

O reenquadramento funcional, ou seja, mudanças de posicionamento do agente de um cargo efetivo para outro, no campo social da prática, perpassa pela aprovação em novo concurso público. Assim, para ascender de um cargo a outro, na hierarquia social estabelecida no campo, o agente deverá apresentar os

pré-requisitos do cargo pleiteado, relacionado com a aquisição de escolaridade formal, de títulos científicos em áreas de interesse estipuladas em edital, de domínio de idiomas, de aquisição de experiência ou conhecimento do método científico, entre outros. Mas, principalmente, o agente deverá se submeter a novo exame e seleção de competência, estando sujeito à concorrência ampla. Para essa movimentação efetivamente ocorrer, o acúmulo de capital cultural ou científico não se faz suficiente. É essencial a transformação desses em capital burocrático caracterizado pela aquisição do cargo em concurso público, dificultando que essa movimentação ocorra com frequência dentro do campo.

A promoção de uma classe para outra superior, dentro de um mesmo cargo, ocorre de forma diferenciada de acordo com cada cargo. Para pesquisadores saltarem da classe B para a classe A, é relevante que acumulem recursos como o título de doutor, experiência de pesquisa com apresentação de resultados legitimados no campo científico ou de gestão da pesquisa ou administrativa. Observa-se aí a necessidade de acumulação do capital científico apresentado por Bourdieu, nas suas duas formas: “institucionalizado”, objetivado na forma de um cargo de gestão e “puro”, subjetivado como capacidade técnica de inventor, reconhecida entre os pares. Bem como do capital cultural em estado institucionalizado, objetivado na aquisição do título de doutor. Vale ressaltar que há um ambiente propício para que o pesquisador adquira os títulos necessários à mudança de classe. O agente chega a ser cobrado para que adquira esses títulos e praticamente não existem mais pesquisadores no centro de pesquisa sem ao mínimo possuir um título de mestrado. Uma explicação possível para essa distinção ser requerida ao pesquisador com tamanha intensidade pode estar relacionada ao fato de que se tem aumentado o acesso dos analistas a esses recursos e eles os estão acumulando. Principalmente porque a partir da acumulação dessa forma de capital cultural o agente se qualifica para assumir funções e alcançar metas valorizadas pela prática de

pesquisa, como por exemplo, a liderança de projetos em rede, ou mesmo, a aprovação de projetos em editais ou de publicações em periódicos reconhecidos internacionalmente.

Para analistas B mudarem para classe A, devem buscar adquirir capital cultural na forma institucionalizada de no mínimo uma especialização *lato sensu*, bem como um recurso burocrático atrelado ao tempo de exercício na função relativa ao cargo. Para o cargo de assistente as regras de mudança de posicionamento se tornam mais rígidas. A mudança das classes B e C para a classe A, exige a prestação de novo concurso público, ou seja, acumulação de capital cultural na forma de conclusão de escolaridade de nível médio e sua transformação em capital burocrático, quando da conquista de um novo posto via concurso público. Vale ressaltar, que há no campo, assistentes com acumulação maior de capital cultural do que a exigida para a ocupação do seu posto. Entretanto essa acumulação de capital cultural não altera, por si só, sua posição no campo, no que se refere à mudança de classe ou cargo. Por exemplo, encontraram-se alguns assistentes com graduação e até mestrado, mas enquadrado em funções de assistentes, mesmo podendo contribuir mais com a prática ou efetivamente contribuindo mais. O concurso público nesse caso inviabiliza as possibilidades de mobilidade na hierarquia de posições, reforçando a importância desse capital burocrático para a prática. A mudança da classe C para a classe B também se pauta pela acumulação de capital cultural, entretanto o nível de acumulação exigido é menor, bastando a conclusão do nível fundamental. A exigência do recurso tempo de serviço, atrelado a uma espécie de capital burocrático, também se faz presente para essa ascensão.

Outra forma de ascender na hierarquia do campo é por meio da progressão. Dentro de cada classe existe um *ranking* de referências salariais que vai de 01 a 24 para pesquisadores e analistas e de 01 a 30 para assistentes. Para galgar de uma referência para outra superior é necessário que o agente receba

uma progressão salarial. Essa progressão está associada à conquista de três tipos de recursos: antiguidade, escolaridade ou desempenho (mérito). Para compreender melhor a distribuição do recurso desempenho, vale destacar que é um recurso burocrático e institucional, associado a um sistema gerencial de avaliação. A avaliação de desempenho está atrelada ao julgamento do gestor ou do pesquisador ao qual o agente esteja subordinado e ao cumprimento de tarefas estabelecidas por eles. É um recurso de cunho político-burocrático, dessa forma, apesar de envolver um véu de objetividade e neutralidade, é carregado de sentimentalidades e busca direcionar a forma como a prática deve ser constituída e avaliar se foi bem construída na direção estabelecida pela ortodoxia. O desempenho associado ao mérito, nesse caso, é um recurso para se progredir na hierarquia social do campo, e ao mesmo tempo, um instrumento de manipulação usado pela ortodoxia, pois o mérito é associado a indicadores criados e avaliados por ela. Assim, a ortodoxia estabelece a doxa e conforme seu cumprimento distribui recursos disputados no campo.

“[...] O SAAD é o meu chicote... [...] tá vendo essas marcas aqui [nas costas]? É de carregar essas toras [para fazer cerca para o experimento] porque o chefe mandou e eu quero ser bem avaliado né? [...]” (entrevistado, 2011).

“O SAAD é pela simpatia, não é pelo trabalho [...] se o meu chefe gosta de mim ele me avalia bem, se não gosta, eu vou para o último da fila [...]” (entrevista, 2011).

“Esse DIR [novo sistema de avaliação] mudou as regras do jogo, a gente já sabia dos atalhos para não ser penalizado [relativo à baixa produção de tecnologias transferidas] agora vamos ter que aprender de novo [a como ajustar o trabalho realizado às cobranças por metas de resultados relativas à tecnologia transferida]” (entrevista, 2011).

Apesar de intentar direcionar a prática, a avaliação de desempenho alcança esse objetivo apenas em parte. Com o seu uso, os agentes vão

encontrando brechas que permitem a eles escapar de sua rigurosidade e imprimir sua intencionalidade na atividade exercida em relação à pesquisa. Nesse sentido, metas podem ser renegociadas, transformadas ou eliminadas de acordo com um senso prático adquirido no jogo pelos agentes em campo.

A antiguidade é também um recurso valioso para obtenção de níveis superiores de referência. Além disso, agrega grande valor simbólico atrelado ao conhecimento acumulado e a contribuição já realizada para o desenvolvimento da organização. É o recurso mais igualmente distribuído no campo, considerando os agentes em cargos de provimento efetivo, entretanto o valor simbólico aumenta quando associado à acumulação de maiores volumes de capital cultural (escolaridade e títulos), burocrático (cargo de pesquisador e cargo gerencial) e científico (político-institucionalizado como gestor de P&D ou puro associado à capacidade técnica do inventor reconhecida pelos pares). A escolaridade formal e a posse de titulação científica são recursos muito valorizados e disputados no campo, sendo necessários para qualquer tipo de estratégia de ascensão na hierarquia das posições. Vale ressaltar que dos quatro tipos de estratégias de mudança de posicionamento no campo (mudança de carreira, de cargo, de classe e de referência), a mudança de referência é mais comum e a que menos impacta na influência sobre a constituição da prática, enquanto que a mudança de carreira ou cargo é a mudança mais significativa com relação a influência estabelecida na construção da prática.

A associação do cargo de pesquisador a qualquer um dos capitais científicos, institucionalizado ou puro, somado a acumulação do recurso antiguidade, confere ao seu portador um capital simbólico, ou seja, um grande poder de influência sobre o campo da prática, legitimado pelos próprios agentes por meio de categorias de percepção inculcadas pela ordem estabelecida. Os agentes portadores desse tipo especial de capital estabelecem uma idealização do passado, uma forma de compreensão sobre o papel da pesquisa do CPAC, sobre

como a prática deve funcionar ou o que ela deve focar, sempre resgatando a história de sucesso junto à sociedade e uma imagem de um tipo ideal constituído em sua origem. Nesse sentido, mudanças na ordem, tanto em relação ao foco, quanto em relação à própria organização da prática, podem gerar o risco de desconstituir “o que deu certo no passado”. Ainda sobre antiguidade, vale mencionar que a partir de 1988, a empresa intensificou a renovação do seu quadro de pessoal. A contratação por concurso público de novos empregados estabeleceu duas posições relevantes na análise da constituição da prática: os novos empregados e os antigos.

A grande maioria considera que há diferenças entre os pesquisadores novos e antigos. Acreditam que estas diferenças podem ser observadas em vários aspectos... maior comprometimento dos antigos para com a empresa, diferenças na educação (os pesquisadores mais novos são educados em outra realidade, tiveram educação mais liberal); os novos são mais individualistas; os novos estão mais comprometidos com suas carreiras... (LOURENÇO, 2006).

Aos antigos empregados atribui-se um conjunto de características distintas simbólicas como o maior comprometimento com a prática, envolvendo-se inclusive em seu custeio ao “tirar dinheiro do próprio bolso” para sua realização. Esse discurso envolve também o tempo de contribuição para a prática e a construção da história de sucesso que compõe sua imagem na sociedade. Eles são os agentes que representam a prática de pesquisa que deu certo, que contribuiu para a ocupação dos cerrados e para a disseminação de técnicas modernas de produção agropecuária. Aos novos, cabe a distinção da aquisição do cargo por concurso público e da acumulação de títulos científicos ou escolaridade formal, nesse sentido reforçam o valor desses capitais no campo. A pouca acumulação de capitais, em relação aos mais antigos, torna-os vorazes

agentes na disputa por recursos no campo, principalmente em relação ao mérito, na busca por produtividade e bons desempenhos na prática.

Pertencer a uma carreira, cargo ou classe na ordem hierárquica apresentada simboliza o papel assumido pelo agente e o seu valor para a prática, sendo materializado: a) nas ações que o agente realiza – braçal, burocrático e intelectual; b) na sua capacidade de influenciar a forma como a prática de pesquisa é constituída; c) e na remuneração que ele recebe, simbolizando sua relevância dentro do campo. E, nesse sentido, as regras do jogo explicitadas no PCE, pela ortodoxia, representam a ordem estabelecida. Uma ordem que mantém a dominação da prática pela minoria de intelectuais e burocratas, por meio de estratégias de distinção dos agentes, de criação de diferenças no que tange ao valor social de cada um, associado ao acúmulo de um conjunto de recursos, disputados no campo. A ordem hierárquica de capitais estabelecida pela ortodoxia perpassa principalmente pela valorização do cargo de pesquisador, do saber formal e de títulos científicos e pela valorização do mérito associado ao cumprimento de metas de trabalho estabelecidas pelos cargos políticos.

Em uma reunião em que se discutia uma proposta de reformulação do PCE, conduzida por um pesquisador e um assistente (representante sindical), observou-se o jogo social da distinção com absoluta clareza e a negociação entre os agentes para inserção de regras que beneficiavam uma ou outra posição. A discussão se pautava no argumento de “isonomia” entre os cargos, visto a ausência de igualdade no tratamento dado aos agentes. A primeira proposta, apresentada por um pesquisador, se referia à quantidade de referências distribuídas para cada cargo, recurso que possibilita a acumulação de capital econômico. Sua pretensão com a proposta apresentada era de ampliar a escala de referências dos cargos de pesquisador e analista para 30, retomando a igualdade com a escala de assistentes. Para defender sua proposta o pesquisador traça um

histórico de alterações do PCE destacando a falta de igualdade no tratamento entre os cargos, privilegiando analistas e assistentes.

Antigamente [a escala de referências] era igual para todos, sempre foi assim, a gente quer que volte a ser assim [...] [Com as alterações recentes] O pesquisador A que tem tanta cobrança em cima dele [...] tem que fazer orçamento, liderar projeto, arranjar dinheiro [...] o cara ganha 01 [...] Essa falta de isonomia, de igualdade de tratamento tem 3 anos [...] quebraram uma xícara de porcelana muito bonita e cara [...], agora estão colando mas nunca mais vai ficar igual [...] a gente quer recompor essa história para minimizar essas perdas [...] nós não vamos recuperar isso, só uma outra tabela maluca que conseguiria recuperar essa dando 5 pra um, sete pra outro, 12 pra outro [...] Uma hora o analista e o pesquisador ficam estagnados e o assistente continua crescendo, e a gente quer que fique tudo igual (Observação de campo, 2011)⁷.

Esse discurso inicial trazido sob a forma de uma apresentação formal refere-se à desigualdade apenas em relação à escala de referências e ajustes salariais para reter talentos. Há um esquecimento das demais desigualdades que distinguem os agentes no PCE, como as desigualdades de valores das faixas salariais, de oportunidades de promoção de uma classe para outra, na própria influência e comando sobre a prática, nos benefícios de titularidade, tempo de serviço e outros. Algumas dessas desigualdades são prontamente lembradas por assistentes após apresentação formal da proposta e abertura da plenária para debates. Ao longo das discussões percebe-se que o discurso da igualdade se flexibiliza, dando lugar para o reforço da relevância do mérito e das diferenças.

A proposta é que todo mundo chegue até lá [final da escala de referências salariais] [...] todo mundo não, aqueles que

⁷ Dados coletados por meio de observação da Assembleia de discussão de propostas para alteração do PCE. Embrapa Cerrados (2010).

têm bom desempenho porque não é todo mundo igual, senão [a promoção] não serve pra nada [...]. Ó a pesquisadora está falando [...] Eu quero defender um pouco os novos [...] É muito bonita a palavra isonomia, mas o tratamento também não acontece de maneira igual para os novos em relação ao antigos, eu não recebo xxx, nem anuênio [...] o meu trabalho de um ano, um ano e meio, dois é tão cansativo quanto o de quem trabalha a 30 anos e é tão importante quanto [...] então eu acho que os direitos deveriam ser iguais [...] o que a gente vê na Embrapa é que o Analista recebe titularidade se aumenta sua escolaridade, você não acha justo que os assistentes que tenham mestrado também recebam titularidade? [...] O concurso público existe para selecionar competências numa área específica, todo mundo pode fazer se tiver os pré-requisitos[...]" (observação de campo, 2011)⁸.

Na luta por acumulação de recursos, observada na assembleia do PCE, a diferença e a igualdade são termos utilizados muitas vezes no mesmo argumento, conforme sua conveniência. Diante de propostas ameaçadoras da ordem, ou seja, da hierarquia entre os cargos, o discurso do mérito, da chamada da lei ou da impossibilidade absoluta são estratégias utilizadas a fim de recolocar essas questões no esquecimento. As disputas pelo benefício de uma escala de referências ampla, suportadas por um discurso de igualdade, unem pesquisadores e analistas na defesa da proposta apresentada. Já os assistentes, propõem o benefício do reconhecimento da titulação (*lato sensu*, mestrado ou doutorado) para quem ocupa o cargo de assistente. Propõem também a eliminação do concurso público para a promoção das classes C e B para a classe A e para o cargo de Analista. Os novos empregados propõem o retorno do benefício do anuênio (hoje oferecido somente para os antigos). As disputas por recursos de distinção ficam evidentes, mas a ameaça total às distinções sustentadas pelo PCE, advinda da proposta de isonomia total na forma da constituição de uma carreira única, gera desconfortos e preocupações.

⁸ Dados coletados por meio de observação da Assembleia de discussão de propostas para alteração do PCE. Embrapa Cerrados (2010).

A Embrapa tem duas carreiras, de pesquisa e de apoio a pesquisa, talvez fosse a oportunidade de criar uma carreira única de apoio a pesquisa para que o empregado pudesse percorrer toda a carreira [sem fazer concurso público] [...] Aí eu vou ter que discordar [...] Antes da constituição [...] você entrava no nível elementar e ia subindo de posto. Então veio [o concurso público] para regularizar isso e agora nós vamos retroceder? [...] Nós estamos propondo isso no plano de carreiras da Embrapa, como é no Banco do Brasil [...] Nós estamos trabalhando um plano de carreiras que é uma estrada de caminhada profissional, se o momento é agora nós vamos empenhar na proposta, podemos não conseguir que seja aprovado, mas é a proposta que vai ser encaminhada [...] Então daqui a pouco nós vamos querer passar de Analista para Pesquisador. Não, nessa proposta não passa. Mas é a carreira única. Nós já tentamos a carreira única e não passa [...] Esse negócio do concurso e de ter uma carreira única é apenas para a carreira de suporte, mas se começar a querer ir até o fim, isso não passa mesmo. [...] Quem quiser contar com isso não perde tempo não, vai fazer outro concurso para outro lugar ou então para analista, isso não passa, não precisa nem preocupar [analista x] porque não passa mesmo (observação de campo, 2011)⁹.

Os próprios agentes buscam manter a ordem estabelecida no PCE quando as propostas de alterações ameaçam seus capitais, suas estratégias de distinção, mesmo na luta por igualdade de distribuição de recursos. A proposta de carreira única torna acessível um capital relevante: o cargo auferido por concurso público. A distinção promovida pelo cargo de pesquisador permite ao seu ocupante fazer parte da ortodoxia, ou seja, do controle da prática, por meio do exercício de postos de comando mais altos. Dessa forma, torna-o um capital importante e raro para o campo, devendo ser dificultada a sua distribuição. Mantido o valor dos capitais que permitem o controle da prática pela ortodoxia, os demais recursos de distinção podem ser adquiridos mais facilmente, como a

⁹ Dados coletados por meio de observação da Assembleia de discussão de propostas para alteração do PCE. Embrapa Cerrados (2011).

ocupação da classe A no cargo de assistente, ou talvez até a ocupação de cargos de analista. Quanto à isonomia na escala de referências, a proposta se torna bastante viável, pois não ameaça a hierarquia de capitais.

O discurso da igualdade está baseado no mérito de cada agente ao acumular suas distinções. Parte-se do pressuposto que essa acumulação é alcançada a partir de condições igualitárias oferecidas pelo concurso público. Nesse sentido, o nível de escolaridade, o tempo de serviço, a ocupação de cargos burocráticos e gerenciais, o desempenho no sistema de avaliação institucional, o alcance de resultados científicos e tecnológicos relevantes estão igualmente acessíveis a todos os agentes na busca por uma posição no campo social da prática. Fica esquecido neste discurso que a acumulação de alguns recursos que viabilizam essas distinções não ocorre com a mesma facilidade para todos. A acumulação de capital econômico e social herdada por alguns membros da sociedade os coloca em vantagem na acumulação de capital cultural, como escolaridade, por exemplo, tão relevante no campo da prática. Esse conjunto de recursos herdados socialmente, que coloca os agentes em condições de partida desiguais, não é objetivamente considerado no PCE nem nas discussões sobre sua alteração, mas é verificado na observação das origens sociais predominantes em cada cargo, na predominância da cor da pele dos agentes que exercem um trabalho físico no campo e um trabalho intelectual na frente de computadores nas salas de pesquisa, bem como no poder da rede social estabelecida por cada um desses agentes. Esses recursos herdados os capacitam a adquirir e acumular os demais recursos (BOURDIEU, 1998). É o caso da influência do poder aquisitivo e da bagagem cultural herdada para uma boa formação acadêmica no contexto brasileiro (BORGES; CARNIELLI, 2005; BOURDIEU, 1998) ou da utilização das redes sociais estabelecidas para influenciar processos decisórios, bem presente na distribuição de recursos distintivos da prática de pesquisa como verificado em algumas entrevistas, com destaque para a que se segue em que um

recurso importante no campo da prática para acumulação de capital cultural, a permissão para afastamento do trabalho para realização de pós-graduação, é distribuído por meio de acordos políticos.

“[...] Ela foi direto para o doutorado, nem passou pelo processo de seleção [...] foi parte do acordo que fizeram quando ela saísse da chefia [...]” (entrevista, 2011).

Considerando essas desigualdades de origem, a ocupação de um cargo de pesquisador por meio de concurso público requer um conjunto de recursos que são mais acessíveis a um estrato social dominante, ou seja, essa aquisição não ocorre em um campo social de iguais. Essas diferenças são ‘esquecidas’ pelo discurso meritocrático da ortodoxia e convenientemente não apareceram na discussão sobre a isonomia no trato entre os cargos, realizada no âmbito da reunião de propostas de reformulação do PCE.

Vale destacar que em relação ao nível educacional como fator de distinção principalmente para o preenchimento de cargos por meio de concursos, sejam eles públicos ou não, mantém-se a hierarquia estabelecida na sociedade brasileira ao longo de sua história, ou seja, ingressam nas melhores posições sociais os descendentes da elite burguesa e político-burocrática, pois possuem acesso às melhores escolas e uma rede social que favorece o ingresso nos melhores postos de trabalho. Assim, a meritocracia que sustenta as práticas estatais pauta-se numa igualdade de condições ilusória, principalmente por que o processo educacional brasileiro é excludente e desigual sendo mantido pelo Estado gerencial. Além disso, esse Estado institui processos avaliativos que valorizam apenas os resultados obtidos e um modelo educacional voltado para a lógica do capital, não visando à formação de cidadãos críticos da ordem estabelecida (CAMPELLO; LIMA FILHO, 2006; DUBET, 2004; SILVA JÚNIOR; KATO, 2010).

As disposições herdadas de uma sociedade desigual também são refletidas na forma como se constitui as posições no campo social da prática. A figura 9 representa uma foto aérea do espaço físico onde se constrói uma parte da pesquisa. Nesse espaço, o centro de comando e influência sobre a prática encontra-se localizado nos pavilhões 1 e 2 do prédio principal (Y), onde se encontram concentrados os pesquisadores em salas mais estruturadas e próximas, cujo trabalho intelectual e gerencial delinea a prática por meio do estabelecimento de focos, planos, metas, objetivos, metodologias, planos de ação, normas, regras e distribuição de recursos. Enquanto que o trabalho do assistente, mecânico e braçal, segue um conjunto de orientações pré-estabelecidas para execução dos experimentos em campo e em laboratório. Esses agentes da prática estão mais dispersos, localizados, em sua maioria, em áreas periféricas em relação ao centro de comando e controle da prática de pesquisa (W). Em espaços mais precários, isolados e escondidos em laboratórios ou espalhados no campo, em meio a equipamentos, barulho, amostras de experimentos, terra ou lama, com raros acessos a serviços de limpeza, ou mesmo dispostos ao tempo, debruçados sobre as parcelas, movimentando cargas e tocando as lavouras.



Figura 9 Foto aérea das instalações do Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados

Fonte: Embrapa (2011)

A partir destas considerações pode-se avançar um pouco mais na reflexão sobre a prática da pesquisa no CPAC, aprofundando as discussões sobre o seu campo social, os capitais em jogo, as disputas observadas e suas influências na constituição da prática, sinalizando algumas das principais estratégias utilizadas de conservação e subversão desse campo.

4.3 A pesquisa, as disputas, os capitais em jogo e as estratégias de conservação e subversão do campo

O espaço social da prática conta atualmente com 408 agentes contratados em cargos de provimento efetivo, ou seja, total de empregados contratados pelo CPAC. Esse número aproxima-se da média de agentes da

prática ao longo de sua história. Desse total de agentes, considerando o período de 1977 a 2010, 21% em média estavam posicionados na carreira de pesquisa, enquanto 79% localizavam-se na carreira de suporte à pesquisa (ver Quadro 2).

Os agentes da carreira de pesquisa se distinguem entre si pela reunião de um conjunto de recursos diversos. Quanto ao acúmulo de capital científico, podem se posicionar como gestores, a partir da articulação de fortes redes políticas e da conquista de cargos comissionados, ou como técnicos, na conquista de reconhecimento de sua contribuição científica e tecnológica pelos pares. Quanto à sua orientação político-científica, podem se posicionar como focados no aumento de produção e produtividade quando vinculados a redes sociais do agronegócio detentoras de maior capital político e econômico. Ou podem se distinguir como adeptos das questões socioambientais no campo. Nesse sentido, vinculam-se a movimentos sociais e a setores governamentais cujos discursos ambiental e social possuem forte legitimidade perante a sociedade contemporânea. As disputas entre essas posições concentram-se no acúmulo de capital econômico, político e burocrático a fim de poderem influenciar no escopo das pesquisas, executá-las e alcançar resultados reconhecidos no campo. Vejamos com maiores detalhes os jogos sociais estabelecidos e suas influências na conformação da prática.

Quadro 2 Empregados por carreira no período de 1997 a 2010¹⁰

Exercício	P & D	%	Apoio	%	Total
			a P&D		
1977	37	17,13	179	82,87	216
1978	58	16,57	292	83,43	350
1979	60	15,27	333	84,73	393
1980	79	19,85	319	80,15	398
1981	79	18,63	345	81,37	424
1982	77	17,58	361	82,42	438
1983	75	17,28	359	82,72	434
1984	84	18,92	360	81,08	444
1985	93	20,85	353	79,15	446
1986	83	19,95	333	80,05	416
1987	78	17,49	368	82,51	446
1988	79	18,08	358	81,92	437
1989	98	18,53	431	81,47	529
1990	101	18,43	447	81,57	548
1991	98	18,53	431	81,47	529
1992	98	18,99	418	81,01	516
1993	95	18,81	410	81,19	505
1994	99	19,41	411	80,59	510
1995	100	20,41	390	79,59	490
1996	93	20,58	359	79,42	452
1997	93	20,85	353	79,15	446
1998	92	21,70	332	78,30	424
1999	89	21,34	328	78,66	417
2000	88	21,78	316	78,22	404
2001	87	23,39	285	76,61	372
2002	101	25,70	292	74,30	393
2003	99	26,19	279	73,81	378
2004	95	25,47	278	74,53	373
2005	96	25,74	278	74,53	373
2006	88	23,91	280	76,09	368
2007	97	26,58	268	73,42	365
2008	93	25,91	266	74,09	359
2009	101	24,82	306	75,18	407
2010	91	21,11	340	78,89	431
Média	87,47	20,76	337	79,24	424

4.3.1 As relações entre pesquisadores e gestores

Os ocupantes da carreira de pesquisa que possuem também um cargo gerencial acumularam volume de capital científico institucionalizado. Para isso, estabeleceram uma rede de apoio político efetiva para a ocupação de um cargo comissionado fornecido pela instituição de pesquisa. Dependem dessa maneira, do conjunto de forças políticas que se estabelecem no controle do Estado e da

¹⁰ Dados de campo coletados junto ao Setor de Gestão de Pessoas (SGP), CPAC, 2011.

prática, orientados pela ordem emanada a partir dessas forças. A transmissão desse tipo de capital aos agentes citados é realizada por nomeação burocrática advinda do ministro da agricultura ou do diretor presidente da instituição de pesquisa a qual a prática se vincula. A nomeação ocorre após uma escolha política que pode estar inserida em um processo seletivo formalizado como na seleção de chefes ou apenas negociada de maneira informal na indicação de gestores e assessores.

O acúmulo do capital institucionalizado confere ao seu portador um poder legitimado de distribuir os meios de produção de pesquisa como áreas de campos experimentais, salas e estruturas de laboratório, máquinas, insumos, serviços de compras de material e principalmente “pessoal de apoio”, caracterizados por assistentes de campo, laboratório e outros. Observa-se que o “pessoal de apoio” é considerado na maior parte das vezes como mais um recurso de produção, lembrando disposições estabelecidas na formação do espaço social da agricultura brasileira. No entanto, esse poder burocrático que o capital confere é limitado por uma convenção informal que reconhece como legítima a posse de meios de produção “adquiridos” com recursos financeiros captados pelos projetos de pesquisa ou de posse desses projetos ou pessoas há muito tempo.

Aqui cabe uma observação importante sobre a captação de recursos via projetos de pesquisa. A atividade de elaboração e aprovação de um projeto de pesquisa, associada à captação de recursos para sua execução, foi conformada para garantir recursos complementares aos do Estado no financiamento da pesquisa, visto a escassez do aporte de recursos do Estado para a pesquisa, vivenciada outrora. Nesse contexto, a atividade de captar recursos foi descentralizada para pesquisadores técnicos, podendo os mesmos submeter seus projetos a várias fontes de financiamento, inclusive privadas. Com isso os pesquisadores técnicos assumiram também a gestão dos recursos captados para

os projetos, que se tornaram pequenos empreendimentos dentro da instituição, alguns bastante lucrativos necessitando de uma verdadeira microestrutura gerencial para distribuir recursos adquiridos pelo projeto e controlar seu andamento. Essa microestrutura é muitas vezes denominada pelos próprios agentes da pesquisa como “feudos”, visto algumas similitudes. Esses “feudos” caracterizam-se espaços de poder sobre a prática por meio de certa independência econômica e estrutural em relação ao centro de pesquisa, fortalecendo os pesquisadores técnicos nas negociações junto à chefia (pesquisadores gestores). Por outro lado, subordina o escopo da pesquisa aos direcionamentos requeridos por grupos sociais advindos do espaço agrossilvopastoril, favorecendo setores ricos em capital econômico, com capacidade de financiar parte das pesquisas, em detrimento de setores com menor capacidade de financiamento.

Retomando sobre o poder conferido pelo capital científico institucionalizado ao seu portador, acrescenta-se que ele se estende também aos meios de reprodução da ordem, ou seja, ao pesquisador que ocupa cargos de gestão cabe estabelecer regras e metas, nomear e instituir hierarquias formais entre agentes, avaliar desempenhos e instituir categorias de classificação dos agentes em relação ao seu mérito técnico, por meio da distribuição de referências que representam ganhos financeiros ou mesmo no repasse econômico e simbólico de prêmios e ritos de distinção por mérito.

Cabe considerar que essa classificação obtida por meio de processo avaliativo advém de disposições muito frequentes nas academias para verificar a eficácia da inculcação da razão estabelecida como verdadeira. No caso da prática em questão, o sistema de avaliação é um instrumento de checagem sobre se a ordem institucional e as metas de produtividade, estabelecidas pela ortodoxia, foram efetivamente internalizadas e cumpridas. Pelo fato do sistema de avaliação estar atrelado ao sistema de promoção e premiação, a classificação

simbólica dos agentes ocorre quase que automaticamente, favorecendo os mais ajustados à ordem.

O sistema de avaliação, enquanto instrumento de reprodução da ordem, diminui seu poder de influenciar a prática quando é limitado pela força adquirida no acúmulo de capital financeiro e científico puro pelos pesquisadores técnicos. Nesse sentido, metas e méritos são negociados em meio a um ambiente de forças mais igualitárias.

“Eu trago recurso e projetos para a unidade com importância social, a chefia não vai recusar porque não está nos planos dela” (entrevista, 2011).

O acúmulo de capital econômico realizado por pesquisadores técnicos, por meio da captação de recursos via projetos de pesquisa, permite a aquisição de alguns meios necessários para a realização de pesquisas, nem sempre garantidos pelo Estado, e com isso viabiliza a obtenção de outro capital relevante ao campo: o capital científico puro. Assim, a captação de recursos realizada por projetos liderados por pesquisadores técnicos viabiliza a obtenção de resultados científicos e tecnológicos reconhecido pelos pares. O reconhecimento do mérito de contribuição científica e tecnológica pelos pares é um importante recurso de características simbólicas, que acumulado pelo agente torna-o especialmente influente sobre a conformação da prática. Porém, esse mérito está associado à elaboração e participação em projetos de pesquisa que tenham apresentado resultados utilizáveis socialmente e gerado publicações reconhecidas pelo campo científico, na maior parte das vezes, publicadas em periódicos de ponta. A apresentação de resultados rapidamente utilizáveis pela sociedade possui maior reconhecimento dentro do campo, pois comprovam a eficiência institucional e justificam sua existência e seu aporte público.

Ricos em capital econômico e científico puro, os pesquisadores técnicos possuem grande influência sobre o campo social da prática. Primeiro porque

contribuem financeiramente para a aquisição e manutenção da infraestrutura produtiva administrada pelos gestores, pois os recursos advindos do Estado não são abundantes e suficientes para garantia de execução da prática em toda sua potencialidade. Segundo, por que a posse de capital científico possui um significado simbólico dentro do campo, capaz de influenciar os pares em decisões relevantes até mesmo quanto à destituição de pesquisadores gestores. Nesse sentido, são aliados importantes para a gestão da pesquisa. Por outro lado, os pesquisadores gestores facilitam os trâmites burocráticos internos para a consecução das pesquisas, importante para acumulação de capital científico puro, sendo aliados importantes para pesquisadores interessados nessa acumulação.

Uma posição precisa da outra para se manter no campo. Ao mesmo tempo, cada uma delas busca primazia de poder sobre a outra, utilizando de estratégias diversas. Pesquisadores gestores buscam enfraquecer pesquisadores técnicos que se sobressaem demais e ameaçam o equilíbrio de poder sobre o campo. Para isso, dificultam burocraticamente o acesso aos meios de produção e se utilizam do sistema de avaliação para direcionar focos de pesquisa e impor posições político-científicas. Enquanto que pesquisadores técnicos, ao se sentirem ameaçados pelo desequilíbrio de poder, utilizam de sua influência sobre os pares para destituir a legitimidade dos gestores, usando para isso discursos que enaltecem a pouca capacidade técnica desses agentes para liderar equipes de alto nível. Esse jogo enaltece recursos advindos de outros campos, como o apoio político, o recurso financeiro advindo de fontes privadas e o mérito científico, fragilizando a refração do campo às influências e ordenamentos desses outros espaços sociais: científico, burocrático-estatal e da agricultura brasileira.

Esses agentes fazem parte da ortodoxia do campo, estabelecida formalmente pela distinção burocrática do plano de carreiras. E, em sua maioria,

é composta por pesquisadores homens, brancos, com título de doutorado (ver Tabela 1 e 2). Caracteriza-se, portanto uma minoria, em relação ao grande contingente de agentes envolvidos na construção da pesquisa.

Tabela 1 Relação de sexo por cargo¹¹

Cargo	Gênero	
	Feminino	Masculino
Pesquisador	25	72
Analista	37	37
Assistente	22	215

*

Tabela 2 Relação de escolaridade por cargo

Cargo	Escolaridade							
	Ens.Fund. Incompleto	Ens.Fund. Completo	Ensino Médio	Ensino Superior	Esp.	Mest.	Dout.	Pós
Pesq.	-	-	-	-	-	19	73	5
Anal.	-	-	-	41	9	20	4	-
Assis.	33	66	99	36	-	03	-	-

4.3.2 As relações entre pesquisadores

Situados em salas equipadas com computadores, impressoras e, em certos casos, secretárias e estagiários, esses agentes distribuem tarefas, orientam e controlam a grande massa de assistentes, analistas e estagiários que estão subordinados a eles na prática de pesquisa, sejam em laboratórios, campos experimentais, casas de vegetação e outros. Enfim, cabe a esses agentes conformarem o escopo do projeto de pesquisa, documento burocrático que informa os problemas a serem investigados, objetivos e metodologias específicas, enquanto aos demais agentes, cabe exercer funções de apoio à consecução do que já foi traçado.

¹¹ Dados de campo coletados junto ao Setor de Gestão de Pessoas (SGP), CPAC (2011).

As funções estabelecidas para pesquisadores técnicos são muito amplas, desde a elaboração de grandes projetos em rede, a captação de recursos, a gestão de pessoas até a avaliação de dados coletados em campo. Mas a principal característica dessas funções, ou seja, de seu trabalho na pesquisa, é o cunho intelectual ao qual estão associadas, advindo principalmente do acúmulo de capital cultural (tempo de escolaridade cursada, títulos acadêmicos reunidos), associado à posse de capital burocrático (objetivado no cargo de pesquisador). Essa característica é sistematicamente usada nos discursos ortodoxos para justificar sua posição de comando sobre a prática de pesquisa.

As disposições anteriormente citadas, que influenciaram e ainda influenciam a construção da prática, se manifestam objetivamente não apenas na distribuição dos agentes realizada pelo PCE, na publicação de normas ou na distribuição física desses agentes no centro de pesquisa, mas principalmente na elaboração de projetos de pesquisa cujos escopos (problema, objetivos, metodologia, equipe, recursos a serem utilizados, planos de ação, cronograma, programação financeira e de compras) são concebidos na práxis por esses agentes, traduzindo uma forma específica de pensar e de realizar a pesquisa.

O projeto advém de diferentes articulações. Pode se iniciar por meio de demandas da Diretoria ou da Chefia, a partir de negociações com outras partes interessadas. Pode surgir também por demandas levantadas junto ao público alvo, em parceria com os agentes que atuam na função de transferência de tecnologias. Ou, como muitas vezes observado, a decisão do que pesquisar pode surgir de pequenas interações sejam com produtores, associações, empresas ou mesmo com outros pesquisadores, em reuniões, eventos, em contatos realizados com a rede social estabelecida (telefone, *e-mail*, *Skype*, dentre outros), nos corredores da unidade de pesquisa ou mesmo no espaço do cafezinho (fig. x), ambiente que reúne diariamente vários agentes, principalmente pesquisadores, para troca de ideias, solicitações de informações, comunicados, discussão sobre

dados de pesquisa, orientação sobre procedimentos de campo, negociações diversas seja com gestores ou com parceiros, enfim, o cafezinho é um espaço informal de providências onde grande parte da pesquisa acontece.

“Meu dia começa no cafezinho, porque é lá onde as coisas acontecem, é onde eu encontro as pessoas com quem preciso conversar [mas não consegue por vias formais devido às dificuldades de agenda]...” (entrevista, 2011).

“Um dia eu estava conversando com o [pesquisador x] no cafezinho e fiquei sabendo de uma reunião que o grupo iria participar com agricultores familiares e perguntei se poderia ir também... Na reunião eu percebi que os agricultores tinham problemas com a qualidade da água e então eu apresentei algumas práticas simples de observação de insetos que poderiam indicar a qualidade da água... No outro dia encontrei o [pesquisador x] no corredor e conversando sobre a reunião ele me perguntou se eu não participaria com um plano de ação dentro do projeto...” (entrevista, 2011).

A elaboração de um projeto prevê a concepção de um escopo alinhado com a posição político-científica que o pesquisador técnico assume diante da construção da prática. Nesse sentido, o pesquisador está inserido em um espaço social de forças que buscam influenciar a definição desse escopo. A instituição burocrática que envolve a prática de pesquisa, controlada pela ortodoxia, busca uma influência cada vez maior sobre a definição do escopo do projeto, e uma das estratégias utilizadas para manutenção da ordem institucional emanada é a criação de mecanismos gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação. O processo de planejamento estratégico instituído pela Empresa tem como produto final um documento denominado plano diretor. Esse documento propõe a ser um orientador da prática de pesquisa ao definir uma missão, objetivos e metas compartilhadas por toda equipe de agentes envolvidos no campo. A cada rodada de planejamento estratégico (iniciada de 4 em 4 anos) a empresa busca aprimorar seus mecanismos de controle, de forma que essa

orientação da prática se ajuste cada vez melhor à práxis de pesquisa. Ao estabelecer uma ordem legitimada pelo processo de planejamento, objetivada na missão, visão, valores, objetivos e princípios orientadores, bem como em metas claras e prazos de execução, aumenta-se a influência e o controle da ortodoxia sobre a conformação da prática que, cooptada pelo processo burocrático de planejamento e avaliação, é acompanhada e avaliada quanto à apresentação de resultados condizentes com as metas e planos pré-estabelecidos. Observa-se que apesar da força de influência do processo de planejamento e acompanhamento da pesquisa, os pesquisadores técnicos aprendem com sua utilização a resistir e adaptar suas ideias de forma que sejam camufladas em meio a discursos e palavras-chave alinhadas à ordem estabelecida.

“A gente monta no cavalo que passa arreado na nossa frente para conseguir realizar o que queremos fazer... Esse plano diretor é um grande guarda chuva, cabe tudo nele...”
(entrevista, 2011).

Tendo em vista a influência que os planos e metas exercem sobre os escopos de pesquisa, o processo de planejamento estratégico torna-se uma verdadeira arena de lutas, onde duas posições afloram perceptivelmente e se manifestam ao longo do tempo em qualquer discussão que envolva a reflexão sobre focos de pesquisa, objetivo da prática ou mesmo paradigmas de pesquisa agropecuária. Essas posições são definidas por um conjunto de características que diferenciam os pesquisadores técnicos em sua atuação e orientam as representações sociais sobre a prática de pesquisa. Essas características de distinção entre os agentes estão relacionadas ao tipo de concepção político-científica que possuem sobre a constituição da prática de pesquisa, que podem estar associadas à priorização de questões sociais, ambientais ou econômicas, bem como à utilização do paradigma científico positivista ou interdisciplinar na definição do escopo do projeto, em sua execução no campo e na forma como

essas pesquisas são apropriadas socialmente. Ou seja, a forma como a pesquisa se constitui depende da posição que esses agentes ocupam diante dessas concepções políticas e científicas. Para fazer valer suas posições na conformação da pesquisa, esses agentes lutam pelo acúmulo de capital científico em sua forma pura.

Os pesquisadores técnicos valorizam muito o reconhecimento do seu trabalho pelos pares no campo científico. Esse reconhecimento é conquistado por meio da apresentação de resultados considerados relevantes, conferindo ao agente um capital simbólico e legitimando uma posição dominante no campo. De posse desse reconhecimento adquirem maior poder de influência na conformação da prática, não apenas no campo social específico da pesquisa no CPAC, mas no campo científico como um todo. Porém, para possuir esse reconhecimento os agentes necessitam primeiramente de realizar suas pesquisas e apresentar resultados legitimados tanto pelo campo específico da pesquisa no CPAC, como pelo campo científico em geral. Para realizar suas pesquisas, necessitam reunir capital econômico para viabilizar viagens, compras de equipamentos e materiais específicos, insumos, reagentes químicos, entre outros, tornando esse capital extremamente valorizado no espaço social.

Além do capital econômico, necessitam de outros recursos que viabilizam a pesquisa como cotas de viagem, laboratórios, carros, realizações de pregões para compras de materiais necessários, equipamentos já existentes no Centro, campos experimentais, viveiros, pessoal de apoio, liberação para eventos e viagens, dentre outros. Esses outros recursos são distribuídos pelos ocupantes de cargo de gestão por meio de negociações que podem envolver: auxílio financeiro do projeto para despesas gerais do Centro (esse auxílio também é cobrado oficialmente na forma de uma espécie de imposto de manutenção do Centro, geralmente 15% dos recursos captados pelo projeto, algumas vezes chamado de *overhead*), cessão de equipamentos ou estrutura (considerada do

projeto por ter sido adquirido por recursos financeiros captados pelo projeto) a pedido da chefia e articulação política por meio do pertencimento a uma rede social forte. Nesse sentido, o acúmulo de capital social, ou seja, o pertencimento a uma rede durável de relações sociais, rica em capital político, burocrático, econômico e também científico, facilita imensamente o acesso a cada um desses recursos.

A disputa pela acumulação desses capitais citados anteriormente intenta o poder de influenciar a pesquisa conforme as concepções político-científicas em jogo. Os planos diretores, os posicionamentos oficiais institucionais, as linhas de pesquisa priorizadas na distribuição de recursos financeiros e burocráticos, os contratos de parceria ou lançamento de editais e as avaliações de mérito realizadas pelos sistemas gerenciais são estratégias de luta que visam manter a ordem hierárquica desses capitais e, conseqüentemente, a dominância das concepções ortodoxas. É principalmente pelo poder burocrático conquistado historicamente de decidir rumos, instituir e administrar metas de pesquisa e distribuir recursos institucionais que a ortodoxia mantém a ordem que a privilegia. Na prática em análise, essas concepções ortodoxas estão associadas ao agronegócio, haja vista a história de formação da pesquisa no centro, que historicamente detém grande volume de capital social com agentes ricos em capital econômico, político e burocrático. Nesse sentido, as concepções dominantes no campo buscam focar a prática de pesquisa na produção de tecnologias úteis ao aumento da produtividade agrosilvopastoril e à economia da região, beneficiando principalmente grandes grupos econômicos já instalados no campo.

As estratégias de subversão utilizadas pela heterodoxia perpassam pela utilização de espaços de debate e participação para disseminar discursos e sensibilizar novos pesquisadores para questões sociais e ambientais no campo, buscando inserir essas concepções sob a forma de missão, objetivos e metas

institucionais nos planos diretores que se propõe a nortear a pesquisa. Além disso, para garantir resultados de pesquisa legitimados buscam estabelecer parceiros externos que os auxiliem na disponibilização dos recursos necessários, bem como na pressão sobre a instituição sob a forma de demanda social.

4.3.3 As relações entre pesquisadores e assistentes

Existem três classes de assistentes atuando na prática. Estão dispostos na constituição da pesquisa conforme o cumprimento dos requisitos de escolaridade e a obtenção do cargo em concurso. Apesar das exigências de escolaridade para assistentes serem de até no máximo o ensino médio completo encontra-se, ocupando essa posição na prática, agentes com ensino superior e até mestrado, principalmente a partir da iniciativa própria desses agentes em obter capital cultural e das contratações realizadas nos últimos anos. O acúmulo de capital cultural e o posicionamento em uma das classes de assistentes influenciam a função delegada por gestores e pesquisadores a cada um deles na construção da pesquisa. Entretanto essas funções podem variar de setor para setor onde cada um deles realiza atividades distintas. Assim, serão descritas especificamente neste trabalho as relações entre os agentes nas atividades do setor de campo experimental.

Esses agentes atuam na fase de execução do escopo estabelecido no projeto, especificamente no que tange ao trabalho físico. Eles são os olhos, “as mãos e os pés” dos pesquisadores nas atividades de campo, fiscalizando o trabalho, preparando a terra, realizando o plantio, os tratamentos com a cultura, a colheita dos experimentos, a coleta de dados e algumas vezes até mesmo as análises parciais desses dados.

Aos assistentes A (técnicos), situados em melhor posição hierárquica no campo, cabe receber as orientações dos pesquisadores sobre a forma como a

pesquisa deve ser realizada, analisar parcialmente alguns dados coletados, instruir e fiscalizar os demais assistentes (operários) para que essas orientações sejam corretamente implantadas. Esses técnicos são os olhos dos pesquisadores no campo, possuem maior cumplicidade com o pesquisador e alguns chegam a acumular títulos de graduação e até mestrado. Entretanto seu poder de influência sobre o campo está limitado pelo não acúmulo do cargo de pesquisador. Apesar de estarem em um nível de decisão inferior a do pesquisador, esses agentes possuem certa influência na constituição da prática, principalmente no que diz respeito à organização dos operários e ao trabalho de condução da pesquisa no campo. Quando informações sobre o projeto de pesquisa são compartilhadas pelo pesquisador, esses agentes chegam a sugerir alterações de gestão e de procedimento metodológico e a refletir sobre alguns resultados alcançados. Entretanto, o grau de influência de sua participação é condicionado pela decisão do pesquisador em delegar ou não esse espaço.

“Quando eu vou à sala do pesquisador nós trocamos ideias sobre a melhor maneira de conduzir o experimento no campo, ele me explica sobre os objetivos do projeto e eu ajudo na implantação” (entrevista, 2011).

“A divisão destas áreas (dos campos experimentais) poderia ser melhor... Já sugerimos isso à chefia, mas tem pesquisadores que estão nessas áreas há muito tempo...” (entrevista, 2011).

Para aumentar sua influência no campo, além do acúmulo de capital cultural na forma de aumento de escolaridade e obtenção de títulos científicos, os técnicos buscam estabelecer também redes de apoio entre os operários ou entre os pesquisadores, tornando-se aliados. No primeiro caso partem algumas vezes para a organização política junto ao sindicato. Sua influência sobre a prática aumenta, pois estabelecem alianças entre si. Aliando-se aos pesquisadores, quando esses se tornam gerentes torna-se mais fácil a ocupação

de cargos de supervisor, o que aumenta sua influência sobre a prática por meio do controle burocrático sobre a distribuição de recursos para a pesquisa.

Cada pesquisador possui um técnico a ele subordinado, que comanda um conjunto de operários fixos, ou seja, que trabalha somente para um projeto ou pesquisador, e outros operários rotativos, que são negociados e disputados em reuniões semanais entre o supervisor de campo (cargo gerencial) e os demais técnicos. Além dos operários de campo fixos e rotativos, existem os terceirizados, ou seja, operários contratados temporariamente pelos projetos com recursos captados em outras fontes, caracterizando-se como uma estratégia dos pesquisadores para escapar da dependência da burocracia gerencial e de suas limitações de recursos.

A “disputa por homens” que auxiliem os projetos de pesquisa, vinculados a um grupo de pesquisadores ou a somente um pesquisador, considera principalmente qualidades físicas, como força e idade. A disposição para o trabalho e a docilidade também são observadas. Nesse sentido, os velhos e doentes são preteridos e a eles são destinadas funções leves. Os operários mais antigos geralmente sofrem da coluna e de outros tipos de doenças adquiridas ao longo do tempo exercendo trabalhos físicos pesados e insalubres. Aos questionadores da ordem, ou seja, aos operários que reclamam das condições e organização do trabalho são delegadas funções piores, mais pesadas, ou são mal avaliados pelo sistema de avaliação como uma espécie de castigo.

Os operários são disputados como um recurso valioso. Para o pesquisador, esse “recurso” é fundamental para execução da pesquisa e obtenção de resultados. Assim, a conquista de bons operários (fortes, jovens e dóceis) pode significar a execução de experimentos no campo em tempo hábil, bem alinhada aos métodos científicos e ao escopo delineado e menos susceptível a erros. Garantindo uma boa execução do experimento, o pesquisador viabiliza sua conquista por resultados que serão convertidos em capital simbólico dentro do

campo e maior influência sobre a organização interna da pesquisa. Para o gestor, o operário é um recurso a ser negociado. Nesse sentido, como ele detém o controle burocrático nessa distribuição mantém o projeto ou pesquisador dependente de sua distribuição, garantindo dessa forma sua influência sobre a prática de pesquisa.

Os operários que atuam fixamente em um projeto possuem um ritmo de trabalho sazonal com temporadas em que o trabalho no campo se torna mais leve. No caso de operários rotativos, a distribuição de atividades ocorre o ano inteiro, em muitos casos envolvendo atividades mais pesadas durante todo o período. A escolha dos operários fixos é realizada pelo pesquisador, que em alguns casos decide juntamente com seu técnico, e é negociada com os gestores. A aquisição do operário para a realização de um trabalho fixo no projeto depende, portanto, dos capitais acumulados pelo pesquisador na negociação com os gerentes, dos recursos acumulados pelo operário e das afinidades e simpatias estabelecidas entre o pesquisador, técnico e o operário escolhido, no trabalho com a pesquisa. Ao pesquisador e técnico também cabe avaliar o operário, a fim de distribuir recursos financeiros e méritos na forma de premiação e promoção. Nesse sentido, os operários dependem dos pesquisadores e gestores no que diz respeito à retribuição financeira ou ao reconhecimento dos seus méritos pelo trabalho realizado, bem como ao tipo de trabalho que ele realizará (mais leve ou mais pesado). Seus recursos acumulados são, principalmente, a força física, a habilidade e experiência com o trabalho manual realizado no campo e a docilidade, pouco reconhecidos pela ordem instituída dos capitais relevantes que influenciam a prática, mas de extrema relevância nas negociações que estabelecem com os demais agentes na constituição da pesquisa. A posse desses recursos pode significar trabalhos menos desgastantes, escolha de equipes, o reconhecimento de sua contribuição na forma de prêmios e promoção e mesmo a consideração de suas opiniões na conformação da pesquisa no campo.

Discursos subversivos e atitudes de resistência são vagamente observados quando os operários estão entre si, nos núcleos de campo e no próprio campo desenvolvendo seus trabalhos. Nesses momentos falam sobre suas dificuldades, sobre suas relações com os técnicos e pesquisadores e, algumas vezes, sobre suas estratégias de ação e resistência frente às dificuldades de relacionamento e de trabalho e às imposições advindas de seus superiores. Muito se ouve sobre a dedicação para outros concursos, a consideração sobre outras oportunidades de trabalho, o compartilhamento de opiniões acerca de trabalhar com um ou outro pesquisador ou técnico, sobre a mudança de equipe, sobre o boicote a determinadas tarefas. Constantemente também exaltam a habilidade que possuem com a execução dos experimentos em campo em detrimento da interferência muitas vezes somente intelectualizada dos pesquisadores. Apesar de sua posição inferior na hierarquia de influência sobre a prática, e a partir dessas estratégias de valorização dos recursos que detém, negociam com técnicos ou com pesquisadores suas transferências de setor, suas horas de trabalho, suas folgas em troca de dedicação e esforço extra.

“Poucos pesquisadores pisam aqui no campo, inclusive teve pesquisador que achava que a pesquisa deveria ser feita somente usando a simulação no computador, não é a mesma coisa... se não fosse a gente para pegar na enxada, não tinha experimento, nem resultados de pesquisa...” (entrevista, 2011).

A manutenção da ordem advém principalmente das estratégias relacionadas aos sistemas de avaliação e controle exercido pelos técnicos, pesquisadores e gerentes, de intenso teor de violência simbólica e que por vezes são comparados aos chicotes, outrora utilizados por capatazes e senhores feudais. As disposições advindas da formação da sociedade brasileira e a rígida hierarquia social estabelecida nas origens da agricultura brasileira, calcadas

principalmente na valorização de capitais culturais e econômicos, são percebidas na constituição dessas relações contemporâneas em torno da prática de pesquisa agropecuária. É claro que não em sua natureza autêntica, mas conformada a novos princípios de ordenamento instituídos ao longo da história da pesquisa no centro.

Convém apresentar algumas observações sobre as relações entre novos e antigos empregados nesse contexto específico da prática. Os antigos assistentes apresentam alguns capitais acumulados como a experiência adquirida a partir da recursividade de sua atuação na prática. Conhecem formas eficientes de acelerar o trabalho ou torná-lo menos penoso ou mais acurado diante das exigências e costumes dos pesquisadores mais antigos. Estão mais acostumados à ordem estabelecida, por isso não a questionam, mas por outro lado conhecem formas eficientes de burlá-la, que não estão disponíveis a quem está recentemente envolvido com as regras do jogo. Essas habilidades geralmente são repassadas em parte durante a convivência entre eles na execução das atividades da prática, mas muitas são adquiridas somente a partir da práxis recursiva. Já os novos assistentes possuem maiores acúmulos de capital cultural, sabem mexer em máquinas modernas, utilizar novos equipamentos adquiridos pelos projetos. Além disso, possuem força física e saúde, recursos valiosos nesse espaço de relações. Conhecem também com maior profundidade a legislação que os rege, principalmente seus direitos e caminhos jurídicos para reivindicá-los. Acrescenta-se a isso o fato de a ordem ainda não estar completamente inculcada nesses agentes, haja vista o pouco tempo de jogo. Assim, tornam-se menos dóceis e mais susceptíveis a questionar as coisas como são feitas, ou a sair do jogo quando as regras tornam-se desvantajosas demais para eles.

Enfim, observaram-se várias outras lutas estabelecidas no campo, mas este estudo se prenderá à análise somente dessas. A seguir apresenta-se uma síntese dos principais capitais disputados em campo e suas formas de aquisição e

transmissão. Bem como uma síntese das principais estratégias de manutenção e subversão da ordem hierárquica desses capitais.

Quadro 3 Síntese dos principais capitais disputados

Capitais	Formas	Quem fornece	Aquisição	Transmissão	O que confere
Científico	Institucionalizado (cargos gerenciais previstos pelo PCE)	Campo político burocrático (redes políticas e instituição)	Estratégias políticas	Nomeação burocrática com aparência de “eleição pura” por meio de concursos cuja definição do posto está pré-ajustada ao perfil do candidato desejado.	Poder burocrático sobre os meios de produção (campos experimentais, laboratórios, pessoal de apoio, realização de compras, etc.) e reprodução (nomeação, avaliação, normatização).
	Puro (contribuições científicas e tecnológicas legitimadas pelos pares)	Campo científico	Reconhecimento dos pares	Consagração de pesquisas que trouxeram resultados científicos e tecnológicos relevantes e úteis para a sociedade.	Poder simbólico sobre o campo da prática
Cultural	Institucionalizado Títulos acadêmicos	Escolas e universidades	Ritos acadêmicos	Admissão e formação em boas escolas	Propicia a aquisição de capital científico Propicia a aquisição de melhores cargos e classes no PCE, via concursos públicos e seleção interna.

“continua”

Quadro 3 “continuação”

Capitais	Formas	Quem fornece	Aquisição	Transmissão	O que confere
Cultural	Incorporado Modos de falar e se comportar	Família e sociedade	Socialização prolongada	Pertencimento a um grupo social privilegiado com disposições específicas que facilitam a passagem pelos ritos acadêmicos.	Facilidade para galgar níveis acadêmicos superiores e melhores postos em concursos públicos.
Burocrático	Cargos ordenados pelo PCE	Estado	Concurso Público	Nomeações burocráticas e institucionais	Posição de poder no campo social da prática
	Recursos para execução de pesquisa	Cargos gerenciais previstos pelo PCE	Negociações	Autorizações burocráticas e institucionais	Facilidade de execução de projetos e alcance de resultados (mérito científico e institucional).
Político	Redes de apoio políticos	Grupos políticos que influenciam a prática.	Militância ou apoio a grupos políticos.	Socialização em grupos políticos	Propicia a acumulação de capital científico institucionalizado, cargos gerenciais e recursos para execução de pesquisa e produção de tecnologias, processos e serviços tecnológicos.

“continua”

Quadro 3 “con”clusão

Capitais	Formas	Quem fornece	Aquisição	Transmissão	O que confere
Econômico	Recursos financeiros	Estado ou Iniciativa Privada	Submissão de projetos a editais de financiamento ou estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada.	Aprovação de projetos ou contratos de parceria.	Recursos para execução de pesquisa e produção de tecnologias, processos e serviços tecnológicos.
Social	Redes sociais	Família ou grupos sociais	Convivência profissional e acadêmica	Apresentações e repasse de contatos	Facilidade na acumulação de outros capitais do tipo econômico, burocrático e político.

Quadro 4 Síntese de algumas estratégias de conservação e subversão da ordem hierárquica de capitais

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO DA ORDEM	ESTRATÉGIAS DE SUBVERSÃO DA ORDEM
Elaboração de planos diretores com missão, objetivos e metas.	Captação de recursos junto a fontes externas de financiamento da pesquisa
Elaboração de normas e regras institucionalizadas	Estabelecimento de redes sociais de apoio político e científico
Sistema de avaliação de desempenho e de premiação	Proposição de carreira única
Estabelecimento de plano de carreiras	Preparação para outros concursos ou averiguação de outros trabalhos
Estabelecimento de focos e de linhas de pesquisa prioritárias	Discursos que exaltam a importância dos experimentos para a pesquisa e a relevância do trabalho realizado por assistentes no campo e pequenas atitudes de resistência frente ao ordenamento estabelecido.

As análises realizadas até então consideram que a partir das disposições históricas estabelecidas em um nível macrossocial conformou-se o campo da prática de pesquisa no CPAC, com posições definidas em sua criação a partir de uma ordem de valorização de capitais acumulados pelos agentes dominantes e com lutas travadas cotidianamente com vistas a influenciar essa ordem na organização e condução da pesquisa. São muitas as lutas observadas no campo, porém ressaltaram-se apenas algumas e suas principais estratégias de manutenção e subversão da ordem estabelecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a pesquisa como prática construída dentro de um espaço social de lutas para impor um princípio organizador elucidada vários dilemas organizacionais sobre a gestão e execução da pesquisa. Dilemas constantemente vividos por seus agentes e que dificultam a ação coletiva em torno da prática, sua execução e as escolhas por caminhos futuros. As lutas verificadas em torno da prática de pesquisa influenciam a definição de seus escopos, a forma como é executada e também organizada, impactando assim os seus resultados. No entanto, pouco se reflete sobre esses jogos sociais e suas influências na construção da pesquisa no CPAC.

Ao buscar compreender esse espaço social que influencia a pesquisa, vislumbraram-se algumas disposições geradoras de ações que necessitaram de ser resgatadas e compreendidas a partir do estudo sobre o contexto histórico de formação da sociedade e da agricultura brasileira, da composição do Estado brasileiro, da conformação da ciência no Brasil e da conjuntura política quando da formação do centro de pesquisa em estudo e de sua prática de pesquisa. A partir disso, observou-se que a conformação social estabelecida no campo, desde as origens do Brasil colônia, organizou na sociedade uma rígida hierarquia social que privilegia os agentes ricos em capital cultural e econômico, reservando a eles os postos de comando sobre a grande massa de trabalhadores braçais da agricultura brasileira. A constituição da política de pessoal que rege a hierarquia de cargos que atuam sobre a pesquisa distribui funções, influências sobre a pesquisa, espaços físicos de trabalho e até mesmo do reconhecimento do valor da contribuição de cada agente, orientando-se pelo acúmulo de capitais semelhantes que servem como trampolim para obtenção de capital mais específico do campo, ou seja, o capital científico, relevante para a especificidade da prática que é a pesquisa científica. A conformação social brasileira também

gera disposições que orientam para a construção de uma prática que prioriza o foco econômico, com base na utilização de grandes latifúndios com vistas ao mercado externo. Nesse sentido a prática constitui processos de parceria com o capital privado e a distribuição de recursos que privilegia pesquisas calcadas em foco produtivista e que estabelecem forte vínculo com o agronegócio gerado nos moldes da revolução verde.

Semelhanças com disposições herdadas pelas três fases do Estado, patrimonialista, burocrático e gerencial, são percebidas em convivência no jogo social que envolve a prática. Dessa forma, as captações realizadas pelos projetos de pesquisa conferem aos pesquisadores sentimentos de propriedade sobre os recursos adquiridos pelo projeto, sendo esses recursos negociados no campo como se fossem privados dentro de uma instituição pública de pesquisa. Essa forma de organização adquirida pelos grupos de pesquisa corrobora para fortalecimento de uma descentralização administrativa. Em contraparte, centralizações burocráticas conferem poder aos gestores para distribuir recursos de pesquisa, estabelecer metas, controlar e avaliar desempenhos, com o auxílio do uso de sistemas gerenciais modernos. Ou seja, os sistemas gerenciais refinados implantados com o objetivo de modernizar a gestão, são estabelecidos e utilizados ainda de forma bastante autoritária, sendo manipulados como armas que conferem grande influência aos gestores sobre a conformação da prática.

Observa-se assim um real confronto entre as obrigações burocráticas advindas pelo caráter público da pesquisa e a autonomia requerida pelo trabalho científico proposto pela prática. Fazendo supor que a relação da ciência com o Estado na conformação da pesquisa está permeada pelo convívio conflituoso entre a influência do campo científico e o poder conferido ao plano Estatal-burocrático, onde valores meritocráticos calcados no reconhecimento da contribuição científica e tecnológica disputam com práticas clientelistas de distribuição e negociação de recursos e a manipulação utilitária e política dos

sistemas gerenciais advindos do Estado moderno. Ou seja, o campo da prática é marcado pela convivência conflituosa entre a influência do capital científico puro e o poder conferido pelo capital burocrático, submetendo-o aos ordenamentos do campo científico e Estatal e tornando-o um campo mais próximo da heteronomia. Ao longo da história da prática de pesquisa no CPAC, esses conflitos estiveram presentes nas relações sociais estabelecidas principalmente entre pesquisadores técnicos e gestores em disputa sobre a orientação dos escopos dos projetos e o controle de suas execuções e resultados.

As disposições advindas da conformação que a ciência adquiriu no Brasil geraram orientações para uma prática calcada na dominância de um paradigma positivista que orienta a construção de uma prática de pesquisa reconhecida pelo campo como neutra, ou seja, livre de disputas políticas e influências subjetivas. Essa disposição também influenciou a percepção da pesquisa científica como único caminho para uma verdade universal, assim sendo, o conhecimento científico adquirido por meio da utilização de um método pautado pela observação e descrição experimental é o dominante no campo, marginalizando os saberes não científicos dos operários e técnicos, acumulados ao longo de suas experiências de vida e de suas práxis de pesquisa na condução dos experimentos e análises laboratoriais, do reconhecimento institucionalizado da contribuição desses agentes. Esse paradigma dominante também propõe a percepção de que para ser válida é preciso que a pesquisa seja útil e prática, devendo apresentar resultados legitimados entre os pares.

Também foi necessário refletir sobre as disposições adquiridas pelo contexto político vivenciado no país quando da gênese da prática. Criada no âmbito de um governo militar, após um golpe de Estado, a prática foi constituída a partir da prevalência de uma visão política predominantemente produtivista sobre a agricultura brasileira. Uma visão política vinculada a um mercado agroindustrial e que foi adotada pelo governo militar abafando o debate sobre

questões sociais e ambientais no campo da agricultura. Apesar do ressurgimento dessas questões a partir da democratização brasileira, a elaboração de projetos de pesquisa cujos escopos são de orientação produtivista e econômica ainda é dominante na prática do centro, recebendo maiores incentivos institucionais para suas execuções.

Essas disposições repercutiram fortemente na construção da prática de pesquisa do CPAC e conformaram um espaço social de diferenças em relação à função, à valorização e às concepções político-científicas dos agentes diante da construção da pesquisa. Nesse campo, os agentes se posicionaram conforme a assunção de diferentes características e acumulação de conjuntos de recursos diversos. Esse espaço de diferenças é estabelecido principalmente a partir da criação do plano de carreiras que cria uma hierarquia de cargos onde o pesquisador se estabelece como ortodoxia, imputando sua lógica aos analistas e assistentes a quem cabe executá-las, em diferentes níveis de comando. Além da hierarquia de cargos, é estabelecida uma ordem de classes: A, B e C, cuja ocupação depende do acúmulo de escolaridade ou da sua obtenção via concurso público. Importante ressaltar a importância das avaliações de desempenho para a ascensão hierárquica no campo, caracterizando-se como sistemas gerenciais de avaliação de méritos, usados como ferramenta de distribuição de recursos e também de imputação de violência simbólica. Vale ressaltar também que no contexto da sociedade brasileira, a obtenção de um bom cargo público está associada, na maior parte das vezes, ao acúmulo prévio de capitais econômico e cultural. Outra característica distintiva relevante entre os agentes repousa na assunção de diferentes posições político-científicas que orientam a elaboração de focos e escopos de projetos de pesquisa para a priorização de questões econômico-produtivistas ou para priorização de questões socioambientais. Orientando também a assunção de paradigmas científicos distintos na orientação dessas pesquisas.

A partir da análise desse campo de diferenças estabelecidas entre os agentes sobre a construção da pesquisa, identificaram-se as lutas, os capitais disputados e as estratégias utilizadas de manutenção e subversão do campo. Este estudo se deteve a somente três desses jogos e disputas sociais sobre o poder de influência sobre a pesquisa. Em primeiro plano, as lutas ocorrem em torno do estabelecimento e priorização de concepções político-científicas. Nesse caso, busca-se imprimir um foco de pesquisa para a prática, que reúna os agentes em torno de projetos que se orientam por questões produtivistas, sociais ou ambientais. Essas três questões são apoiadas por redes sociais diversas na forma de apoio financeiro para execução de projetos, pressão política junto aos órgãos de governo e mídia e uso burocrático da máquina do Estado para conformar leis, decretos e normas internas. Os sistemas gerenciais de planejamento, acompanhamento e avaliação são usados como estratégias de manutenção da ordem nessas disputas e os espaços de discussão promovidos por eles tornam-se verdadeiras arenas de guerra. O acúmulo de volume de capital social, capaz de influenciar politicamente na ordem interna estabelecida, são estratégias de subversão. As batalhas são travadas cotidianamente nas definições de posicionamentos institucionais, normas internas, planos diretores e metas de pesquisa, editais de distribuição de recursos e nas elaborações de escopos e execução de projetos dando origem a um segundo plano de disputas.

Em um segundo plano, as disputas ocorrem entre pesquisadores técnicos e pesquisadores gestores. Essas disputas são acirradas, tendo em vista que as duas posições compartilham de certa maneira o estabelecimento de princípios ordenadores, ou seja, fazem parte da ortodoxia que estabelece regras invariavelmente beneficiadoras desses agentes. Esses agentes costumam se alternar nessas posições, ora se dedicando ao acúmulo de capitais científicos puros, por meio da apresentação de resultados científicos legitimados entre seus pares que conferem a ele o reconhecimento de sua competência técnica e uma

espécie de capital simbólico que o beneficia na acumulação de outros capitais e legitima sua influência sobre a tecitura da prática, principalmente nas discussões sobre foco, planos e metas de pesquisa. Ora se dedicam ao acúmulo de capitais científicos institucionalizados, ou seja, se dedicam a obtenção de cargos de gestão que conferem a eles o poder burocrático, normatizado, de estabelecer focos e metas de pesquisa, avaliar o desempenho dos pares e distribuir recursos institucionais para a realização de pesquisas. Assim, disputam principalmente o poder de estipular focos e metas de pesquisa. Para escapar do domínio burocrático dos gestores, os pesquisadores técnicos buscam acumular capital econômico via processo de elaboração de projetos e captação de recursos junto a parceiros externos. De posse desses capitais captados externamente, os projetos de pesquisa adquirem os recursos necessários à condução de seus escopos de pesquisa e poder de negociação junto aos gestores para atendimento às suas necessidades por recursos internos e questões organizativas institucionais. Conclui-se que a disputa se dá em primeira instância pelo acúmulo de capital financeiro e político, que os habilita em segunda instância para o acúmulo de capital científico em suas formas pura e institucionalizada, respectivamente.

O terceiro plano de lutas observadas por este estudo ocorre na execução dos projetos de pesquisa. Foram priorizadas as análises das relações estabelecidas entre pesquisadores e assistentes atuantes nos campos experimentais. Deixando para futuros trabalhos a análise das demais relações estabelecidas em torno da prática. Os capitais culturais, na forma de escolaridade e aquisição de títulos científicos, e burocráticos, na forma de conquista de um cargo de provimento efetivo via concurso público ou de um cargo comissionado via acúmulo de capital social ou político, estabelecem a hierarquia entre esses agentes. As disputas por influência no campo são mais sutis, tendo em vista que os pesquisadores são visivelmente os agentes dominantes nessas relações. São eles que estabelecem os escopos dos projetos e definem as metodologias e

procedimentos que deverão ser empregados nos experimentos, ou seja, eles estabelecem a ordem em que a prática deverá ser constituída. Os técnicos (assistentes A) intermediam as orientações dos pesquisadores e a execução do trabalho manual realizada pelos operários (assistentes B e C) no campo, assumindo uma atribuição de controle sobre os demais assistentes. Os operários são os agentes que menos acumulam capital cultural e burocrático e suas funções relacionam-se ao trabalho manual que exige um recurso pouco valorizado no campo: a força física. A disputa entre essas posições objetiva o poder de influenciar a execução da pesquisa no experimento. Para estabelecer e legitimar essa ordem hierárquica de capitais no campo social, o PCE foi a estratégia fundamental. Entretanto, para manter essa ordem a ortodoxia utiliza-se de práticas de gestão como a avaliação de desempenho, na qual os pesquisadores avaliam os técnicos e, juntamente com esses técnicos e com o gestor de campos experimentais, avaliam os operários. A partir dessas avaliações distribuem recursos financeiros, reconhecem o mérito de contribuição, atribuem tarefas mais leves ou mais pesadas, são mais complacentes ou mais rígidas nas negociações estabelecidas ao longo da realização da prática. Para subverter esse ordenamento da ortodoxia, os assistentes utilizam-se do estabelecimento de alianças entre si ou de alianças com pesquisadores a fim de, no primeiro caso, acumular capital social e, no segundo caso, acumular capital político e dessa forma obter ou cargos comissionados ou participação no sindicato. Vale ressaltar que esses agentes exercitam discursos e práticas de resistência diante das orientações para os trabalhos desenvolvidos no campo, garantindo certa influência sobre a prática.

Este estudo contribui para reforçar que o campo social que envolve a prática de pesquisa é um campo de lutas entre diferentes agentes, que possuem distintos acúmulos de capitais, que buscam influenciar a conformação da pesquisa realizada no campo social em análise. Nessas disputas, é recorrente o

uso de estratégias que chamam as forças de outros campos para interferir nas lutas internas, como o recurso econômico do mercado e as influências políticas. Por meio da identificação e reflexão sobre essas lutas no campo social da prática de pesquisa no CPAC e sobre a forma como influenciam a organização, execução e resultados das pesquisas realizadas, pode-se aprofundar sobre a dinâmica das discussões internas e sobre o traçado de caminhos futuros, estabelecendo orientações conjuntas que considere as diferenças, inclusive as relativas ao pertencimento de cargos distintos, e as reúna de maneira mais justa e igualitária, ou seja, considerando as diferenças do campo e buscando superar as antinomias e as desigualdades de influência sobre a prática. Nesse sentido, e em consequência disso, poderá fortalecer a autonomia do campo social que conforma a prática diante da interferência de outros campos. Bourdieu (2004) na conferência realizada no INRA, com intuito de contribuir para uma reflexão sobre a pesquisa no instituto, defende a necessidade de o campo social da prática buscar autonomia diante de outros campos e tentar superar suas antinomias. Segundo ele, ao buscar poderes externos para intervir nas lutas internas do campo, como forças econômicas do mercado e partidos políticos, a prática se submete a outros interesses que não são os mesmos compartilhados pelos seus agentes, dificultando assim o desenvolvimento eficaz de soluções racionais. O autor propõe nesse sentido a aceitação das antinomias na construção coletiva da prática e a criação de instâncias de discussão coletivas e participativas orientadas para a invenção de novas estruturas organizativas que favoreçam a integração na diferenciação. Ele ainda alerta que o vínculo da prática com o Estado, apesar de gerar uma situação de dependência em relação às influências políticas, amortiza as pressões do mercado para uma orientação puramente econômica da pesquisa. Nesse sentido, propõe-se para a prática de pesquisa a adoção de estratégia de utilização do vínculo social para liberar-se das pressões e influências políticas advindas do próprio Estado, explorando a imagem positiva que prática possui

perante a sociedade, a estabilidade parcial de seus agentes e as discordâncias de toda espécie que convivem no âmbito do Estado, principalmente em matéria de pesquisa.

Este estudo trouxe algumas limitações que devem ser esclarecidas. O pertencimento da pesquisadora ao campo analisado, ocupando uma posição nesse espaço social dificultou análises completamente imparciais, apesar do esforço reflexivo adotado ao longo da pesquisa. Também vale ressaltar que foram abordadas apenas algumas lutas, podendo ter limitado assim as análises sobre possíveis influências de outros campos ou acúmulos de outras espécies de capitais relevantes na conformação da prática. Como proposta para novos estudos, sinaliza-se a relevância de aprofundar sobre as relações estabelecidas entre pesquisadores e analistas que atuam na transferência de tecnologia, entre novos e antigos agentes e entre pesquisadores e assistentes de laboratório, viveiros e casas de vegetação. Também vale aprofundar os estudos sobre os instrumentos de violência simbólica como os sistemas de planejamento e controle de pesquisas e os sistemas de avaliação e premiação de pessoal.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALEXANDER, J. C. **Fin de siècle social theory**. London: Verso, 1995.
- ALMEIDA, J. **Tecnologia "moderna" versus tecnologia "alternativa": a luta pelo monopólio da competência tecnológica na agricultura**. 1989. 275 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.
- ALMEIDA, M. C. L. **A relação família-escola e a produção da qualidade de ensino na Escola Agrotécnica Federal de Salinas – MG**. 2008. 91 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009. 304 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARON, S.; FIELD, J.; SCHULLER, T. (Ed.). **Social capital: critical perspectives**. Oxford: Oxford University, 2000.
- BEUS, C. E.; DUNLAP, R. E. Agricultura convencional versus Alternativa: as raízes paradigmáticas do debate. **Sociologia Rural Sociology**, Knoxville, v. 55, p. 594-616, 1990.
- BLOOR, D. **Knowledge and social imagery**. London: Routledge, 1976.
- BLOOR, D. **Knowledge and social imagery**. 2nd ed. Chicago: Chicago University, 1991.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996. 188 p.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOURDIEU, P. **La distinción**. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity, 1991.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983a. Cap. 4, p. 122-55. (Coletânea Grandes Cientistas Sociais, 39).

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 67-69.

BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 71-79.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1997.

BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité**. Paris: Raisons d'Agir, 2001.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In : _____. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989. p. 7-15.

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Cap. 1, p. 7-16.

BOURDIEU, P. Sociologia. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983b.

BOURDIEU, P. **Sociology in question**. London: Sage, 1995.

BOURDIEU, P. **The logic of practice**. Cambridge: Polity, 1990.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago, 1992. 332 p.

BRASIL. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 23 set. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. 2004b. Disponível em: <www.amperj.org.br/store/.../leis/L11079_ppp.doc>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.** Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais... e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, P. S.; SACHS, I.; WILHEIM, J. (Org.). **Brasil: um século de transformações.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

BRITO, M. J. **Mudança e cultura organizacional:** a construção social de um novo modelo de gestão de P&D na Embrapa. São Paulo: FEA/USP, 2000. 261p.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura:** a soja e o trigo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Excelência, 1988. 147 p.

BRUMER, A.; SANTOS, J. V. T. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da sociologia rural no final do século XX). **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 9, p. 49-72, jul./dez. 2006.

CABRAL, J. **Sol da manhã:** memória da Embrapa. Brasília: UNESCO, 2005. 344 p.

CALHOUN, C. J. **Robert K. Merton:** sociology of science and sociology as science. New York: Columbia University, 2010.

CAMPELLO, A. M. M. B.; LIMA FILHO, D. L. **Educação profissional**. 2006. <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Educacao_Profissional_.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.

CANTU, R. Uma abordagem das elites da burocracia econômica como espaço social. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA POLÍTICA – SOCIEDADE E POLÍTICA EM TEMPOS DE INCERTEZA, 1., 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT2/EixoII/abordagem-elites-RodrigoCantu.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

CARVALHO, J. M. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 166 p.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

CASTRO, A. C. (Org.). Avaliação e perspectiva da política científica e tecnológica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CENTRO DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO TRÓPICO SEMI-ÁRIDO. Vamos recuperar as perdas: entrevista com Pinheiro Machado. **Jornal do Semi-Árido**, Petrolina, v. 4, n.13, p. 12, 1985. Acesso em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/149980>>. Acesso em: 14 set. 2011.

CERTEAU, M. **L'invention du quotidien**: arts de faire. Paris: Gallimard, 1990. t. 1.

CHARTIER, R. **Les origines culturelles de la Révolution Française**. Paris: Seuil, 1990.

CHIA, R.; HOLT, R. Strategy as practical coping: a heideggerian perspective. **Organization Studies**, Berlin, v. 27, n. 5, p. 635–655, 2006. Disponível em: <<http://oss.sagepub.com/content/27/5/635>>. Acesso em: 21 out. 2012.

CICOUREL, A. V. Aspects of structural and processual theories of knowledge. In: CALHOUN, C.; LIPUMA, E.; POSTONE, M. (Ed.). **Bourdieu: critical perspectives**. Chicago: University of Chicago, 1993. p. 89-115.

CLARK, P. **Organisations in action: competition between contexts**. London: Routledge, 2000.

CONDÉ, M. L. L. Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência. In: FIGUEIREDO, B. G.; CONDÉ, M. L. L. (Org.). **Ciência, história e teoria**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p. 123-146.

CONTINI, E.; DIAS AVILA, A. F.; REIFSCHNEIDER, F. Perspectivas de financiamento da pesquisa agropecuária brasileira. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.14, n.1, p.57-90, 1997. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8961/5073>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo a “reforma agrária agroecológica” no Brasil? In: ALIMONDA, H. (Org.). **Ecología política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 203-215.

CUKIERMAN, H. L. **Yes, nós temos Pasteur: Manguinhos, Oswaldo Cruz e a história da ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007. 439 p.

DANTES, M. A. M. As ciências na história brasileira. **Ciencia e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 1, mar. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2012.

DE CARLI, C. R. **Embrapa: percursora da parceria público-privada no Brasil**. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/search_pbl/1?q=>. Acesso em: 5 jun. 2012.

DELFIM NETTO, A. **Agricultura e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: ANPES, 1969. (Série Estudo ANPES, 5).

DELFIM NETTO, A. **Problemas econômicos da agricultura brasileira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1963. 298 p. (Boletim, 46).

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.15, n. 43, p. 157-172, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 dez. 2012.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **Handbook of qualitative research**. Londres: Sage, 1994. 643 p.

DOMINGUES, A. **Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do século XVIII**: política, ciência e aventura. Lisboa: Analecta Transmarina, 1991. cap. 2, p. 58-71.

DREIFUSS, R. A. **1964**: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p. 40.

DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 384 p.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v34n123/a02v34123.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 312 p.

EMIRBAYER, M.; JOHNSON, V. Bourdieu and organizational analysis. **Theory and Society**, Dordrecht, v. 37, n. 1, p. 1-44, 2008.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - CERRADOS. **Passifloras**: parcerias para investir em novos produtos. 2011. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/noticias/noticia_completa/236/>. Acesso em: 2 jan. 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Inscrições abertas para chefe-geral da Embrapa Cerrados**. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/noticias/noticia_completa/315/>. Acesso em: 23 out. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, 2006a. 70 p. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/titulos-avulsos/marco_ref.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2012.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Plano de carreiras da Embrapa – PCE**. Brasília, 2006b. Disponível em: <https://intranet.embrapa.br/administracao_geral/pessoal/politica_de_pessoal/plano-de-carreiras-da-embrapa/pce-2006>. Acesso em: 12 dez. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sugestões para formulação de um sistema nacional de pesquisa agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006c. 122 f.

ESFELD, M. What are social practices? **Indaga. Revista internacional de Ciencias Sociales y Humanas**, Logroño, v. 1, p. 19–43, 2003.

EVERETT, J. Organizational research and praxeology of Pierre Bourdieu. **Organizational Research Methods**, Thousand Oaks, v. 5, n. 1, p. 56-80, Jan. 2002.

FENTON, C.; LANGLEY, A. Strategy as practice and the narrative turn. **Organization Studies**, Berlin, v. 32, n. 9, p. 1171-1196, 25 July 2011. Disponível em: <<http://oss.sagepub.com/content/early/2011/07/21/0170840611410838>>. Acesso em: 22 out. 2012.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R. **Introducción a la evaluación psicológica**. Madri: Ediciones Pirámide, 1996. v. 1.

FERREIRA, L. C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 154.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FLECK, L. **La genesis y el desarrollo de un hecho científico**. Madrid: Alianza Universidad, 1986.

FROEHLICH, J. M. A novelesca reforma curricular das ciências agrárias e a sustentabilidade: novas demandas, velhos problemas. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Santa Maria, v. 5, n. 2, p. 3-15, 2010.

GHERARDI, S.; NICOLINI, D. The organizational learning of safety in communities of practice. **Journal of Management Inquiry**, Newbury Park, v. 9, n. 1, p. 7-18, 2000.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Cambridge: Polity, 1984.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 654 p.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 244 p.

HENDRY, J.; SEIDL, D. 'The structure and significance of strategic episodes: Social systems theory and the routine practices of strategic change'. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 40, n. 1, p. 175–196, 2003.

JARZABKOWSKI, P.; SPEE, A. P. 'Strategy as practice: a review and future directions for the field'. **International Journal of Management Reviews**, Oxford, v. 11, n. 1, p. 69-95, 2009.

JARZABKOWSKI, P. Strategy as practice: recursiveness, adaptation, and practices-in-use. **Organization Studies**, Berlin, v. 25, n. 4, p. 529-560, 2004.

KENWAY, J.; MCLEOD, J. Bourdieu's reflexive sociology and spaces of points of view: whose reflexivity, which perspective? **British Journal of Sociology of Education**, Oxfordshire, v. 25, p. 525–544, 2004.

KLEIN, K. J.; TOSI, H.; CANNELLA, A. A. 'Multilevel theory building: Benefits, barriers and new developments'. **Academy of Management Review**, Mississippi, v. 24, n. 2, p. 243–248, 1999.

KNORR-CETINA, K. Laboratory studies: historical perspectives. In:_____. **International encyclopedia of the social & behavioral science**. Amsterdam: Elsevier, 2001. p. 8232-8238

KNORR-CETINA, K. **La fabricación del conocimiento: un ensayo sobre el carácter constructivista y contextual de la ciencia**. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2005. p. 11-44.

KNORR-CETINA, K.; MULKAY, M. (Ed.). **Science observed: perspectives on the Social Study of Science**. London: Sage, 1992.

KRIPKE, S. Wittgenstein on rules and private language. Oxford: Blackwell, 1982.

KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975. 262 p.

KURY, L. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 11, p. 109-129, 2004.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia y estratégia socialista**: hacia una radicalización de la democracia. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LÉVY-STRAUSS, C. **Aula inaugural**: desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

LIMA, H. C. Análise: ex-presidente da Embrapa questiona abertura para capital privado. **Jornal Primeira Página**, São Carlos, 2012. Disponível em: <<http://www.jornalpp.com.br/economia/item/9344-ex-presidente-questiona-abertura-para-capital-privado>>. Acesso em: 23 jun. 2012.

LIMA, M. A. D. S. **Análise de conteúdo**: estudo e aplicação. **Revista Logos**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 53-58, 1993.

LOURENÇO, R. L. R. **A ética na pesquisa agropecuária**: percepção dos pesquisadores da Embrapa. 2006. 213 p. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão) - Universidade de Brasília, 2006.

LÖWY, I. Fleck e a historiografia recente da pesquisa biomédica. In: PORTOCARRERO, V. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

LÖWY, I. **Introduction: ludwik fleck's epistemology of medicine and biomedical sciences.** studies in history and philosophy of biological and biomedical sciences. Amsterdam: Elsevier, 2004.

LYNCH, M. Act and artifact in laboratory of science. London: Routledge, 1985.

LYRA, T. F. **Os últimos anos antes do golpe militar.** Disponível em: <<http://www.outraspalavras.net/2012/04/04/os-ultimos-anos-antes-do-golpe-militar/>>. Acesso em: 28 maio 2012.

MACHADO DE CARVALHO, M. A formação do estado burguês no Brasil. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/emtese/article/view/20349>>. Acesso em: 19 jun. 2012.

MATTOS, P. L. C. L. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. *Revista de Administração Publica*, v. 39, n. 4, p. 823-847, jul./ago. 2005.

MEZIAS, J.; GRINYER, P.; GUTH, W. D. 'Changing collective cognition: a process model for strategic change'. *Long Range Planning*, London, v. 34, p. 71-96, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269 p.

MONTAGNER, M. A. Pierre Bourdieu, the body and the health: some theoretical approaches. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 515-526, 2006.

MORGAN, D. **Focus groups as qualitative research.** Newbury Park: Sage, 1997.

NICOLINI, D.; MEZNAR, M. B. The social construction of organizational learning: conceptual and practical issues in the field. *Human Relations*, New York, v. 48, p. 727-746, 1995.

NOGUEIRA, F. S. Tipos de interpretação sobre as especificidades do objeto do conhecimento na história das ciências. *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, mar. 2009. Acesso em: <www.fafich.ufmg.br/temporalidades>. Acesso em: 18 dez. 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

ORLIKOWSKI, W. J. Knowing in practice: enacting a collective capability in distributed organizing. **Organization Science**, Providence, v. 13, n. 3, p. 249-273, May/June 2002.

PAULA, L. A. L. **Educação profissional e qualidade de ensino**: investigando a interação família-escola. Brasília: CNPq, 2004.

PECHÊUX, M. **Les vérités de La Palice**. Paris: Maspero, 1975.

PEREIRA, G. R. M.; CATANI, A. F. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, p. 107-120, jul./dez. 2002. Especial.

PESSOA JUNIOR, O. **Filosofia & sociologia da ciência**: uma introdução. 1993. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/opessoa/Soc1.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

PFUETZENREITER, M. R. A utilização do referencial Fleckiano como eixo orientador para o ensino de ciências e tecnologia In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENSINO DE CIÊNCIAS, 6., 2007, Florianópolis. **Atas...** Florianópolis: SBF, 2007.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. 189 p.

PREMEBIDA, A.; NEVES, F. M.; ALMEIDA, J. Estudos sociais em ciência e tecnologia e suas distintas abordagens. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 22-42, jan./abr. 2011.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 1988. 282 p. (Coleção Trajectos, 17).

RECKWITZ, A. "Towards a theory of social practices: a development of culturalist theorizing". **European Journal of Social Theory**, London, v. 5, n. 2, p. 243-63, 2002.

REGNÉR, P. 'Strategy creation in the periphery: Inductive versus deductive strategy making'. **Journal of Management Studies**, Oxford, v. 40, n. 1, p. 57-82, 2003.

REIS FILHO, D. A. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In : FERREIRA, J. (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 344.

REZENDE, F. “Por que reformas administrativas falham?” **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, p.123-142, out. 2002.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334 p.

SCHATZKI, T. K. et al. Introduction: practice theory. In: SCHATZKI, T. R.; KNORR-CETINA; SAVIGNY, E. von. **The practice turn in contemporary**. London/New York: Routledge, 2001.

SCHATZKI, T. K. **Social practice: a wittgenstein approach to human activity and the social**. Cambridge: Cambridge University, 1996.

SCHATZKI, T. R. The sites of organizations. **Organization Studies**, Berlin, v. 26, n. 5, p. 465–484, 2005.

SCHATZKI, T. R. **The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change**. University Park: Pennsylvania State University, 2002.

SEIDL, D. General strategy concepts and the ecology of strategy discourses: a systemic-discursive perspective. **Organization Studies**, Berlin, v. 28, n. 2, p. 197–218, 2007. Disponível em: <<http://oss.sagepub.com/content/28/2/197>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1987.

SETTON, M. G. J. “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma interpretação contemporânea”. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-154, jan./abr. 2002.

SILVA JÚNIOR, J. R.; KATO, F. B. G. Mundialização do capital, reforma do estado, pós-graduação e pesquisa no Brasil. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 37, p. 59-71, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.fe.unicamp.br/histedbr/viewarticle.php?id=170>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

SPRADLEY, J. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1980. 195 p.

SWARTZ, D. Bringing Bourdieu's master concepts into organizational analysis. **Theory and Society**, Dordrecht, v. 37, p. 45-52, 2008.

SZTOMPKA, P. **Society in action: the theory of social becoming**. Cambridge: Polity, 1991.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory**. Oxford: Clarendon, 1985.

TOMAR, M. S. **A entrevista semi-estruturada**. 2007. Disponível em: <<http://mariosantos700904.blogspot.com.br/2008/05/caracteristicas-da-entrevista-semi.html>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1995. 175 p.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n.1, p. 1-15, 2001.

WACQUANT, L. **Body and Soul: notebooks of an apprentice boxer**. New York: Oxford University, 2000.

WACQUANT, L. Introduction. In: BOURDIEU, P. **Réponses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992. 270 p.

WACQUANT, L. Towards a reflexive sociology: a workshop with Pierre Bourdieu. **Sociological Theory**, San Francisco, v. 7, p. 26-83, 1989.

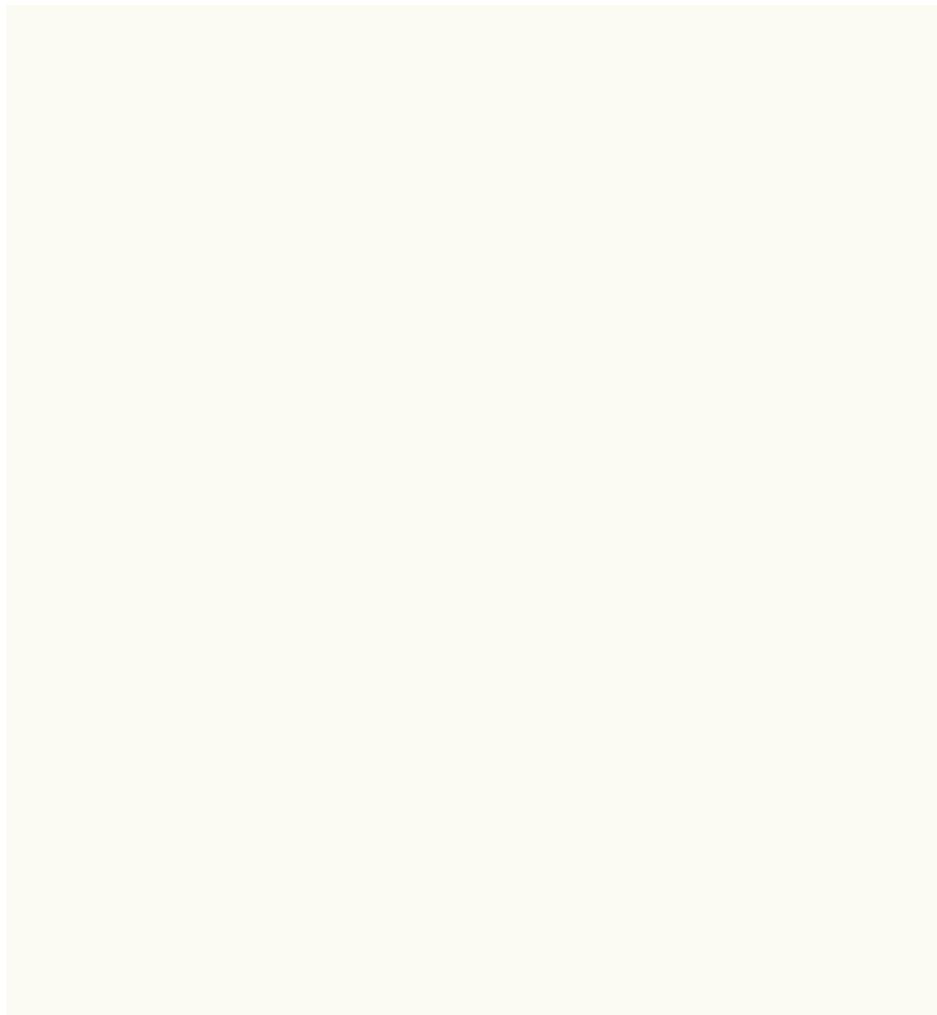
WHITTINGTON, R. Completing the practice turn in strategy research. **Organization Studies**, Berlin, v. 27, n. 5, p. 613-634, 2006.

WHITTINGTON, R. Strategy as practice. **Long Range Planning**, London, v. 29, n. 5, p. 731-735, 1996.

WHITTINGTON, R. Strategy practice and strategy process: family differences and the sociological eye. **Organization Studies**, Berlin, v. 28, n. 10, p. 1575–1586, 2007.

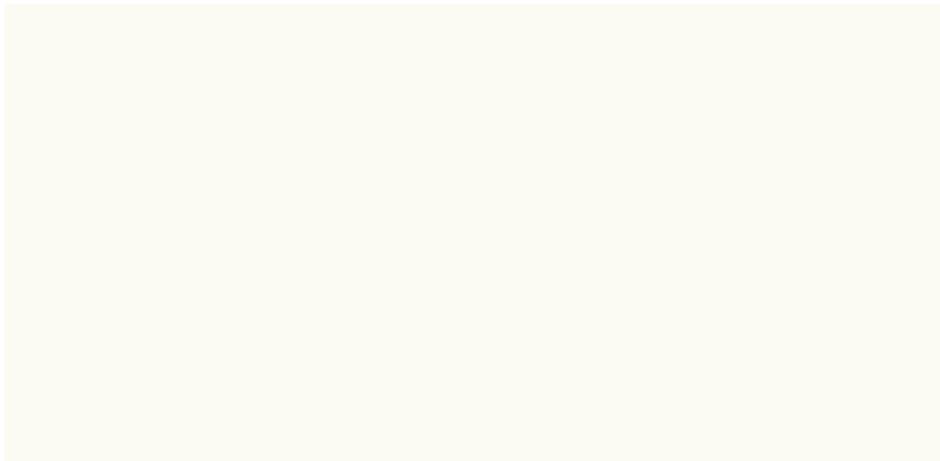
WHITTINGTON, R. The work of strategizing and organizing: for a practice perspective. **Strategic Organization**, Stanford, v. 1, n. 1, p. 119–127, 2002.

XAVIER, J. H. V. **Projeto Silvânia**: uma experiência de pesquisa e desenvolvimento. Brasília: Embrapa Cerrados, 2001. Disponível em: <http://www.cpac.embrapa.br/publicacoes/search_pbl/1?q=>. Acesso em: set. 2011.





ANEXOS



ANEXO A

Quadro 1A Roteiro inicial de pesquisa

CATEGORIAS	Questões de pesquisa
DISPOSIÇÕES	<p>I – HISTÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Surgimento: início das atividades. Porque surgiu a prática: o que embasou a sua criação? Quais foram as motivações individuais, culturais e políticas? b) Quais os campos que influenciaram a criação da prática? Quais foram as principais influências de cada um deles? c) Quais os resultados obtidos? Qual a área de atuação e temática? d) Quais as principais parcerias (articulação institucional e fontes de financiamento) realizadas? O papel do poder público, organizações envolvidas, participação em fóruns, qualidade das relações (frequência dos encontros, consenso na tomada de decisões) <p>II – FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Quais os objetivos da prática? Definir o principal objetivo da organização e os objetivos secundários. Definir como os objetivos secundários são distribuídos para as equipe. Como foram estabelecidos. Qual o envolvimento dos parceiros nessa atividade? b) Quais as etapas requeridas para a produção da pesquisa? Como funcionam? Quais as características marcantes de cada etapa (perfil do grupo, tamanho, tipo de tarefa, ambiente de trabalho, nível salarial, relação com outros critérios como sexo, idade, formação acadêmica, nível de escolaridade, etc.)? c) Como os agentes buscam financiamento para seus projetos? d) Quais as transformações realizadas na atividade de pesquisa nos últimos 20 anos? Por que ocorreram? e) Quais os conceitos predominantes na prática? (rede, sustentabilidade, bioma, produtividade...) f) Quais os valores e conceitos que orientam a prática? (quando se faz pesquisa estão preocupados com que conceitos e valores?) E como esses conceitos e valores são compreendidos? (ex: cooperação, excelência na produção de pesquisa, responsabilidade socioambiental, agricultura familiar, sustentabilidade, etc.). Quais mecanismos da atividade de pesquisa são criados para refletir essas preocupações?

"continua"

Quadro 1"continuação"

CATEGORIAS	Questões de pesquisa
POSICIONAMENTOS	<p>III – PERFIL DA ATIVIDADE DE PESQUISA</p> <p>a) Quais as propriedades que caracterizam os agentes? (número, grau de instrução, sexo, cor da pele, origem, idade, região de nascimento, área de instrução, diversidade entre as áreas de especialização, origem e diversidade das instituições de ensino, tipo de atividade/cargo, faixas salariais).</p> <p>b) Principais parceiros atuais</p> <p>c) Áreas de atuação atuais</p> <p>d) Projetos desenvolvidos atualmente. Observar as relações verticais e horizontais existentes e as interdependências. Porque foram desenvolvidos?</p> <p>e) Quais as características dos grupos atuantes em cada fase da atividade?</p> <p>IV – FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA</p> <p>a) Como são os rituais de passagem para pertencimento em cada grupo?</p> <p>b) Organização da atividade (como se organiza em núcleos, temas e projetos)</p>
CAPITAIS (armas usadas na luta por impor um princípio organizador)	<p>V – FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA</p> <p>a) Quais recursos (político-gerencial, normativos, competências técnicas, financeiros, materiais e humanos) são necessários em cada etapa? Quem os fornece? De onde vêm esses recursos?</p> <p>b) Quais as decisões relevantes em cada etapa? De onde elas vêm e por quê?</p> <p>Como se decide o que deve ser pesquisado e como deve ser pesquisado? Como se decide sobre a necessidade de treinamento? Como se decide sobre quais projetos devem ser financiados? Como se decide sobre a quantidade de recurso a ser investido na pesquisa? Como se decide sobre a distribuição de laboratórios, casas de vegetação e campos experimentais a serem utilizados? Quem decide sobre o tipo de equipamento e ferramentas a serem adquiridas? Quem decide sobre o tipo de material a ser adquirido? Quem decide sobre quem deve participar da pesquisa ou da publicação, o que publicar e onde? Quem decide como a tecnologia deve ser transferida? Por quê?</p>

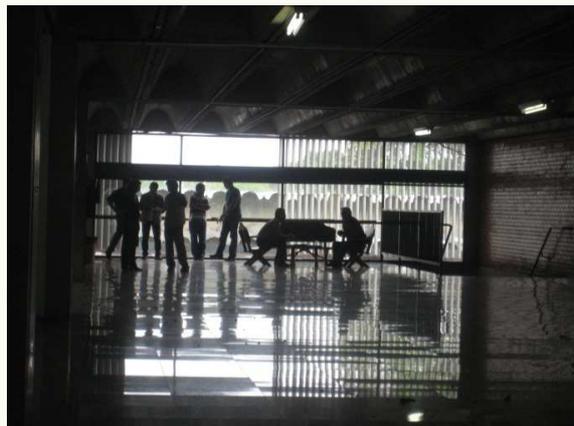
"continua"

Quadro 1"continuação"

CATEGORIAS	Questões de pesquisa
CAPITAIS (armas usadas na luta por impor um princípio organizador)	c) Quais os recursos habilitam membros a ter o poder de tomar decisões (ou influenciá-las) sobre aspectos relevantes para o grupo e para o campo? d) Quais recursos habilitam um membro a assumir posições de hierarquia na atividade de pesquisa? e) Quais recursos habilitam um membro a ser reconhecido pelos pares? f) Quais os recursos relevantes ao campo que possuem maior vantagem de rendimentos (atraem mais facilmente outros recursos valiosos)? g) O que permite ter vantagens na distribuição de recursos materiais valiosos?
REGRAS (consenso obtido por meio da violência simbólica)	VI - FUNCIONAMENTO DA PRÁTICA a) Regras (Quais as regras principais de cada etapa?) b) Sanções (Existem para quem desobedece as regras? Quais e como são aplicadas? Como são negociadas?) c) Responsáveis (Quem as elabora e quem as aprova? O que confere legitimidade a quem elabora essas regras?) d) Recursos (Quais regras distribuem os principais recursos? quais orientam a produção de pesquisa?)
ESTRUTURA TELEOAFETIVAS	VII – CONJUNTO DE FINS, MEIOS E EMOÇÕES a) Perspectivas com a prática (Qual o objetivo com a atividade de pesquisa? Por que está nela? O que pretende? Quais seus interesses?) b) Objetivos e prioridades da atividade de pesquisa no Cpac? (Conhece? Concorda? Está comprometido? O que sugeriria?) c) Motivação (O que os motiva a trabalhar na prática? o que desmotiva?) d) Sentido (O que a prática de pesquisa na EMBRAPA significa para eles?) e) Quando não se está satisfeito com a atividade de pesquisa no CPAC quais as opções aconselháveis? (sair, permanecer, transferir, aposentar? Por quê?) f) Para se sentir reconhecido na atividade de pesquisa o que é necessário que se faça? (Salário, gerência, capacitações, prêmios, informações, ser mais ouvido, o que é necessário para ser mais ouvido? relacionamento, etc.).

ANEXO B

**ALGUNS REGISTROS FOTOGRÁFICOS DAS OBSERVAÇÕES DA
PRÁTICA**







ANEXO C

Quadro 1C Roteiro reformulado

CATEGORIAS	Questões de pesquisa
<i>HABITUS</i> (princípio gerador de disposições duráveis)	<ul style="list-style-type: none"> a) Como se originou o campo? b) Como outros campos o influenciam? c) Quais outras organizações influenciam ou influenciaram mais fortemente na constituição da programação de pesquisa e na atividade de produção de pesquisa da Embrapa Cerrados?
CAMPO (abordado como espaço estruturado de posições e suas relações)	<ul style="list-style-type: none"> a) Quais as propriedades que caracterizam os agentes do campo? b) Como o campo de produção de pesquisa se subdivide em grupos a partir dos critérios: Sexo, idade, tempo de serviço, cargo, função, cor da pele, formação acadêmica, atividades que realiza? c) Que critérios podem ser responsáveis pelo conjunto de diferenças significativas que objetivamente distinguem posições de poder legítimo no campo? d) Quais as atividades requeridas para a produção da pesquisa? Como funcionam e quais suas características? e) Como são formados os grupos para cada atividade e quais as suas propriedades? Qual o tamanho de cada grupo? Qual o volume e tipo de tarefas de cada grupo? E sua relação com outros critérios como sexo, idade, formação acadêmica, etc.? f) Quais as propriedades que caracterizam os agentes de cada grupo de atividades? g) Como são os rituais de passagem para pertencer ao grupo e ao campo? h) Como são decididas quais atividades que devem ser realizadas e como devem ser realizadas em cada grupo e no campo? i) Quais os limites destas decisões? j) Existe hierarquia na tomada de decisões dentro do grupo? Qual? k) Existe hierarquia na tomada de decisão entre os grupos? Qual? l) Quais outros grupos influenciam a prática de pesquisa? Frequentemente e esporadicamente?

“continua”

Quadro 1C “continuação”

CATEGORIAS	Questões de pesquisa
CAPITAIS (armas usadas na luta por impor um princípio organizador)	<ul style="list-style-type: none"> a) Quais recursos habilitam membros a ter o poder de tomar decisões (ou influenciá-las) sobre aspectos relevantes para o grupo e para o campo? b) Quais recursos habilitam um membro a assumir posições de hierarquia? c) Quais recursos (político-gerencial, normativos, competências técnicas, financeiros, materiais e humanos) são necessários para a realização das atividades? d) Quais os recursos que são relevantes para o campo e que são propriedades distintivas de cada grupo (interdependências)? e) Quais os recursos relevantes ao campo que possuem maior vantagem de rendimentos (atraem mais facilmente outros recursos valiosos)? f) Como esses recursos são distribuídos? g) O que permite ter vantagens na distribuição de recursos materiais valiosos no campo? h) Como as regras, normas e sistemas avaliativos distribuem os recursos e orientam a produção de pesquisa? Como eles nascem e quem os elabora? i) Como se decide a abordagem e o foco da pesquisa? Por quê? j) Como se decide sobre a necessidade de treinamento? Por quê? k) Como se decide sobre a quantidade de recurso a ser investido na pesquisa? Por quê? l) Como se decide sobre a distribuição de laboratórios, casas de vegetação e campos experimentais a serem utilizados? Por quê? m) Quem decide sobre o tipo de equipamento a ser adquirido? Por quê? n) Quem decide sobre os equipamentos e ferramentas necessárias? Por quê? o) Quem decide sobre quem deve participar da pesquisa ou da publicação? Por quê? p) Quais as categorias, oposições binárias e rótulos de classificação do senso comum? q) Quais regras formais e informais regem a produção de pesquisa? Quem as elabora? Como são negociadas cotidianamente? r) Existem sanções a quem desobedece as regras? Quais e como são aplicadas? s) Quais critérios de seleção para o campo?

“continua”

Quadro 1C “conclusão”

CATEGORIAS	Questões de pesquisa
ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E SUBVERSÃO DO CAMPO	a) Quais as estratégias que visam conservar a ordem hierárquica dos capitais? b) Quais as estratégias usadas pelos agentes que visam subverter a ordem hierárquica dos capitais?

ANEXO D**QUESTÕES DAS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE E DOS
GRUPOS FOCAIS**

Roteiro das Entrevistas em Profundidade

I – Perfil

0. Perfil do entrevistado (sexo, formação, área, idade, tempo de empresa, tema)
1. Qual o projeto que você trabalha? Por quê?
2. Você conhece seus objetivos? Sabe quais as etapas do projeto? Por quê?
3. Qual a equipe que trabalha nesse projeto?
4. Existe hierarquia no Projeto? Qual e Por quê?

II - Histórico

5. Você sabe como foi decidido o que pesquisar? Qual sua participação nessa decisão?
6. Quem participou das primeiras concepções e por que foram envolvidos?
7. Como você classifica os participantes da pesquisa?
8. Como e por que foram selecionados?
9. Como você entende a participação de laboratoristas, assistentes de campo e analistas de transferência nesse projeto?
10. Existem problemas com relação à formação da equipe? Como são solucionados?
11. Quais organizações foram envolvidas como parceiras? Por quê?
12. Foi buscada cooperação interna? Houve dificuldades? Quais? Houve cooperação interna? Como se deu essa cooperação?
13. Como esse projeto se relaciona com outros projetos do CPAC?
14. Qual a abrangência geográfica em que se dá a experiência?

III – Desenvolvimento do Projeto

15. Quais as principais decisões nesse projeto? Quem as toma? Por quê?
16. Em que circunstâncias você toma decisão?
17. Como se deu a captação de recursos? Houve dificuldade? Quais? Como os recursos foram alocados? Por quê? Como se dá a relação financeira do projeto com a gestão da Unidade e com a gestão do projeto? Existem problemas? Quais e como são resolvidos?
18. Como ocorre a execução do projeto?

19. Quais as principais dificuldades encontradas na execução do projeto? Como são solucionadas? Houve conflitos internos? Por quê? Como foram resolvidos?
20. Foi necessário treinamento para a execução do projeto? Onde foram realizados? Para quem e como?
21. Como ocorre a comunicação interna do projeto? Qual sua periodicidade? Quais seus problemas? Como são superados?
22. Existem problemas de cooperação entre a equipe? Por quê? Como são resolvidos?
23. Quais os mecanismos controle das atividades do projeto existem necessidades específicas de controle?
24. Como sua atividade no projeto é avaliada? O projeto ser bem avaliado influencia? Quais os principais problemas encontrados durante a avaliação? Por que são problemas?
25. Como os resultados do projeto são compilados? Como são transferidos os resultados obtidos? Quais os problemas encontrados? Por que são problemas?
26. Qual público imediato se beneficiou dos resultados do projeto? Quais outros públicos beneficiados indiretamente?
27. Quais os valores e conceitos considerados importantes para você na atividade de pesquisa? Quais as suas ações dentro do projeto refletem sua preocupação com esses conceitos e valores?

Roteiro Grupo Focal

- a) O OBJETIVO DO ENCONTRO É REALIZAR A COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA DE MESTRADO POR MEIO DO USO DE GRUPO FOCAL. A PESQUISA VISA COMPREENDER COMO A ATIVIDADE DE PESQUISA NO CPAC É CONSTRUÍDA COTIDIANAMENTE POR SEUS MEMBROS. O GRUPO FOCAL É UMA TÉCNICA DE COLETA DE INFORMAÇÕES QUE ESTIMULA AS INTERAÇÕES PARA CAPTAR A DIVERSIDADE DE OPINIÕES E OS CONSENSOS. ASSIM, ME INTERESSA TANTO AS CONVERGÊNCIAS QUANTO AS DIFERENÇAS. POR ISSO O GRUPO FOI SELECIONADO COM BASE NOS CRITÉRIOS DE IGUALDADE PARA O TIPO DE ATUAÇÃO NA ATIVIDADE E DE DIVERSIDADE DE ABORDAGEM QUE ORIENTA A ATIVIDADE.
- b) USO DO GRAVADOR – SIGILO DAS RESPOSTAS
- c) O PAPEL DA JÚLIA CONOSCO É O DE RELATORA. ELA IRÁ ME AUXILIAR NAS ANOTAÇÕES E OBSERVAÇÕES.

- d) DINÂMICA DA REUNIÃO: 2 RODADAS DE FALAS INDIVIDUAIS UMA NO INÍCIO E OUTRA NO FINAL. APÓS A RODADA DE FALA INDIVIDUAL SERÃO REALIZADAS 9 PERGUNTAS PARA O GRUPO EXPOR SUAS CONVERGÊNCIAS E SUAS DIFERENÇAS DE OPINIÃO. A REUNIÃO TEM PREVISÃO DE DURAÇÃO DE 2 HORAS E SERÁ ENCERRADA COM A RODADA FINAL DE FALAS, ONDE CADA UM RESPONDERÁ UMA ÚLTIMA PERGUNTA.
- e) RODADA INICIAL DE FALA: QUAIS AS CARACTERÍSTICAS MAIS RELEVANTES DA ATIVIDADE DE PESQUISA NO CPAC?

PERGUNTAS COLETIVAS:

- a) QUAL O OBJETIVO DA ATIVIDADE DE PESQUISA NO CPAC?
- b) ONDE COMEÇA A ATIVIDADE DE PESQUISA?
- c) ONDE TERMINA A ATIVIDADE DE PESQUISA?
- d) QUEM FAZ PARTE DA EQUIPE DE PESQUISA DO CPAC?
- e) QUAL DEVE SER O FOCO DA PESQUISA NO CPAC? POR QUÊ?
- f) QUAIS OS PRINCIPAIS VALORES QUE DEVEM ORIENTAR A ATIVIDADE DE PESQUISA NO CPAC?
- g) QUEM DO CPAC É EXEMPLO NA ATIVIDADE DE PESQUISA E POR QUÊ?
- h) O QUE HABILITA UM MEMBRO A SER RECONHECIDO PELOS SEUS PARES?

- i) RODADA FINAL DE FALA: QUAL O SENTIDO DA ATIVIDADE DE PESQUISA NO CPAC PARA VOCÊ?